

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Campus Universitário de Rondonópolis

PPGEO

RUBENS PETRI TORRES

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA EM RONDONÓPOLIS
(MT), A PARTIR DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER INSTALADOS**

**RONDONÓPOLIS- MT
2017**

**ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA EM RONDONÓPOLIS
(MT), A PARTIR DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER INSTALADOS**

RUBENS PETRI TORRES

**Dissertação final de Mestrado,
apresentada e aprovada pela comissão
juladora em 15/12/2017 na
Universidade Federal de Mato Grosso,
Campus Rondonópolis, como parte
das exigências para obtenção de título
de Mestre.**

Rondonópolis, 15/12/2017

Prof. Dr. Silvio Moisés Negri – Orientador - UFMT

Prof. Dr. Jorge Luiz Gomes Monteiro - Banca Interna - UFMT

Prof. Dr. Evaldo Ferreira – Banca Externa - UNEMAT

**RONDONÓPOLIS – MT
2017**

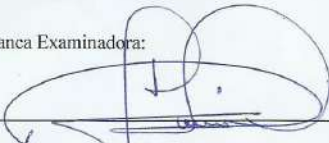
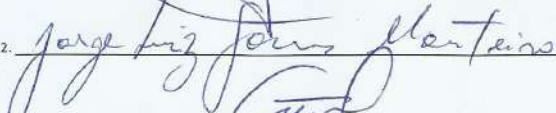



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Rodovia Rondonópolis-Guiratinga, km 6 (MT-270) - Cep: 78735901 - Rondonópolis/MT
Tel : (66) 3410-4020 - Email : mestrado_ppgeo_cur@ufmt.br

ATA DE DEFESA PÚBLICA
Mestrando(a) RUBENS PETRI TORRES

Aos 15 dias do mês de Dezembro do ano de 2017, à 14:00 horas, no(a) Lab. de Planejamento Territorial e Ambiental, sob a presidência do(a) professor(a) Doutor(a) Sílvio Moisés Negri, orientador(a), reuniu-se em sessão pública a Banca Examinadora de defesa da Dissertação de Mestrado, o(a) discente RUBENS PETRI TORRES do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, visando a obtenção de título de MESTRE EM GEOGRAFIA. O Mestrando concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de Mestre, na Área de Concentração AMBIENTE E SOCIEDADE, e foi aprovado no Exame de Qualificação no dia 29 de Junho de 2017, de acordo com os registros constantes na Secretaria do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA. Esta foi a 39ª sessão pública de Defesa de Dissertação do Programa. Os trabalhos foram instalados às 14:00 horas pelo presidente da Banca Examinadora, constituída pelos professores Doutores Sílvio Moisés Negri (Presidente Banca / Orientador/01434591980), Jorge Luiz Gomes Monteiro (Examinador Interno/11455926191), Evaldo Ferreira (Examinador Externo/UNEMAT/61580686168), José Adolfo Iriam Sturza (Examinador Suplente/36472832072). O(A) pós-graduando(a) procedeu à apresentação de seu trabalho, cujo título é "Análise da Segregação Socioespacial Urbana em Rondonópolis (MT), a partir dos Espaços Públicos de Lazer Instalados". E em seguida foi arguido(a) pelos integrantes da banca. Os trabalhos de arguição foram encerrados às 16:40 horas, e após reunião a Banca deliberou por sua Aprovado. Proclamando o resultado final pelo(a) Presidente da Banca Examinadora foram concluídos os trabalhos. O título de Mestre será conferido sob condição de apresentação, na Secretaria do Programa, da versão final corrigida na(s) forma(s) e no prazo estabelecido(s) no Regimento Interno do Programa (30 dias) juntamente com o Termo de Aprovação do Orientador. Cumpridas as formalidades, às 17:00 horas, o(a) presidente da mesa encerrou a sessão de defesa, e para constar eu, Sílvio Moisés Negri Secretário(a) do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos integrantes da banca examinadora em 3 vias de igual teor.

Composição da Banca Examinadora:

1.  _____ Doutor(a) Sílvio Moisés Negri (Presidente Banca / Orientador)
2.  _____ Doutor(a) Jorge Luiz Gomes Monteiro (Examinador Interno)
3.  _____ Doutor(a) Evaldo Ferreira (Examinador Externo)
4. _____ Doutor(a) José Adolfo Iriam Sturza (Examinador Suplente)

Recomendações da Banca:

Ciência do(a) Discente:



RONDONÓPOLIS, 15/12/2017.

* Este documento tem validade de 24 meses contados a partir da data de sua emissão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Federal de Mato Grosso, ao Departamento de Graduação em Geografia, ao Departamento de Pós Graduação em Geografia, aos respectivos Docentes e em especial ao meu amigo e orientador professor Dr^o Silvio Moisés Negri, ao qual tenho enorme gratidão por ter me apoiado em todos os momentos no transcorrer do curso de Mestrado e em questões sociais.

Ao professor Dr^o Evaldo Ferreira, do corpo docente da Universidade Estadual de Mato Grosso – (UNEMAT) por ter aceito participar da banca examinadora.

Ao amigo professor Dr^o Sergio Sebastião Negri, em que diversas vezes me auxiliou tanto em questões acadêmicas como em questões relacionadas a integração social no município.

Ao professor Dr^o Jorge Luiz Gomes Monteiro, sempre solícito em viagens de campo e questões acadêmicas. Ao Professor Dr^o José Adolfo Sturzza, sempre presente para discussões acadêmicas.

Agradeço aos demais professores Dr^{os} do Departamento de Geografia UFMT- CUR, Caio Augusto, Carlos Eugenio, José R. Tarifa, Ronei, Antônia Nardes, Adenilce, Mirian, Nestor e Jeater.

Aos Professores Dr^{os} de Biologia UFMT – CUR Simone e Fabio, a Professora dr^a em Biologia da Università Sapienza di Roma Laura Varone.

Agradeço a Instituição Fundação de Amparo a Pesquisa do Mato Grosso (FAPEMAT), a qual me proporcionou nos últimos doze meses uma bolsa estudantil que viabilizou para que esta pesquisa fosse concluída.

Agradeço a minha família pelo apoio relacionado à continuidade dos meus estudos e em especial a minha mãe Adelaide Petri Torres, ao meu filho Roberto da Silva Petri Torres que souberam compreender a importância deste mestrado, no qual, por questões econômicas e do distanciamento da faculdade – residência nos privou por um período da companhia um do outro.

Agradeço meus irmãos Thomaz Antônio, Luciana, Roberto Luiz, Celso e Maria Helena que contribuíram nos cuidados de nossa mãe e de meu filho no período de minha ausência residencial.

Agradeço a todos os sobrinhos, parentes e aos meus amigos da região de São José do Rio Preto, que mesmo distante lembraram sempre de dar um apoio moral nessa minha caminhada.

Agradeço a todos os funcionários efetivos e terceirizados da UFMT - CUR, a todos os amigos conquistados no Campus Universitário de Rondonópolis de diversos cursos de Graduação e Pós Graduação, aos alunos de mestrado em Geografia, Dayse, Hemily, Francisco, Adnael, Cristiane, Rodrigo, Simone, Delleon, Marco Antônio, Marcelo, Patrícia e Alesson, a todos os amigos do PC do B de Rondonópolis e ao amigo Jairo Montalvão.

O Estado que se origina da necessidade de manter os antagonismos de classes sob controle, mas também se origina no meio da luta entre as classes, é, normalmente, o Estado da classe economicamente dirigente, que, por seus recursos, torna-se também a classe politicamente dirigente, e, assim, obtém novos meios de controlar e explorar as classes oprimidas. O Estado antigo era, antes de mais nada, o Estado dos senhores de escravos para controlar os escravos, assim como o Estado feudal era o órgão da nobreza para oprimir os servos camponeses, e o Estado representativo moderno é o instrumento para explorar a mão-de-obra assalariada pelo capital. No entanto, ocorrem períodos excepcionais - quando classes antagônicas quase se igualam em forças - em que o poder do Estado, como aparente mediador, adquire, naquele momento, certa independência em relação a ambas as classes.

(Engels, 1941:157, apud: Harvey, David. p. 80).

ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA EM RONDONÓPOLIS (MT), A PARTIR DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER INSTALADOS

RESUMO

A segregação socioespacial no contexto urbano ocorre de diversas formas e em vários locais do planeta, porém, ao analisarmos as cidades contemporâneas e principalmente as cidades de países subdesenvolvidos, observamos o agravamento deste fenômeno por diversos fatores. No Brasil a segregação socioeconômica ocorre principalmente em grandes centros urbanos, mas não obstante, observamos o fenômeno também em médios e pequenos municípios. Ao se observar o processo de ocupação das cidades, nota-se que os agentes produtores do espaço são determinantes no que tange a fragmentação do território e percebe-se que o mesmo é moldado segundo os seus interesses. Nota-se dentro dessa lógica do capital o condicionamento dessas pessoas dentro do sistema e questões relevantes como a qualidade de vida relacionada à sua moradia e os equipamentos públicos instalados não são considerados, causando com isso, uma segregação de maior magnitude. A presente pesquisa teve por objetivo mapear e analisar a localização, uso e a disponibilidade dos equipamentos públicos urbanos voltados ao lazer, esporte e cultura que existem na cidade de Rondonópolis- MT. Dentro deste contexto, foi possível verificar o processo de segregação socioespacial em decorrência da distribuição dos mesmos em seu espaço urbano. Para esta pesquisa se fez uso e ou confecção de mapas, tabelas, gráficos para representar as áreas com carências e as que possuem maior apropriação de equipamentos urbanos e sociais, para delimitação do raio de abrangência dos equipamentos se fez uso de literaturas apropriadas (SANTOS) e (CAMPOS FILHO), e para identificar a demanda dos equipamentos e áreas carentes dos mesmos, utilizou-se da densidade populacional e da tipologia sócio econômica produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ano de referência 2010 em conjunto com outros dados pertinentes ao tema pesquisado. Os resultados alcançados na pesquisa comprovaram que em Rondonópolis – MT ocorre (u) uma tratativa de manutenção e distribuição de equipamentos públicos de lazer, esporte e cultura desigual quando se compara à área central e seu entorno versus as áreas periféricas, conseqüentemente, esses fatores apontados são colaboradores para um agravamento do fenômeno de segregação socioespacial nesta cidade.

Palavras-Chaves: Espaços Públicos, Segregação, Lazer, Centros Urbanos, Rondonópolis-MT

ANALYSIS OF THE SEGREGATION OF URBAN SOCIOESPATIAL IN RONDONÓPOLIS (MT), FROM THE PUBLIC SPACES OF LEISURE INSTALLED

ABSTRAT

The sociospatial segregation in the urban context occurs in various forms and in various places of the planet, however, in analyzing the contemporary cities and especially the cities of underdeveloped countries, we observe the worsening of this phenomenon by several factors. In Brazil socio-economic segregation occurs mainly in large urban centres, but nonetheless, we observe the phenomenon also in medium and small municipalities. In observing the process of occupying the cities, it is noted that the agents producing the space are determinant in what concerns the fragmentation of the territory and it is understood that it is shaped according to their interests. It is noted within this logic of capital the conditioning of these people within the system and relevant issues such as the quality of life related to their dwelling and the installed public equipment are not considered, causing with this, a segregation of greater magnitude. The aim of this research was to map and analyze the location, use and availability of urban public equipment for the leisure, sport and culture that exist in the city of Rondonópolis-MT. Within this context, it was possible to verify the segregation process Sociospatial as a result of the distribution of them in their urban space. For this research, it was used and or made of maps, tables, graphs to represent the areas with shortages and those that have greater appropriation of urban and social equipments, for the demarcation of the radius of scope of the equipment if made use of appropriate literatures (SANTOS) and (son fields), and to identify the demand of equipment and areas lacking in them, used the population density and the socio-economic typology produced by the Brazilian Institute of Geography and Statistical reference year 2010 in conjunction with other Data pertaining to the subject researched. The results achieved in the research proved that in Rondonópolis – MT occurs (u) a maintenance and distribution of public equipment for leisure, sport and unequal culture when comparing to the central area and its surroundings versus the peripheral areas, Consequently, these factors pointed out are collaborators for a worsening of the phenomenon of sociospatial segregation in this city.

Keywords: Public Spaces, Segregation, Leisure, Urban Centers, Rondonópolis-MT

LISTA DE SIGLAS

ACIR	Associação Comercial e Industrial de Rondonópolis
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEADAS	Centro De Especialidades Apoio e Diagnósticos Albert Sabin
CEF	Caixa Econômica Federal
CEMAT	Centrais Elétricas do Mato Grosso
COHAB	Companhia Habitacional Estadual
CRAS	Centro de Referência e Assistência Social
EEMOP	Escola Estadual Major Otávio Pitaluga
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisas Aplicadas
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamento Anual
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PETI	Programa Erradicação do Trabalho Infantil Municipal
PMR	Prefeitura Municipal de Rondonópolis
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROMORAR	Programa de Moradia Federal
SECITEC	Secretária de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação
SECOM	Secretaria de Comunicação
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNEMAT	Universidade Estadual de Mato Grosso
UNISAL	União da Associação de Moradores de Bairros da Região Salmen
URAMB	União Rondonopolitana de Associação de Moradores de Bairros

LISTA DE FIGURAS

Figura1 - Mapa de localização de Rondonópolis.....	61
Figura2 - Mapa de evolução de Rondonópolis.....	74
Figura3 - Localização espacial de Alguns Bairros.....	75
Figura4 -Recorte da área urbana de Rondonópolis (lotes vagos) na região Sagrada Família.....	77
Figura5 - Recorte da área urbana de Rondonópolis (lotes vagos).....	78
Figura 6 -Recorte do Município de Rondonópolis com terreno que seria destinado a Avenida – Região Salmen.....	79
Figura7 - Mapa da população por bairros em Rondonópolis.....	81
Figura8 - Mapa de IDHM Brasil.....	86
Figura9 - Mapa de renda Ano Base 2010.....	89
Figura 10- Mapa de renda média estimada (2017).....	92
Figura 11-.Mapa racial Brasileiro.....	97
Figura 12-Mapa racial de Rondonópolis.....	99
Figura13-Mapa dos espaços públicos de lazer, esporte e cultura em Rondonópolis MT.....	103
Figura 14-Mapa da distribuição das praças públicas instaladas em Rondonópolis.....	112
Figura 15-Mapa de espacialização de praças em Rondonópolis (raio= 800 mts).....	113
Figura 16-Mapa de praças públicas no município de Rondonópolis – MT (2017).....	115
Figura 17-Imagem dos espaços públicos de lazer em Rondonópolis – MT.....	117
Figuram18-Recorte parcial (Mapa 17) espaços de lazer em área central e bairros adjacentes.....	118
Figura 19-Recorte parcial (Mapa 17) espaços de lazer em áreas periféricas região da Vila Rica.....	119
Figura 20-Recorte vista (Mapa 17) espaços de lazer em áreas periféricas região Jardim Atlântico.....	120
Figura 21- Mapa de parques ecológicos, horto florestal e campos de futebol.....	123
Figura 22-Mapa espacial de locais com feiras livres e academias públicas.....	128
Figura 23- Ginásios e quadras poliesportivas em Rondonópolis.....	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução de loteamentos em Rondonópolis.....	71
Gráfico 2 - População total Rondonópolis MT.....	80
Gráfico 3 - IDH 1991-2010 (Rondonópolis – MT).....	82
Gráfico 4 - Ranking nacional IDH-M.....	83
Gráfico 5 - Ranking estadual de IDH-M.....	83
Gráfico 6 - Porcentagem de extrema pobreza em Rondonópolis e Índice GINI.....	84
Gráfico 7 - Renda média per capita de Rondonópolis.....	85
Gráfico 8 - Receitas e despesas orçamentarias.....	86
Gráfico 9 - Atividades econômicas em Rondonópolis.....	87
Gráfico 10- Variáveis relativas ao Produto Interno Bruto.....	87
Gráfico 11- Setor ocupacional de Rondonópolis.....	88
Gráfico 12-Distribuição percentual de renda domiciliar em Rondonópolis.....	90
Gráfico 13-Classe econômica dos entrevistados em Rondonópolis.....	91
Gráfico 14-Evolução do Salário mínimo (1997 – 2017.....	93
Gráfico 15-Evolução da taxa de desemprego no Brasil.....	94

LISTA DE FOTOS

Foto1 - Primeiras casas construídas em Rondonópolis.....	62
Foto2 - Meio de transporte da produção do campo 1950.....	64
Foto3 - Travessia sobre balsa em Rondonópolis em 1950.....	65
Foto4 - Vista Aérea de Rondonópolis ano 1953.....	66
Foto5 - Rua principal de Rondonópolis em 1953.....	67
Foto6 - Rua Rio Branco, década de 1980.....	69
Foto7- Verticalização em Rondonópolis.....	70
Foto8 - (PETI) Vila Lurdes e Jardim Ipanema.....	108
Foto9 - Prefeitura Municipal de Rondonópolis: Vila Aurora.....	109
Foto 10- Igreja Católica São Judas Tadeu no Residencial Marechal Rondon.....	109
Foto 11- Feira-livre do Distrito de Vila Operária.....	110
Foto 12- Mini estádio Mané Garrincha: Vila Itamarati.....	110
Foto 13- Praça da Coophasem.....	111
Foto 14- Horto municipal de Rondonópolis – MT.....	121
Foto 15- Parque do Escondidinho.....	122
Foto 16- Feira Vila Aurora.....	124
Foto 17- Feira Vila Operária.....	125
Foto 18- Feira Conjunto São José.....	125
Foto 19- Reserva municipal do bairro Residencial João Antônio Fagundes.....	126
Foto 20- Reserva municipal do bairro Jardim Vila Rica.....	127
Foto 21- Imagem do Casario.....	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ranking de qualidade de IDH-M.....	82
Quadro 2 – Dados raciais em Rondonópolis.....	98
Quadro 3- Relação das praças no município de Rondonópolis (2014).....	106

P495a PETRI, RUBENS TORRES.
ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA EM
RONDONÓPOLIS (MT), A PARTIR DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE
LAZER INSTALADOS / RUBENS TORRES PETRI. -- 2017
xv, 146 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: SILVIO MOISÉS NEGRI.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso,
Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Rondonópolis, 2017.
Inclui bibliografia.

1. ESPAÇOS PÚBLICOS. 2. SEGREGAÇÃO. 3. LAZER. 4.
CENTROS URBANOS. 5. RONDONÓPOLIS-MT. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPITULO 1 - APONTAMENTOS SOBRE ESPAÇO GEOGRÁFICO, ESPAÇOS PÚBLICOS E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL.....	20
1.1 Noções introdutórias de espaço geográfico.....	20
1.2 Introdução ao tema espaços públicos.....	25
1.3 Introduções conceituais e historicidade sobre segregação socioespacial.....	29
1.4 Espaço público e sua relação com segregação sócioespacial.....	33
CAPITULO 2 - A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	37
2.1 O Estado enquanto instrumento de reprodução socioespacial desigual no capitalismo..	37
2.1.1 Políticas públicas estatais e segregação socioespacial.....	41
2.1.2 Os espaços públicos na contemporaneidade das cidades.....	46
2.1.3 A Função e Utilização dos Espaços Públicos na Cidade Contemporânea.....	52
CAPITULO 3 - CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DE MATO GROSSO E DE RONDONÓPOLIS.....	56
3.1 Síntese do processo de formação territorial de Mato Grosso.....	56
3.2 Periodização do processo socioespacial de Rondonópolis.....	61
CAPITULO 4 - ANÁLISE SOCIOESPACIAL DA POPULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RENDA EM RONDONÓPOLIS.....	80
4.1 Segregação socioespacial da população negra em Rondonópolis.....	95
CAPITULO 5 - OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER, ESPORTE E CULTURA E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL RONDONÓPOLIS.....	102
5.1 Espaços públicos de lazer (praças).....	106
5.2 Espaços públicos de lazer e esporte (parques, horto Florestal e campos de futebol, academias populares e feiras livres).....	121
5.3 Espaços públicos de lazer e cultura (bibliotecas, museu, parque infantil e casario).....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
BIBLIOGRAFIA.....	138
ANEXOS	143

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico, durante a evolução temporal do homem, desenvolveu-se com o interesse da posse por seus territórios. Nessa dinâmica de apropriação as classes sociais mais abastadas foram às privilegiadas no que tange às melhores localizações dessas parcelas territoriais, sendo com isso que sua formação se tornou desigual tanto no contexto econômico como no locacional – cultural (SANTOS, 1978).

As cidades contemporâneas brasileiras, moldadas sobre os interesses do capital, por diversos períodos históricos, têm em suas formas de ocupação a produção fragmentada do espaço urbano. As cidades em sua formação foram construídas de maneira desordenada, sendo ela constituída de diversos problemas, tanto de caráter social quanto de caráter estrutural (CARLOS, 2012).

Dentro deste contexto, a luta das classes sociais¹ no uso e ocupação do solo é intensificada, com grande vantagem para a classe dominante, haja vista, ser o mercado especulativo e o Estado os principais agentes reguladores dessa urbanização.

Surge neste cenário uma estrutura urbana dualizada entre classes sociais diferenciadas financeiramente, uma organização espacial corporativa, tendo as elites o controle tanto da produção como do consumo da cidade. Uma das segregações em destaque nas cidades é a segregação residencial decorrente do uso e apropriação do solo, onde se destaca nitidamente a periferização da classe mais pobre.

A segregação socioespacial urbana se manifesta sob formas variadas e causas diversas, sejam elas raciais, religiosas ou socioeconômicas, segundo características das suas formações socioespacial em nível mundial. No modo de produção capitalista contemporâneo, caracterizado pela extrema mercantilização do território e privatização de espaços públicos, este fenômeno se torna mais acentuado, principalmente nas cidades de países subdesenvolvidos.

No Brasil a segregação, sobretudo de caráter socioeconômica, não se limita aos grandes centros urbanos e regiões metropolitanas, uma vez que se manifesta como elemento intrínseco da organização espacial urbana também em pequenos e médios municípios, conforme atesta a literatura científica relativa a essa temática produzida nas últimas décadas

¹ Classe Social é um grupo constituído por pessoas com padrões culturais, políticos e econômicos semelhantes. Embasado em Karl Marx, (GADOTTI, 1991, P.75) cita que Classes Sociais são grupos humanos que se diferenciam entre si pela posição que ocupam num determinado modo de produção e pelo seu papel na apropriação da riqueza.

no País. Assim no processo histórico de ocupação das cidades, os agentes produtores do espaço são determinantes no que tange a fragmentação do território segundo suas lógicas de acumulação de capital.

Nesse processo, grande parte da população tem sua localização e existência cotidiana no espaço urbano condicionada às políticas produzidas pelos agentes citados públicos e privados. A questão da moradia nesse contexto é uma das principais variáveis consideradas na análise sobre a segregação socioespacial urbana, dada a sua magnitude paisagística e sua importância para a reprodução social.

Santos (1998), nos alerta sobre as dificuldades do proletariado residente em bairros periféricos onde os mesmos são condenados a viver duplamente em conformidade com a pobreza e carentes de bens sociais.

Negri (2008) também destaca as dificuldades de se morar na periferia onde as oportunidades em diversos níveis são diferenciadas e os investimentos públicos em locais periféricos são em menor quantidade que em áreas com maior poder aquisitivo, não obstante, a existência e o uso de espaços públicos pela população se caracteriza como um importante fator para o exercício da cidadania, pois além de lazer e da cultura, funcionam como locais de encontro e de exercício da Política.

Embasado em diversos autores tais como Lefebvre (1976), Habermas (1984), Serpa (2011), Narciso (2009); entendemos que os espaços públicos são locais em tese, de livre acesso, onde todos os integrantes da sociedade local ou em trânsito, independente de sua classe social, seu credo ou sua raça tem o direito a usufruir do mesmo. São nos espaços públicos que se pode ir e vir, através de ruas, calçadas e avenidas e locomover-se de um ponto a outro no meio urbano, para isso, não é necessário ter uma razão ou motivo, apesar de toda sociedade ter no Estado o criador de leis e regras no qual disciplinam o uso desse espaço. Em praças, ruas, o cidadão exerce seu direito de manifestação, de cidadania e democracia, ou seu direito ao lazer e à sociabilidade. Esses espaços públicos podem ser formais, onde o mesmo é gerido pelo poder público (praças, calçadas) ou pode ser de características informais onde em um determinado lugar (terreno, ruas, avenidas), se acumulem pessoas por um determinado período de tempo, para exercer seus direitos de lazer e cidadania.

No meio urbano também existem espaços para atividades sociais que são de interesse privado como, por exemplo, pesque e pague shopping centers, clubes de lazer e outros, onde por ser de propriedade privada incluem limitações ao seu uso segundo a vontade de seu proprietário, e por esse motivo atendem apenas uma parcela da sociedade, geralmente de maior poder aquisitivo, apesar de ser um local privado de uso e ou lazer de pessoas.

Os espaços de uso coletivo público e privados (de lazer ou de utilidade) são na maioria das vezes construídos distantes da periferia e a maioria dos empreendimentos privados é de uso restrito a quem tem condições de pagar pelo mesmo.

O uso desses espaços é diferenciado conforme o nível de rendimento dos moradores sendo os das classes de menor renda os que mais utilizam as estruturas coletivas, principalmente sendo elas de natureza pública, e as pessoas de melhor renda podem desfrutar tanto das infraestruturas públicas como das privadas.

Este trabalho, embasado em literatura apropriada e no método filosófico do materialismo histórico dialético, tem por objetivo principal, verificar e analisar quantitativamente e qualitativamente as localizações dos espaços públicos relacionados ao lazer, à cultura e esportes (praças, bibliotecas, horto florestal, parques e campos de futebol) existentes em Rondonópolis (MT), bem como, o problema de segregação socioespacial que ocorre através destes espaços públicos instalados tendo como base as políticas estatais, sua localização e o custo social (maior tempo de deslocamento menor tempo de lazer, despesas relacionadas a transportes) para se ter o acesso aos equipamentos.

Para se alcançar o objetivo da pesquisa, seguiu os devidos procedimentos descritos neste parágrafo; embasado em dados oficiais federais, estaduais ou municipais foram construídos com uso dos softwares TerraView e Google Earth, os mapas necessários para a pesquisa, os temas foram de Localização, Evolução, Renda, População, Raça e Espaços Públicos de Lazer, Esporte e Cultura na cidade de Rondonópolis.

Para representar os períodos históricos, outro recurso utilizado foi o uso de fotos de épocas passadas e atuais, referentes à cidade de Rondonópolis – MT. Também embasado em dados oficiais foi possível se construir gráficos, quadros e tabelas apoiadas em ferramentas do Office 2007, ao qual se trabalhou os temas de Evolução Municipal, Salário Mínimo, Índice Desenvolvimento Humano (IDH), Extrema Pobreza, População, Renda per capita e Raça. Por fim, para se ter um parâmetro referente às ações do poder público se utilizou de entrevista do secretário atual de cultura, senhor Humberto Campos ; e do secretário atual de esporte e lazer, senhor Jailton Nogueira, conjuntamente com o uso do Plano Diretor Municipal de 2006. Com os procedimentos de mapeamento acima descritos, se tornou possível verificar a distância para se ter acesso aos espaços públicos no qual se levou em consideração a proximidade das residências por bairros (800 a 1000 metros), bem como as classes sociais atendidas e a segregação espacial decorrente de sua localização geográfica.

Este estudo buscou desenvolver possibilidades analíticas em prol dos poderes públicos para uma efetiva intervenção do mesmo no espaço geográfico ao que se referem os espaços

públicos de lazer, cultura e esportes; assim como, permite que a sociedade tanto acadêmica quanto a sociedade comum, consiga um embasamento para uma análise de segregação socioespacial, na qual ocorre na cidade de Rondonópolis.

Com esse estudo espera-se que os munícipes tenham condições de buscar e reivindicar junto aos poderes públicos, ações relativas as atuações necessárias para minimizar os problemas apresentado referentes ao tema abordado.

Esse trabalho se dividiu em introdução, cinco capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo se trabalhou os principais conceitos² utilizados na pesquisa; o segundo capítulo demonstrou como acontece a produção e reprodução do espaço urbano no sistema capitalista; o terceiro capítulo sintetiza a formação do Mato Grosso e contextualiza a formação do município de Rondonópolis- MT; o quarto capítulo abordou temas como o processo de ocupação da terra, tratando as questões relacionadas à economia local, sua população e questões raciais; o quinto capítulo o tema pesquisado foram os espaços públicos de lazer, esporte e cultura existentes no município para uma análise da segregação socioespacial. Por fim, nas Considerações Finais, apresentou uma análise dos resultados obtidos no desenvolvimento da pesquisa com sugestões ao poder público na tratativa relacionada aos espaços públicos e à segregação socioespacial que ocorre na cidade.

² Espaço Geográfico, Espaço Público e Segregação Socioespacial

CAPITULO 1 APONTAMENTOS SOBRE ESPAÇO GEOGRÁFICO, ESPAÇOS PÚBLICOS E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

1.1- Noções introdutórias de espaço geográfico

Na busca de entender os fenômenos que envolvem nosso planeta Terra, é necessário a busca de alguns conceitos e categorias geográficas, das quais são essenciais para se fazer uma ciência de síntese³ ao modo que os estudos geográficos são propostos.

Há uma concordância em vários estudos geográficos que o objeto principal de estudo na geografia é o espaço geográfico. É ele o palco dos acontecimentos naturais e sociais onde se materializam os fenômenos a serem estudados, sendo esse espaço movimentado dentro dessas relações de natureza e sociedade. O espaço geográfico pode ser entendido como um espaço habitado e transformado em suas características pela ação humana tendo com isso em muitas vezes uma segunda natureza e mesmo quando se trata de uma primeira natureza nos dias de hoje, em meio as suas possibilidades de transformação, elas já são dotadas de intencionalidades de uma primeira natureza para uma segunda natureza conforme nos orienta Milton Santos (2008). É importante verificar também que o espaço geográfico não se trata do conceito de paisagem conforme nos aponta Santos (2008, p. 66- 67).

A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima. [...] A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente. (SANTOS, 2008 p.66-67).

Não menos importantes são as demais categorias de análise geográficas tais como território (área delimitada por algo ou alguém, constituídas de relações de poder), paisagem (captação do visível em determinado tempo histórico), região (similaridades dos lugares) e lugar (pertencimento, culturas, sociabilidades e identificações pessoais do ser relacionadas à determinada parcela do espaço), mas todas essas dinâmicas analíticas se desenvolvem dentro do espaço geográfico.

³ Ciência que sintetiza diversos saberes científicos (clima, geologia, sociologia, política, história, cartografia, urbanização, etc).

Quando se propõe a entender esse espaço não é possível dissociá-lo do tempo, nada é a-histórico e ambos caminham juntos na análise dos fenômenos (espaço-tempo). Nem tão pouco podemos esquecer que o espaço se complementa nas relações sociais, tanto no que tange a relação homem – natureza nas transformações necessárias da natureza em objetos, como em questões físicas ambientais necessárias para sua sobrevivência, assim como, nas relações homem – homem contidas nas relações de cunho pessoal através das formas de poder.

Vários foram os pensadores que conceberam a definição de espaço geográfico ou não geográfico onde podemos resgatar entre esses as idéias de Immanuel Kant, Albert Einstein, e outros pensadores de diversos períodos temporais. Apesar de ser antigo o estudo geográfico, o mesmo era executado em sua grande maioria por filósofos, onde basicamente aproveitavam-se de relatórios de viagens e escritos literários que embasavam uma geografia descritiva conforme nos aponta Moraes (1983, p. 33-34).

Até o final do século XVIII, não é possível falar em conhecimento geográfico como algo padronizado, com um mínimo que seja de unidade temática, e de continuidade nas formulações. Designam-se como geografia: relatos de viagens, escritos em tom literário; compêndios de curiosidades, sobre lugares exóticos; áridos relatórios estatísticos de órgãos de administração; obras sintéticas, agrupando os conhecimentos existentes a respeito dos fenômenos naturais; catálogos sistemáticos, sobre os continentes e os países do globo etc. (MORAES 1983, p. 33-34)

Nas escolas geográficas, a partir do momento em que a geografia se torna acadêmica, já se discute a questão do espaço, ao qual neste período (até o século XIX), o mesmo não era visto como conceito chave nos estudos geográficos, sendo nesta época, muito valorizadas as categorias de análise paisagem e região. Entre os estudos trabalhados sobre espaço podemos citar Friedrich Ratzel na escola alemã com sua análise do espaço vital (lebensraum) para justificar o expansionismo alemão.

Moraes,(1983) nos orienta que o conceito de Lebensraum (Espaço Vital), foi desenvolvido pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) e trata de um possível equilíbrio entre a população de determinada sociedade e os recursos naturais existentes que serviriam para suprir suas necessidades.

Outro grande estudioso geográfico, Richard Hartshorne, em seus estudos, trabalhou o espaço absoluto e a dissociação entre espaço e tempo. Para ele a geografia seria o estudo dos fenômenos organizados no espaço e seria a história a estudar suas questões temporais.

Hartshorne propôs que o espaço inexistente realmente por tratar-se de um conjunto de pontos independentes. Nele a concepção de geografia é de que esta ciência estuda todos os fenômenos que se organizam no espaço, portanto ele é o receptáculo que apenas contém as coisas (CORRÊA, 1999, p.18-19).

Correa (1995, p. 20 apud: Spósito 2004, p. 88) nos orienta que “o conceito espaço geográfico se torna conceito chave nos trabalhos de Schaefer (1953), de Ullman (1954) e Watson (1955), esses autores utilizam-se das conotações de planície isotrópica e representação matricial”, todos os citados até o momento sendo metodologicamente analisados no método filosófico (neo) positivista.

Outras contribuições geográficas sobre espaço vêm de Henry Lèfebvre (1976), Milton Santos (1978-1997-1998-1985-1988-2008), Ruy Moreira (1982) e outros pensadores da geografia crítica que buscam romper com a neutralidade da ciência e buscam, através da análise espacial elaborar uma crítica social no que se refere à apropriação da natureza da forma que acontece atualmente.

Para Lèfebvre, (1976, p. 26), em sua obra *Espacio y politica*, o espaço geográfico expressa uma produção da sociedade e de suas relações sociais, descreve que a produção do espaço é composto de um espaço percebido através de sua sociedade, o espaço representado formado por diversos atores tais como cientistas, engenheiros, e outros e o espaço representacional é aquele vivenciado por seus habitantes. Lefebvre discorre que o modo de produção⁴ em cada sociedade, é um fator determinante em todo seu processo de formação.

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a produção das relações (sociais) de produção. (p.34).(LEFÈBVRE,1976, apud: SPOSITO, 2004, p.89).

Moreira (1982, p. 34- 35) propõe uma teoria do espaço, que seja uma teoria social, afirma o autor que a história desenrola-se no espaço geográfico, sendo o mesmo, parte fundamental do processo de produção social e do mecanismo de controle da sociedade. Destaca a formação econômica social por apresentar os movimentos de poder pela classe dominante e o modo de produção existente na sociedade.

Moreira (1982, p. 86) afirma que “o espaço geográfico não é puramente produto do processo do trabalho, porque o processo do trabalho é também produto do espaço geográfico. É produto do trabalho e condição material dele”.

⁴ Modo de Produção é a maneira como se organiza a produção material em um dado estágio de desenvolvimento social. Essa maneira depende do desenvolvimento das forças produtivas (a força do trabalho humano e os meios de produção, tais como máquinas, ferramentas, etc.) e da forma das relações de produção. (GADOTTI, 1991)

Para Milton Santos (2008), "O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá". O espaço é cada vez mais artificializado e seus processos são cada vez mais imbuídos de técnicas/tecnologias e de artificializações.

O conceito de formação econômico social (f.e.s), nasce como resultado da tentativa de superar a influência de um sistema filosófico idealista para um sistema filosófico materialista e estruturalista na geografia. É em busca da inserção do espaço como elemento chave no conceito de formação econômica e social que se introduz a idéia de formação socioespacial. Para Milton Santos (2008), a sociedade é a realidade de um espaço por ela produzido e, somente ela, é capaz de entendê-la.

O espaço se torna um conjunto de formas representativas da sociedade do passado (rugosidades) e do presente adquirindo uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e se manifestando, através de diversos processos e funções onde o espaço se torna (re) produtor de novas relações sociais, pois :

O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares. (SANTOS, 1978, p. 122).

E continua sua análise, dizendo que:

O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais (SANTOS, 1978, p. 171).

Milton Santos trabalha a necessidade de distinguir entre modo de produção (escravista, feudal, capitalista) e suas distintas formas sociais de organização do ser humano em seus tempos históricos. Desenvolve as questões relacionadas às superestruturas⁵ e as estruturas⁶, buscando com isso a compreensão da totalidade dos fenômenos inseridos no espaço geográfico.

Segundo Santos (1979) metodologicamente é necessário distinguir modo de produção de formação social e nos orienta que :

a distinção entre modo de produção e formação social aparece como necessidade metodológica. O modo de produção seria o 'gênero' cujas formações sociais seriam as 'espécies'. O modo de produção seria apenas uma possibilidade e somente a formação econômica e social seria possibilidade realizada. (SANTOS, 1979 p. 79)

⁵ Jurídico – Político e Ideológico

⁶ Econômico

Para Santos (1985, apud: Negri, 2001, p. 28) a compreensão da organização espacial só é possível por meio de análises conjuntas de suas formas,⁷ funções,⁸ estruturas⁹ e processos¹⁰.

"Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Consideradas em conjunto, porém e relacionadas entre si, eles constroem uma base teórica a metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade" (SANTOS, 1985, p.52).

O espaço geográfico dentro das concepções acima descritas nos remete às transformações da primeira natureza em segunda natureza através de ação humana por vários períodos históricos, onde essas sociedades na contemporaneidade são dotadas de meios técnicos, científicos e informacionais, em que não são homogêneos em todo planeta, sendo diferenciado entre os países conforme seus aportes estruturais, no que diz respeito a esse período de novas tecnologias, em um mundo apontado como globalizado, que no lugar de ser uma forma organizativa para desenvolver o processo capitalista, só vem a fragmentar as relações socioespaciais.

A mundialização ao desorganizar as formas de produção e organização social preexistentes cria novas desigualdades. Pois o rebatimento desse processo esbarra em condições econômicas, sociais, culturais e ecológicas específicas de cada região ou país, o que reforça a especificidade dos lugares, resultando em arranjos únicos entre as variáveis modernas e as preexistentes, embora possam ser semelhantes em alguns casos. Assim, quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares. Dessa forma a própria globalização, contraditoriamente, acaba por produzir a fragmentação (SANTOS, 1996, apud: NEGRI, 2001, p 32).

Essas civilizações contemporâneas, transformam a natureza, movimentam-se socioespacialmente e organizam as sociedades na lógica específica de cada território, no qual, dentro de suas características de desenvolvimento (científico, informacional e tecnológico) os territórios se tornam locais luminosos¹¹ ou opacos¹² e são dinamizados em um processo de relacionamento em rede globalizado e inseridos no processo de divisão internacional do trabalho.

⁷ Aparência ou aspecto visível de um objeto

⁸ Diretamente relacionado ao objeto, determinante de uma tarefa ou atividade, a (re) função do objeto

⁹ Determinante do valor socioeconômico de uma forma.

¹⁰ Relaciona-se ao tempo histórico e as mudanças técnicas e sociais que movimentam uma sociedade.

¹¹ (Atrativos com Técnicas, Ciência e Informatização) Santos (2008)

¹² (Sem atrativos Tecnológicos/ Infraestruturas) Santos (2008)

1.2 –Introdução ao tema espaços públicos

O próprio conceito de espaço por si só nos conduz a diversas categorias de análise, temos que o espaço pode ser entendido como área, distância extensão, etc; o conceito de público nos remete relativamente a população, povo, coletividade, pertencente a todas as pessoas, de conhecimento de todos, pertencente a um governo, etc.

Ao discorrer sobre Espaços Públicos é necessário buscar um breve relato de sua historicidade para uma maior compreensão relacionada ao processo de como se deu suas formas, quais suas funções em determinados tempos históricos passados ou atuais e como a sociedade se materializa quando inserida nesses espaços. Outro fato importante é a distinção entre o que é público e o que é privado no que se refere a espaços de convivência social assim como através dessa distinção, entender quem se beneficia desses espaços urbanizados.

Essa necessidade histórica nos remete aos Romanos e aos Gregos, por ser essas civilizações consideradas berços da democracia e dos direitos aos que a sua época eram considerados cidadãos (polites), cabe aqui uma ressalva de que esse título não era a todos seus habitantes com exclusões a mulheres, estrangeiros e escravos.

A democracia era estendida somente para os cidadãos e restrita aos estrangeiros, mulheres e escravos. Os metecos não tinham o direito à participação democrática, podiam morar em Atenas, mas por serem desenraizados estavam desprovidos da cidadania. Nenhum cidadão podia estar dividido entre o bem de Atenas e o de sua antiga pátria. (ROSSET 2008, p.193)

As polis eram Cidades Estados compostas tanto do urbano como do rural, mas era na cidade que se desenvolvia a Política em locais conhecidos como ágora na qual seria uma grande praça de debates, assim a esfera pública era a esfera política da polis.

Nessa grande praça (Ágora) a razão se exhibe em movimento, o lógos se faz, pelo ágon, diálogos. E gera o convencimento, que favorece o acordo na cidade. Mas os gregos não poderiam ter inventado a Política, sem também terem forjado, com ela, o seu agente. Na Grécia nasceu o homem político, ou, se preferirmos, um exemplar dele, o polítes – o cidadão, aquele que, por sua origem e educação, tem o direito de integrar o corpo dos cidadãos (politaí). (CASTRO., 2017 p. 1)

Assim como a Grécia, Roma possuía suas construções voltadas ao conceito de público, ou seja, lugares onde se reuniam os cidadãos romanos para fins de atividades conjuntas podendo-se citar como exemplo as termas (banhos públicos), as ruas estreitas onde se exercia o direito de ir e vir juntamente com a comercialização de produtos, anfiteatro, templos, fórum, palácios e suas praças.

Segundo relatos em vídeo de Chauí (2010), são os gregos e romanos que tratam com maior ênfase a autoridade pública e a privada. Para os gregos a esfera pública era a esfera do

comum na política da Polis, parafraseando Aristóteles o mesmo nos orientava que a esfera pública era o domínio de uma vida Política que se exercia pela práxis e pelo léxis (ação e discurso); diferenciava-se assim da esfera privada ao qual era baseada em sua moradia, em sua família e em tudo que pertence ao homem, no qual possuía um poder despótico em tudo que pertence ao homem, no qual possuía um poder despótico¹³ sobre seus subordinados.

Conforme descrito por Marilena Chauí (2010), é através do Cristianismo que se é valorizado o privado se tornando uma oposição ao público, conjuntamente com o surgimento de autoridades cristãs, questões éticas são elaboradas dentro de conceitos privados, onde tudo nos remetia ao Criador, afinal éramos todos irmanados, enfim éramos um rebanho protegido por um pastor, princípios esses que nos direcionavam a privacidade em oposição ao espaço público. A esfera política se transformará em uma esfera do poder marcado pela ética privada (República Christiana).

Segundo Chauí, em latim, re(s)pública é a tradução do termo grego polítéia, lembrando assim, de passagem, que a República de Platão é a tradução latina de Politéia. Por causa dessa duplicidade de sentido, é na Idade Média que se fala em República Christiana, no século XVI continua a se usar república como sinônimo de constituição política e Estado. Em meio a esse período resgata-se o conceito de re(s)pública onde os pensadores dessa época entre eles Maquiavel em o príncipe, alertava que o espaço público não poderia ser regido pelo espaço privado comandado apenas por cidadãos virtuosos, ocorre nessa época uma separação da ética e da política ficando a ética no campo do privado e a política no campo do que é público, instaura –se aí que a política se dá pela lógica das relações de força. Para que a política não se transforme em caos e ou apocalípticas, diretrizes desse poder são estabelecidas através das instituições e de jurisprudências que se formam por meio deste ambiente socializado (Chauí 2010).

Na contemporaneidade em meio de uma sociedade civil de caráter privado dentro de um Estado Burguês onde se institui o direito à propriedade privada, mercado assalariado de trabalho, produção e comercialização de bens de consumo e ou necessidade os espaços públicos assim como tudo que circunda o ser, se transforma em mercadoria, servindo de aporte quando público de valorização imobiliária de seu entorno, isso quando o mesmo não é privatizado, e se o for gera lucro a investidores nas funções sociais do mesmo. O conceito de público permeia por variados tempos e por variadas ciências onde podemos citar como

¹³ A palavra déspota vem do grego despotes, que tem significado aproximado de "mestre" ou "aquele que detém o poder", em períodos diferenciados da história essa palavra foi utilizada para faraós, nobreza e governos bizantinos, o termo despotismo relaciona-se também a governo de tirania.

exemplo a filosofia, a arquitetura, a geografia, a sociologia e outras. Ao se pensar em espaço público se pensa logo no urbano, que na contemporaneidade o termo espaço público nos remete a 1977.

Segundo Ascher (1995), o termo de espaço público aparece pela primeira vez num documento administrativo em 1977, no quadro de um processo de intervenção pública, agrupando na mesma categoria os espaços verdes, as ruas pedonais, as praças, a valorização da paisagem urbana, o mobiliário urbano. (NARCISO, 2009, p.266)

O espaço público sendo local de lazer, sociabilidade, da política, de cidadania, não deve servir de plataforma a interesses alheios a sua função social de lazer, deslocamento e outros fins de interesse social. O espaço público é pertencente à sociedade, é de todos, ao contrário da concepção de privado. Narciso, (2009, p.272) descreve:

O espaço público é o espaço da sociedade, o espaço político como refere Hannah Arendth (1972) e nestes contornos é necessariamente um espaço simbólico, pois opõem-se e respondem-se a discursos dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais, intelectuais que constituem uma sociedade

Para Serpa (2011 p. 9 - 15) “ o espaço público seria o espaço da ação política, um espaço simbólico, produtor cultural, intersubjetivo relacionando sujeitos e percepções na (re) produção dos espaços banais e cotidianos, mas que incorporado ao capitalismo o mesmo se transforma em mercadoria onde mesmo sendo público poucos são beneficiados de algo pertencente a todos”, o mesmo destaca que “ forma e conteúdo são indissociáveis para se ter aspectos de uma concretude na esfera pública urbana como aqueles de cunho abstrato, necessariamente abordando cidadania, ação política e acessibilidade”.

Borja (2003, Apud: Narciso, 2009 p. 270), destaca a necessidade da compreensão entre espaço público, área verde e equipamentos viários, ao qual Borja destaca que:

O espaço público é um conceito próprio do urbanismo que as vezes se confunde com (erradamente) espaços verdes, equipamentos ou sistema viário, mas que também é utilizado na filosofia política como lugar de representação e de expressão colectiva da sociedade.

Cria-se atualmente uma cultura mercantilizada pós-moderna dos espaços públicos tornando os mesmos objetos de consumo e de espetacularização da vida junto à natureza e a sociedade (cultura do consumo dominada pelos imperativos do lucro) desvirtuando suas funções públicas. O autor aponta que “dissocia-se artificialmente a arquitetura do urbanismo o que não contribui para o incremento diversificado na morfologia urbana, dialeticamente tem-se o repetitivo substituindo a unicidade, o factual e o sofisticado conseguindo se sobrepor ao espontâneo e natural o que torna o produto mais importante que a sua produção”.

O público e o privado se embaralham em tempos atuais e o privado nos conceitos mercadológicos ganham destaque sobre o público, através de grande propaganda, que

procura demonstrar a naturalidade e as vantagens de uso dos espaços ditos como público-privado, onde demonstram por exemplo, a beleza, o conforto e a rede de lojas e fastfood de um shopping, mas omite que seu uso necessita de dinheiro, isso por si só, já exclui grande parte da sociedade e a necessidade de locais públicos geridos pelo Estado se tornam necessária, para grande parte dessa sociedade, que não teria como substituir esse público pelo privado. Serpa (2011 p. 17 - 18-19) destaca essa tensão social, criada a favor do capital e legitimada pela força da mídia.

as tensões existentes entre Estado e Sociedade na sua forma burguesa de se constituir o poder no qual paulatinamente encaminha essa sociedade para o viés privado, dentro deste contexto a relação de origem publico privado vai se dissolvendo em meio a esfera publica burguesa

E continua sua análise dizendo:

as técnicas e os monopólios midiáticos criam abismos entre interioridade e exterioridade entre o viver público e o privado causando uma crise perceptiva e assimilativa dessa sociedade.

Constroem assim uma dialética de interesses entre o espaço público e o privado de caráter socioeconômico e que de certo modo compromete a qualidade de vida de todos os cidadãos que se encontram nas áreas urbanizadas, obrigando-os a conviver em meio a essa divergência espacial, consolidada em um jogo de interesses conforme aponta Albernaz (2004) apud, apud: Montalvão 2014 p. 22) no qual cita que

o espaço público é considerado local das divergências: carros x pedestres, estacionamento x espaços livres, mobiliário urbano x pedestres, painéis publicitários x perspectivas panorâmicas, enfocados na ótica conceitual contemplando as diferentes áreas do conhecimento.

O espaço público constantemente não é respeitado, seja através de um carro que insiste em estacionar em uma calçada, seja através de moradores que colocam lixo em uma calçada, ou em alguns casos quando uma parcela de uma praia que ao invés de ser de uso coletivo, a mesma é cercada, deixando em vários casos, apenas um corredor para transeuntes. Assim o cidadão se sente refém de um local deteriorado em sua “essência” de bem público, e a impressão que fica é que apenas no privado se é respeitado e organizado.

O espaço público no seu contexto socioespacial é um dos espaços que representam a democracia, necessário, portanto ter seu uso feito de forma correta pela sociedade, acompanhada de uma manutenção constante executada pelo poder público.

Para a população pobre é imprescindível que os espaços públicos sejam gratuitos e de “qualidade”, pois caso ocorra a privatização desses espaços, de algum modo um preço será cobrado para seu uso, o que inviabilizara a sua acessibilidade para esses cidadãos.

1.3 - Introduções conceituais e historicidade sobre segregação socioespacial.

Ao se pensar em segregação automaticamente se associa a idéia de discriminação e de separação; o ser humano para se sobressair na natureza desde o tempo histórico em que seu modo de produção era coletor, se formou em grupos na busca de defesa contra os perigos de sua época que existiam e que poderiam afetar a si e a sua prole, assim como buscavam os meios para se alimentar, sendo que a formação desses grupos "sociais"¹⁴ foram determinantes para a conservação de sua espécie até os dias atuais.

Ao se confrontar com grupos diferentes ao seu grupo enxergavam neles muitas vezes um perigo eminente e os consideravam diferentes de si, porem, se fosse benéfico para ambos os grupos poderiam se unir na busca de um objetivo comum, em caso contrario eram visto como inimigo criando uma relação entre o bem e o mal, entre os incluídos e não incluídos.

Dentro do contexto histórico, antes e após o feudalismo¹⁵ as sociedades se territorializaram no espaço, onde surgiram em variados lugares à urbanização, nas quais cidades se desenvolveram dentro das dinâmicas sociais de cada local. A parcela do espaço territorializada se materializa entre a natureza e as obras construídas pelo homem, que seguindo a lógica mercantilizada no capitalismo, foi um dos agentes de segregação.

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens super impuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. (SANTOS, 1996, p.51).

A segregação socioespacial dentro do contexto urbano ocorre de formas variadas, sejam elas raciais, sociais, religiosas, etc. Porém ao analisarmos as cidades contemporâneas e principalmente as cidades de países considerados subdesenvolvidos como o Brasil, observamos o agravamento deste fenômeno por diversos fatores, principalmente de viés financeiro, étnico e social confirmando o descaso estatal com sua população, principalmente quando se trata do cidadão mais vulnerável nesta sociedade.

As características do crescimento econômico, entretanto não deixam dúvidas. Ele é profundamente concentrador. Concentrador de renda, de terra, de poder. Ele é sempre profundamente excludente. Não se trata da exclusão que atinge a Europa e os Estados Unidos no início da década de 1970. O fordismo periférico que se inicia no Brasil, após a segunda guerra por exemplo, se desenvolve com exclusão social, diferentemente do que acontecera nos países centrais. Trata-se da modernização com exclusão. [...] A exclusão social não é passível de mensuração mas pode ser

¹⁴ Poderia ser considerado como um Comunismo Primitivo

¹⁵ Feudalismo, modo de produção organizado socialmente e politicamente com base nas relações entre os proprietários de feudos (donos de terras) e trabalhadores não possuidores de terras ao qual na época feudal eram chamados de servos.

caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, principalmente, a ausência da cidadania.(MARICATO, 1995, p.5 - 30).

Negri (2008, p.131) relata que o primeiro modelo de segregação foi formulado por J. G. Kohl em 1841, geógrafo alemão. Continua descrevendo que neste modelo, a cidade era caracterizada por uma divisão de anéis, na qual consistia de uma classe alta habitando o centro enquanto na periferia habitavam os pobres.

Destaca também que na Geografia, um dos primeiros autores que se utilizou do conceito de segregação foi Robert Dickinson, em seu livro de 1947, quando o mesmo examinava esse conceito juntamente com os de invasão e sucessão (NEGRI 2008).

Duncan Timms (1971), desenvolve essa temática a partir do balanço de vários estudos empíricos, propõe uma Teoria de Diferenciação Residencial, na qual examinava a segregação da população através do exame das diferenças entre o status econômico, a composição familiar e as características étnicas.

Existem outros estudos que apontaram ser a segregação socioeconômica residencial uma das principais em grandes centros urbanos, conforme demonstram alguns autores tais como Robert Park (1916), Manuel Castells (1983), Ana Fani Carlos (1999, 2012), Ermiria Maricato (1995, 1997, 2000) e outros; não obstante, observamos o fenômeno também em médios e pequenos municípios como demonstra em seus estudos Silvio Negri, (2008) e Sergio Negri, (2001, 2010).

Segundo Marcuse (2004), historicamente existe um padrão geral de segregação das classes sociais, que podemos dividir da seguinte maneira:

1) Divisão Cultural – realizado por meio da linguagem, da religião, das características étnicas, formas arquitetônicas, por país ou nacionalidade;

2) Divisão Funcional – é resultado de uma lógica econômica, resultando na divisão entre bairros residenciais e comerciais, áreas rurais e indústrias. Pressupõe a divisão do espaço pela função exercida para cada atividade.

3) Divisão por Diferença no Status Hierárquico –dentro do contexto das relações de poder na cidade. Pode ser representada, por exemplo, por um enclave (condomínio fechado) ou pela distribuição dos serviços públicos pelo Estado.

Para Marcuse (2004), existem dois tipos de segregação, a “voluntária” e a “involuntária”. A “involuntária” acontece quando determinada pessoa ou determinada parcela da população se vê obrigado por diversas razões (impostos, especulação imobiliária, preço do

aluguel e de moradias etc.) a habitar um determinado espaço, como por exemplo, as favelas existentes nas metrópoles brasileiras e latino-americanas.

Robert Park (1916) apud: Negri (2008), via na segregação um processo “natural” de distribuição da sociedade no espaço. A voluntária seria através da ratificação social, econômica e cultural de uma determinada classe social quando esta se vê “ameaçada” por outras camadas sociais em relação a sua identidade, enquanto classe dirigente social e política.

O uso e a apropriação da cidade enquanto moradia conjuntamente com suas infra-estruturas acontece estruturada segundo a capacidade de forças resultantes na relação social, técnica e política.

A segregação residencial é uma expressão das classes sociais. Para se compreender isso melhor, é importante que se conheça como no capitalismo as classes sociais foram estruturadas. De acordo com Marx, Poulantzas e Giddens, Harvey¹². Argumenta que no capitalismo há três forças básicas que estruturam as classes sociais:

(a) Uma força primária, básica, que vem das relações entre capital e trabalho, gerando uma estrutura dicotômica de classes: os detentores dos meios de produção e os que vendem sua força de trabalho.

(b) Uma força residual, que é originada de formas pretéritas de organização social ou do contato entre um modo de produção dominante e um subordinado. Traduz-se, por exemplo, na existência de uma aristocracia rural e de camponeses mais ou menos incorporados ao capitalismo.

(c) Forças derivativas, que emergem devido às necessidades de preservar os processos de acumulação do capital através de inovações tecnológicas e controlar as mudanças na organização social. (CORRÊA. 1993, p.61)

A segregação socioespacial a nível urbano, principalmente em países em desenvolvimento, é algo intrínseco e cristalizado em uma sociedade que não possui condições reais de desenvolvimento educacional e conseqüentemente laborais, o que torna esses moradores dotados de salários de subsistência, sendo esses cidadãos menos abastados financeiramente, condicionados a regra imposta pelo mercado de reserva de mão de obra, ou pelo mercado especulativo de terras, com isso, obriga involuntariamente a ocupação de áreas distanciadas e desprovidas de infra-estruturas.

A rigor, os processos de segregação socioespacial na cidade estão estreitamente relacionados com a precarização do mercado de trabalho e o desemprego, que afetam mais que proporcionalmente as camadas mais pobres, menos escolarizadas e que tiveram menos meios de resistir àquilo que se pode denominar de diáspora da classe trabalhadora. Este processo, associado à dinâmica especulativa de valorização do solo urbano e aos sentidos do investimento do capital imobiliário, incide sobre as condições e opções de moradia da população, o que, desde os anos 80, leva à expansão demográfica crescente das periferias em contraposição com o esvaziamento populacional nas áreas centrais (bem servidas por infra-estrutura) e à redistribuição das camadas mais ricas da população para novas fronteiras de ocupação delineadas pelos sentidos do investimento do mercado imobiliário (HUGHES, 2004, p. 94).

Para Maricato (1995, p. 29) na formação das cidades

a exclusão social tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental, configurando pontos de concentração de pobreza à semelhança de "guetos", ou imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada.

Negri (2008, p. 132-141) destaca o relato de Villaça (2001) sobre o conceito de segregação no qual ele diz que:

a segregação nas periferias das cidades brasileiras é involuntária. E ainda, que não existem dois processos, mas apenas um, ou seja, quando há um vitorioso, existe um derrotado. A segregação de um se reflete na segregação do outro, dialeticamente no mesmo processo e ao mesmo tempo.

Negri (2008) destaca ainda que a segregação socioespacial acentua-se ao morar num bairro periférico de baixa renda, haja vista que isso significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, de renda e cultural. Isto quer dizer que um morador de um bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente. Implica, na maioria dos casos, em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital.

Seguindo as ideias de Marcuse¹⁶, obtemos a seguinte definição, em termos de processo: "Segregação (segregation) é o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área definida, em um gueto. É o processo de formação e manutenção de um gueto".

Maricato, em (A Terra é um nó na Sociedade Brasileira ... Também nas Cidades, p.1) nos remete a uma análise de como se dá o processo de segregação na ocupação da terra urbana mercadológica, onde a mesma destaca que "a invasão de terras urbanas no Brasil é parte intrínseca do processo de urbanização". nos orienta ainda que [...] " não é, fundamentalmente, fruto da ação da esquerda e nem de movimentos sociais que pretendem confrontar a lei. Ela é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais".

Outro fato citado pela autora nesse processo segregativo é que o quesito de moradia em nível de Brasil nunca foi um fator levado em consideração pelo capital nas relações de trabalho, sendo isso determinante para o surgimento de várias favelas ou de lotes ilegais combinados à autoconstrução sendo parte integrante deste crescimento urbano.

A autora cita ainda que como parte das regras do jogo, a ocupação de terras urbanas tem sido tolerada em muitos casos para evitar conflitos, mas este fato não acontece em áreas valorizadas pelo mercado imobiliário.

¹⁶ MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. In: Espaço e Debates. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, jan./jul. 2004, pp. 24-33, apud: NEGRI (2008).

O Estado não tem exercido como manda a lei, o poder de polícia. A realidade urbana é prova insofismável disso. Impossível; admitir o contrário, pois se essa gigantesca ocupação de terras não fosse tolerada e a população pobre ficasse sem alternativa nenhuma, teríamos uma situação de guerra civil, considerando os números envolvidos. [...] Não é em qualquer localização, entretanto, que a invasão de terras urbanas é tolerada. Nas áreas valorizadas pelo mercado, a lei se aplica.

É em meio a esses conflitos, jogos de poder e desarranjos sociais que se espacializa geograficamente seus habitantes na mancha urbana segregada, dotada de direitos a cidade, apenas a quem efetivamente nas relações de poder podem se sobressair, restando à grande maioria de sua população a conformidade de sua ocupação periférica e ou em áreas consideradas de risco, conseguem com isso, em partes, a separação voluntária ou involuntária (segregação socioespacial) entre os ricos, classe média e pobres, segundo a regras impostas pelo capital.

1.4 – Espaço público e sua relação com a segregação socioespacial

Ao analisarmos ambos os conceitos de espaço público e segregação socioespacial, nota-se que o primeiro, se mal gerenciado pelo poder público, intensifica o segundo, principalmente em países subdesenvolvidos, onde as diferenças socioeconômicas e residenciais são uma realidade concretizada na formação socioespacial do modo de produção capitalista, a qual interesses privados e luta de classes é algo passível de acontecer.

Todo o cidadão urbanizado se confronta ou necessita dos espaços públicos, seja ele para locomoção, para lazer, para prática política, para cultura, para eventos religiosos ou esportivos.

Com o crescimento populacional urbano e seu modo de ocupação desordenado e fragmentado, se negligenciou ter uma preocupação voltada para construção dos espaços públicos principalmente em bairros periféricos, onde ao analisarmos o seu traçado é passível de encontrarmos em vários bairros populares, apenas pequenas residências sem um único espaço público consolidado, tendo algumas vezes, nesse local, apenas terrenos vagos com a intencionalidade de um dia abrigar um determinado espaço público.

As classes de menor poder aquisitivo geralmente que vivem em áreas periféricas destituídas e ou com poucos espaços públicos são as que mais necessitam dessas infra-estruturas, haja vista serem principalmente nesses locais que estes cidadãos conseguem ter acesso em parte a política, a cultura, aos serviços estatais e ao lazer, em seus momentos de necessidade de ordem pessoal ou na folga das suas atividades laborativas.

É dentro dessa urbanização economicista e controlada pelo capital que o Estado na maioria das vezes sob comando da burguesia e orientado nas diretrizes de mercado, direciona a fazer investimentos de maior montante em áreas urbanas onde abrigam pessoas com melhor rendimento financeiro, dando a esses espaços uma atenção especial em contraposição no que é feito na periferia ao que se refere a espaços públicos.

O território urbano é cada vez mais artificializado e pensado na ótica do privado em detrimento do público e exemplos não faltam como o Shopping Center com suas praças de alimentação, cinemas e lojas, os parques aquáticos e ou de diversões com seus atrativos, os hipermercados e os bancos com a maioria de suas agencias em áreas centralizadas, todos criados na ótica do consumo, em busca de um público ansioso por uma segurança privada e ou vigiada, são esses lugares voltados para o espetáculo e entretenimento, mas que na realidade são efetivamente áreas de lazer ou uso que quando não é público são para poucos cidadãos que podem pagar e desfrutar dessas benesses.

Esses espaços privados são dificilmente localizados em locais periféricos, com isso o processo segregativo se acentua quando o espaço público segue essa tendência, daí nasce à necessidade de resgatar o espaço público dentro da ótica de seu uso social com a devida preocupação do poder público em não criar apenas um ambiente urbano de mercado e pouco favorável para a vida comunitária, mas sim, é função do Estado, se preocupar em dinamizar e instalar esses espaços públicos, dotados de atrativos que sejam voltados a atrair os cidadãos, garantindo que tenham um bem estar social de qualidade com ampla acessibilidade e de forma gratuita.

Segundo Serpa (2011), é no termo “periferia” que é explicitado, em geral como áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro. Todavia, muitas áreas afastadas dos centros das cidades não são entendidas, atualmente, como periféricas. O termo absorveu uma conotação sociológica, redefinindo-se. Dessa forma, “periferia” hoje significa também aquelas áreas com infraestrutura e equipamentos de serviços deficientes, sendo essencialmente o lócus da reprodução sócio espacial da população de baixa renda e com baixa escolaridade.

É no planejamento e na gestão que a prática sócio administrativa nas políticas públicas, serve para soluções de conflitos urbanos. Esse planejamento, teoricamente deveria ser desenvolvido com o direcionamento voltado a toda população dentro de um plano consensual entre as suas classes sociais.

Em muitos casos dentro da lógica de embelezamento do urbano é vendida a idéia de revitalização de determinadas áreas ou a construção em novas áreas que se destinarão ao lazer

de toda a comunidade, tais como parques, praças, etc, porém essa é uma meia verdade haja vista que para se ter acesso a esses locais moradores de bairros distantes e ou carentes desses espaços enfrentarão a realidade de gasto tanto financeiro quanto temporal, dependerá para isso de uma boa estrutura de transporte coletivo com uma boa malha viária de acesso e no local se tornará necessário possuir atrativos internos gratuitos, assim mesmo, tendo todas essas condições haverá pessoas carentes que serão segregadas devido não serem possuidoras dos recursos financeiros e temporais.

Outro fator importante a destacar é quanto às decisões tomadas referentes ao local a ser implantado um determinado equipamento público, pois é notório que a partir de sua instalação todo seu entorno será valorizado financeiramente e socialmente; informações privilegiadas a determinados grupos sociais sobre obras deste tipo, poderão ocasionar uma valorização antecipada do local e de suas imediações, sendo com isso, um gerador potencial de uma especulação imobiliária em busca de um público alvo para esse empreendimento, onde segregação ou a gentrificação¹⁷ é passível de ocorrer.

Entre os problemas enfrentados principalmente em áreas periféricas, não obstante outras áreas também relacionadas aos espaços públicos é a desatenção pelo poder público com relação à manutenção desses locais que favorecem o desapego do usuário a esse bem público, conseqüentemente esse espaço se deteriora e marginaliza-se e a opção do espaço privado se destaca como grande alternativa de bem estar social.

Em meio às transformações culturais quanto sociais em um período dotado de tecnologias, na qual a vida se torna mais dinamizada, sabiamente esse fato não é contemplativo a todos os habitantes, pois esses espaços adquirem novas intenções, símbolos, valores surgindo novos paradigmas em sua apropriação. Por traz dessa alternativa intencional é trabalhado a ideia de seu valor de troca (financeirizado) em contraponto ao seu valor de uso (necessidade social) no qual com isso, limitado fica sua acessibilidade, criando através deste processo a segregação dos cidadãos carentes que não podem pagar pelo seu uso.

Outra alternativa apresentada pelo poder público se trata de iniciativas de manutenção desses espaços via parceria pública privada, onde se concede ao privado parcelas físicas desse território de lazer autorizando a construção de estabelecimentos comerciais,

¹⁷ Gentrificação significa um processo de mudanças nos padrões residenciais e culturais em determinados espaços geográficos urbanos podendo acarretar mudança de alguns moradores mais pobres para outros locais com preços mais acessíveis.

O termo gentrificação é atribuído originalmente à socióloga Ruth Glass, que em 1964 utilizou a expressão para descrever um processo iniciado em 1950 no centro de Londres, quando algumas áreas residenciais deterioradas, tradicionalmente ocupadas por operários, estavam sendo transformadas em áreas residenciais para grupos de status socioeconômico mais elevado (FURTADO 2011, apud: GEVEHR 2017).

diminuindo com isso a proporção de área destinada aos cidadãos, porém dessa forma tornou-se possível continuar gratuito o seu acesso, mas essa opção costuma ser implantada apenas em lugares de bom fluxo de pessoas¹⁸. Outra forma e aí em termos de menor impacto social, se trata de empresas que reformam e ou constroem esses espaços, em troca de propaganda de sua empresa ser reconhecida como socialmente responsável, ou em troca de isenção de impostos a ser pagos ao poder público, atualmente uma das formas vistas com bons olhos e já implantadas em alguns municípios, se trata do uso de multas jurídicas serem usadas no interesse social, como por exemplo, na construção de uma nova praça que será administrada pelo poder público municipal, ao qual se utilizará de recursos privados em sua construção relativos a multas de processos judiciais¹⁹, tem de se ter o cuidado nesses casos de ser esta ação conjunta entre o poder jurídico, o poder executivo municipal e a sociedade civil na escolha do melhor local, sendo que a utilização desse recurso na mancha urbana tenham preferência para que sejam feitos em locais periféricos.

¹⁸ Em Rondonópolis – MT, uma praça que apresenta essas características através de quiosques é a Praça Brasil

¹⁹ Praça construída em 2015 no bairro Jardim Atlântico em Rondonópolis – MT, é exemplo do uso desses recursos.

CAPITULO 2 A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

2.1- O Estado enquanto instrumento de reprodução socioespacial desigual no capitalismo

A desigualdade social e econômica é uma característica que acompanha diversas sociedades ao longo da história desde o advento da civilização. Em cada Modo de Produção (escravismo, feudalismo, capitalismo) esse processo apresenta particularidades derivadas, sobretudo, da forma de propriedade dos meios de produção e das relações sociais de produção imperantes nos mesmos.

No capitalismo a dinâmica da luta de classes vai ter como centro as disputas entre novas classes sociais, burguesia e o proletariado. Nesse sentido uma nova lógica de acumulação se torna hegemônica, a obtenção de lucro na relação capital-trabalho através da apropriação do trabalho suplementar não pago, a mais-valia²⁰. Nesse processo de acumulação de riquezas a classe dominante, a burguesia, busca controlar os meios de produção, expandir os negócios e apropriar-se privadamente do território.

A revolução burguesa francesa que buscava por um fim a qualquer tipo de exclusão vigente na França sob o lema de igualdade, liberdade e fraternidade, acabou contraditoriamente, sedimentando o poder da burguesia, na medida em que essa classe se apropriava do Estado, o qual passaria a representar seus interesses de classe.

O termo Estado deriva do latim status (“estar firme”) e significa a permanência de uma situação de convivência humana ligada à sociedade política (cf. DALLARI, Elementos de teoria geral do Estado, p. 51). Muitos estudiosos procuraram compreender a realidade do Estado, mas foi o pensador alemão Max Weber (1864-1920) quem elaborou uma das conceituações mais conhecidas e debatidas entre os estudiosos do assunto. Podemos simplificá-la nos seguintes termos: Estado é a instituição política que, dirigida por um governo soberano, reivindica o monopólio do uso legítimo da força física em determinado território, subordinando os membros da sociedade que nele vivem (cf. WEBER, Ciência e política, p. 56), apud: (COTRIM, Fundamentos de filosofia., 2013, p. 346).

De posse do poder central, a burguesia estabelece o novo paradigma de Estado com a divisão entre os poderes²¹. A partir de então o chamado Estado Moderno ou Estado Nação se torna a forma jurídica-política e territorial pela qual a burguesia irá moldar o mundo capitalista, cujo ápice se dá com a Revolução Industrial inglesa. Nesse novo contexto, o Estado passa a comandar e planejar a nova lógica de dominação e acumulação de capital por meio de reformas. Podemos citar um sistema único de pesos e medidas, uma moeda única, um sistema jurídico, segurança nas estradas e exército nacional (HUBERMAN, 1986).

²⁰ Expropriação do valor do trabalho do proletário pelos donos dos meios de produção.

²¹ Executivo, Legislativo e Judiciário.

Diversos autores discorreram sobre o Estado no âmbito das ciências Humanas e Sociais. Maquiavel foi um dos primeiros estudiosos a aprofundar o debate sobre o tema. Associados a ele, outros importantes estudos foram desenvolvidos por autores seminais, a exemplo de Karl Marx, Maximilian Karl Emil Weber, David Émile Durkheim, Georg Wilhelm Friedrich Hegel e Friedrich Ratzel, entre outros. Karl Marx, na perspectiva do Materialismo Histórico, desenvolveu uma teoria que revolucionaria os estudos até então vigentes, se contrapondo às análises e a interpretação clássica de Durkheim, mais tarde resgatada, em parte, por Weber.

Para Marx o Estado era compreendido uma relação entre a infra-estrutura e a superestrutura. A infra-estrutura é a base econômica, ou melhor, é o conjunto das relações de produção que corresponde a um passado determinado do desenvolvimento das forças produtivas. Já a superestrutura tem como parte principal o Estado que é constituído pelas instituições jurídicas e políticas e por determinadas formas de consciência social (ideologia).[...] Na visão marxiana o Estado é o aparelho ou conjunto de aparelhos cuja principal função é tentar impedir que o antagonismo de classe degenere em luta. Entretanto, este mesmo Estado não se atém a mediar os interesses das classes opostas, mas acaba por contribuir e reforçar a manutenção do domínio da classe dominante sobre a classe dominada. [...] Para Durkheim o Estado deveria funcionar como agente para garantir a organização moral da sociedade e deveria atuar como centro de organização mental dos grupos secundários, ou seja, aqueles grupos que refletiam os objetivos da coletividade. [...] O Estado racional weberiano é definido como uma comunidade humana que pretende o monopólio do uso legítimo da força física dentro de determinado território (WEBER, 1991). O Estado assim é a única fonte do direito de uso à violência e se constitui numa “relação de homens dominando homens” e essa relação é mantida por meio da violência considerada legítima. Segundo nosso autor, para que um Estado exista é necessário que um conjunto de pessoas obedeça à autoridade alegada pelos detentores do poder no referido Estado e por outro lado, para que os dominados obedeçam é necessário que os detentores do poder possuam uma autoridade reconhecida como legítima. (BELLAMY,1994,p.169, Apud: QUARESMA, Silvia Jurema Leone).

Depreende-se das afirmações de Marx que o Estado traz consigo funções de organização, justiça e proteção de uma determinada formação socioespacial. Por exemplo, criam-se leis, forças armadas para proteção externa, polícia para repressão interna e proteção da propriedade privada no sentido de cumprir as diretrizes legais, determinadas pelo poder judiciário e legislativo no âmbito da interioridade do País. Embora o Estado Moderno não apague completamente as rugosidades de seu passado, acaba se impondo hegemonicamente sobre as diferenças e diversidades políticas, culturais e ideológicas no território.

Muito embora a ideologia corrente posicione o Estado capitalista enquanto representante dos interesses comuns da nação, o movimento de exclusão patrocinado pela dinâmica de acumulação de capital, contraditoriamente, explicita o seu caráter de classe conforme nos demonstra Cotrim, (2013) nas relações de poder.

[...] o Estado não é um simples mediador de grupos rivais, isto é, daqueles que protagonizam a luta de classes, conforme a terminologia marxista. É uma instituição que interfere nessa luta de modo parcial, quase sempre tomando partido das classes sociais dominantes. Portanto, sua função é garantir o domínio de classe. (COTRIM, Fundamentos de filosofia, 2013, p.346).

Marx e Engels (1952, p. 44), citados por Harvey (2005 p. 82), elaboraram a clássica afirmação de que, em verdade, “(...) o Executivo do Estado moderno é apenas um comitê para gerenciar os negócios comuns do conjunto da burguesia”.

Nesse processo a propriedade privada é legitimada. O valor de troca se sobrepõe ao valor de uso no que tange os fixos e os fluxos (SANTOS, 1988), potencializando a produção e reprodução do capital, tanto no meio rural como no urbano. As trocas, assim, ocorrem tendo como parâmetro o valor dinheiro no processo de privatização do território, privilegiando os detentores dos meios de produção e os especuladores do mercado imobiliário e financeiro, em detrimento das necessidades sociais da maior parte da população.

Harvey (2005, p. 82-83), demonstra o entrelaçamento do Estado Burguês na reprodução do capitalismo nas diversas formações socioespaciais:

As relações sociais de troca e de valor de troca, que se situam no centro do modo capitalista de produção, pressupõem:

1. O conceito de pessoa jurídica ou pessoa física (MARX, 1973: 243-6), ambas pessoas despidas de todos os laços de dependência pessoal (como aqueles característicos da época escravocrata ou feudal), e, aparentemente livres para entrar em conflito entre si e se envolverem em trocas dentro dessa liberdade (MARX, 1973: 163-4).
2. Um sistema de direito de propriedade, que assegura que os indivíduos obtêm o domínio sobre os valores de uso apenas mediante a propriedade ou a troca.
3. Um padrão comum de valor de troca (a objetivação que é o dinheiro), de modo que envolva apenas a troca de valores equivalentes, significando que os indivíduos se abordam no mercado essencialmente como iguais, no que diz respeito à medida de troca (MARX, 1973: 241). O dinheiro é, em resumo o grande nivelador.
4. A condição, na troca, de dependência recíproca (em oposição à dependência pessoal), resultante do fato de que toda produção do indivíduo depende da produção [...] e do consumo de todos os outros indivíduos (MARX, 1973: 156 e 242-5). A condição de livre individualidade e igualdade é, portanto, socialmente determinada; alcança-se apenas nas condições aceitas pela sociedade e com os recursos fornecidos pela sociedade, daí {ela} se dedicar a reprodução dessas condições (MARX, 1973: 156). A partir disso, surge a separação entre os interesses privados e as necessidades sociais; essa última se afigurando como um poder alienígena (o Estado) sobre o indivíduo.

Nos dias atuais o capitalismo é, sobretudo, uma ideologia naturalizada pela Psicosfera²² (SANTOS, 2008), na manutenção do status-quo. Assim, em tempos de Globalização, as desigualdades Socioespaciais ocorrem de modo velado, com cidadãos de

²²Psicosfera segundo Milton Santos (2008 p. 171-174), é o mundo das ações, vem estimular o imaginário. “A psicosfera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido também faz parte da produção desse ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário”.

“segunda classe” e direitos suprimidos, alargando a faixa de pobreza e miséria. Antigas formas de exclusão, próprias de outras relações sociais de produção, por sua rigidez do tipo limpeza étnica, aprisionamento ou trabalhos forçados, se tornam politicamente incorretas. Entretanto, as formas próprias de exploração do modo de produção capitalista não conseguem evitar totalmente as contradições de classe e seus antagonismos, muito explicitados pela organização popular em busca de direitos mínimos, que podem desaguar em movimentos reivindicatórios mais amplos, dado a tomada de posição de classe por parte dos trabalhadores.

(...) Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo (MARX 1983).

No Período Técnico, Científico e Informacional (SANTOS, 1985, 1996), as características fundamentais do capitalismo se tornaram mundializadas, compreendendo todos os lugares do planeta em diversas escalas de intensidade. O fenômeno da Globalização torna o mundo prenhe de novos signos próprios dessa nova fase histórica. Uma nova dinâmica comanda o processo de acumulação, marcado pela multinacionalização das empresas, da produção e dos produtos, da financeirização das relações sociais e de produção e de novos papéis do Estado.

Nesse processo de globalização, o espaço geográfico tem um papel privilegiado, tanto enquanto lócus da produção-circulação, quanto como instrumento analítico da realidade. Primeiramente porque a produção-circulação se faz cada vez mais intermediada pela ciência e pela técnica, que extrapola seus efeitos para todo o conjunto da vida social, em todas as formações socioespaciais, a tal nível que espaço geográfico pode ser chamado de Meio Técnico, Científico, Informacional (SANTOS, 1996). Ao mesmo tempo, segundo Santos (1996, p.122), no processo de cognição da realidade, o espaço geográfico se destaca, “(...) uma vez que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre esse passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam”.

Nas condições objetivas da formação socioespacial brasileira, dadas suas especificidades, enquanto um subespaço do terceiro mundo, uma análise conseqüente deve envolver os aspectos e variáveis determinantes, buscando o resgate de uma espacialidade totalizante.

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, pg.171).

Dentro das discrepâncias presentes na produção e reprodução do espaço geográfico ressaltamos aqui as disparidades e desigualdades no acesso aos direitos básicos dos trabalhadores, no âmbito de um Estado Nação, cujas normatizações constitucionais são cotidianamente negadas ao coletivo. Nesse contexto, o Estado deveria ser o ente provedor de políticas públicas para a maioria social que se encontra em situação de carência e desprovida dos serviços públicos básicos, para se evitar os conflitos que dentro desse modo de produção são de difíceis resoluções, e nos quais nesse sistema são motivados na maioria das vezes pelas necessidades desta população dependente de seus salários.

No período técnico-científico-informacional (SANTOS, 1985, 1996), o espaço geográfico é instrumentalizado, devendo estar apto a responder eficazmente às demandas do capitalismo mundializado. Nesse processo há uma tendência à monopolização do território por parte de uma pequena minoria nos lugares. Segundo Negri (2001, p.06), essa minoria, detentora dos meios de produção/território, o considera um recurso,

(...) usufruindo os novos fatores da modernidade em sua plenitude, [enquanto] todo o restante da sociedade local só faz uso de algumas parcelas desse mesmo território, o território entendido enquanto abrigo (SANTOS, 2005), e do novo sistema técnico e organizacional advindo do novo período. Esse processo nos revela o uso desigual do tempo e do espaço no lugar, materializado por divisões do trabalho superpostas e hierárquicas, resultando na fragmentação do território e na manutenção e/ou agravamento de desigualdades sócio-territoriais herdadas.

Assim, o estudo de uma nova dinâmica territorial do capital no atual período deve contribuir para um melhor entendimento das contradições presentes nos lugares, em sua relação com o mundo, particularmente as que discorrem sobre as desigualdades sociais e econômicas em sua espacialização. Em outras palavras, trata do processo de Segregação Socioespacial em porções do terceiro mundo, como é o caso do Brasil, destacando-se as políticas públicas de gestão e planejamento territorial.

2.1.1 Políticas públicas estatais e segregação socioespacial

O Estado tem em sua forma organizativa a natureza Política, sendo o mesmo dotado de soberania e relações de poder sobre os cidadãos em uma área espacial delimitada por suas fronteiras. O povo desse território em sua formação adota um idioma, costumes, e

constituição de uma etnia, com seus hábitos, religiões, sentimentos de pertencimento do lugar, tradições que colaboram para a unificação desta nação.

No Brasil, algumas pesquisas apontam que o principal tipo de segregação encontrada é a de origem socioeconômica residencial, e a mesma é derivada dos processos estatais e financeiros. Nesses processos as classes sociais se distribuem de forma desordenada e desigual no espaço geográfico, onde favorecem a uma organização espacial corporativa e fragmentada em que as elites podem controlar a produção e o consumo da cidade, através de instrumentos como o Estado e o mercado imobiliário.

O planejamento e a gestão sócios territoriais no Brasil sempre se caracterizaram pelas omissões de órgãos estatais, criando com isso uma ocupação desordenada e fragmentada, principalmente na política de ocupação do solo (por exemplo, de não conformidade social a lei de terras de 1850, na qual se destinava a regulamentação do meio rural, no entanto também fora empregada ao meio urbano).

Se antes de 1850 a terra não exigia "cauteladas jurídicas" nem da Coroa Portuguesa e nem do Império Brasileiro, sendo a ocupação ou posse, práticas legítimas para adquirir a propriedade, após essa data o Estado passa a regular o acesso à terra. Antes de 1850, "a terra era praticamente destituída de valor" (ausência de mercado imobiliário e abundância de terras devolutas) enquanto que o escravo sim, era mercadoria que contava entre os bens do seu proprietário, não como capital, mas como renda capitalista (MARTINS, 1979, apud: Maricato, 1995, p.16)

Políticas públicas de todas as ordens tais como moradia urbana, reforma agrária, mobilidade urbana, saúde, espaços públicos, estradas pavimentada, meio ambiente, acessibilidade, etc, foram historicamente negligenciadas, e continua sendo uma constante na vida do cidadão brasileiro.

Gomes (2002) relata sobre o espaço que vive sendo ocupado desordenadamente, se tornando culturalmente histórico pelos cidadãos pobres, isso ocorre, em decorrência de omissão estatal em relação as moradias informais, o abandono do poder público frente a essas áreas desvalorizadas e por não dirigir qualquer política de habitação que venha a atender a essas populações.

Quando se busca o processo de urbanização brasileiro, que segundo (SANTOS, 1997) em 1960 o Brasil contava com 54,48% da população considerada rural, somente a partir de 1970 o quadro se inverteu e o País passou a contar com 56,80% de uma população urbana, fato que ocorreu dentro de um aceleramento desordenado e fragmentado de ocupação territorial, a consequência foi uma urbanização desenvolvida tardiamente e na lógica do capital especulativo.

Dentro desta construção urbana o empenho dos órgãos de Estado na intervenção social teve em muitas vezes sua ocorrência em locais que estavam sem ou com a mínima infraestrutura local, associava-se a isso as dificuldades de se ter condições na posse de lotes onde devido a essa carência financeira do proletariado por vários períodos obrigou-os a ocupar espaços conhecidos como loteamentos irregulares e ou favelas, com isso muitas vezes essas ocupações foram ocorrendo também em áreas de risco.

[...] É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas situadas em regiões desvalorizadas que a população trabalhadora pobre vai se instalar: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou... áreas de proteção ambiental.(onde a vigência de legislação de proteção e ausência de fiscalização definem a desvalorização). (MARICATO, 1995, p.30 – 31).

A população ao tomar posse dessas parcelas do espaço geográfico, com características físicas desfavoráveis relacionada à inundações, terrenos com declividades acentuadas ou com tendência a deslocamentos e ou carreamento de terra ou solo, áreas essas que na maioria dos casos, são geralmente ocupadas pela população de menor poder aquisitivo, ocupação na qual pode ser legal ou ilegal, comprova ser essa atitude fruto de deficiências sociais existentes, que ocorrem através da negligência do poder público relacionada ao déficit residencial para pessoas carentes, ou por adquirir na construção de conjuntos habitacionais terrenos com um menor preço de mercado, muitas vezes, por falta de políticas sociais de emprego e renda, ou por falta de fiscalização em novos núcleos habitacionais, que se formam através de loteamentos clandestinos; conjuntamente com as características apontadas, haverá a voracidade de um mercado imobiliário sobrevalorizando áreas mais centralizadas, em grande parte propícias para novas construções, como também, em muitos casos, esse mercado especulativo detém na sua posse terrenos e imóveis para aluguel ou valorização, deixando as parcelas degradadas com problemas de natureza física ou distantes dos equipamentos urbanos, onde os preços desses locais normalmente são de pequeno valor, tendo como viés para sua ocupação a população carente da cidade.

No Brasil, o espaço urbano, resultante do padrão de acumulação capitalista, adquire cada vez mais um perfil perverso, no qual as desigualdades sociais nele se refletem, com um aumento significativo da deterioração das condições de vida de amplas parcelas da população: da poluição ambiental às carências de serviços urbanos, das dificuldades de transporte às más condições de habitação, da insuficiência de lazer ao aumento da criminalidade... Problemas como a pouca ou precária disponibilidade de áreas, elevado preço da terra, expansão urbana em curto espaço de tempo, aumento de favelas e loteamentos irregulares (sem infraestrutura básica e equipamentos sociais), são comuns em nossas cidades (NAMUR, 2004).

Ao se deslocar em várias cidades brasileiras é possível verificar que as áreas centrais e seu entorno são dotados de uma infra-estrutura baseada em uma qualidade aceitável ou

razoável e que em contraponto as áreas periféricas são constituídas em sua maioria das vezes por um traçado irregular, com pouca ou nenhuma infra-estrutura, e onde em grande parte possuem uma ocupação rarefeita, que se intercala em meio a vazios urbanos, provenientes de lotes sem uso, no qual objetiva uma valorização imobiliária. Cabe ressaltar neste contexto o crescimento espaço temporal, onde alguns bairros no início da formação da cidade eram voltados para classe de menor renda, mas devido a proximidade da área central tem suas características prediais e populacionais modificadas com o tempo, modificando toda a dinâmica socioespacial do local. A população pobre das cidades, é levada a uma dupla condenação, criando um nível de segregação de maior intensidade, seja ela na forma social ou geográfica.

Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. A pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentada mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhes tem acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhe ser entregue gratuitamente pelo poder público. (SANTOS, 1998, p. 115)

Esses fenômenos de segregação socioespaciais não se tratam apenas de ter seu acontecimento em grandes centros urbanos e sim por ser uma lógica capitalista, também se manifesta em cidades de médio e pequeno porte, pois são recorrentes as diferenças sociais criadas no capitalismo com o intuito de atender interesses da classe dominante, como destaca Negri (2008) em seu estudo sobre Rondonópolis- MT, cidade de porte médio.

Pensar o urbano através da organização espacial das classes sociais nos reporta a inúmeros problemas de ordem social, econômica, política e ideológica. Dentre eles, destacam-se: pobreza, miséria, violência, degradação ambiental e social, exclusão, desemprego, falta de moradia, favelização, periferização, segregação, insuficiência de transporte adequado, entre outros. Neste contexto, nos dias atuais, que o espaço urbano tem sido objeto de estudo dos mais variados campos do saber das ciências humanas e sociais. A complexidade da sociedade atual face a questão da habitação leva-nos a buscar entender a produção e a separação entre as classes sociais nas cidades, separação esta não só espacial, como também, social. (NEGRI, 2008, p. 6).

Santos (1998), indica que países capitalistas avançados tem nos serviços essenciais a incumbência pelo poder público, e sua distribuição geográfica é consentânea com o provimento geral. As distâncias são minimizadas por transporte eficientes e ou escolares e hospitais gratuitos entre outros equipamentos urbanos públicos. Essas benesses não se tratam de função salarial e sim de um direito do cidadão que esteja trabalhando ou não, esses benefícios independem de sua classe social e o que se busca é uma equidade social e territorial.

Para se tentar minimizar os efeitos econômicos de exclusão criados pelo capitalismo acumulativo se busca dentro desse modo de produção embasar um planejamento urbano dentro de teorias capitalistas liberais e ou neoliberais onde se incorporam de instrumentos como o Plano Diretor e ou o Estatuto das Cidades para satisfazer em parte o trabalhador proletariado, dando-lhe uma limitada representatividade.

Apesar da participação de representantes da sociedade em determinados conselhos deliberativos o poder de gestão cabe ao Estado burguês e as regras de funcionamento do mesmo legitimam as condições favoráveis para à classe dominante que residem nos melhores bairros.

A segregação sócio-espacial tornou-se corrente no espaço urbano, consolidando as diferenças e contradições no investimento do Estado nos bairros das diferentes classes sociais que os disputam, relegando a um segundo plano as classes mais pobres da sociedade e aumentando a precariedade da forma como vivem, sem que o Estado consiga de alguma maneira intervir. (NEGRI, 2008 p. 28).

Esse fenômeno de segregação socioespacial é algo intrínseco na sociedade brasileira que acompanha por décadas essa luta de classes nas questões de moradia, bem como nas relações capital versus trabalho ao qual norteiam as formações socioeconômicas responsáveis pelos reflexos que se materializam na construção das cidades.

O período que vai de 1930 a 1980, caracterizado pelo intenso processo de industrialização e urbanização, com a forte intervenção estatal na vida econômica e política, mereceu algumas referências numéricas com a finalidade de evidenciar tanto o crescimento econômico quanto a concentração das riquezas, com evidente reflexo na construção das cidades. Cinco décadas de acentuado crescimento populacional urbano marcado pela dinâmica expressa no binômio “crescimento e pobreza”, resultarão numa cruel herança para os anos 80. Nessa década ela será agravada pelo fim do desenvolvimentismo e pela emergência de um novo arranjo internacional, que acarretará a ampliação da desigualdade. (MARICATO, 1995, p.5)

Maricato (1995, p. 54) nos orienta que no contexto real urbano brasileiro existe uma combinação através de uma regulação excessiva e detalhada voltada ao mercado formal imobiliário no qual é excludente, que se associa à total desregulação e abandono de parte do solo urbano.

Em meio ao que foi apresentado verifica-se que a segregação encontrada nas cidades não se trata, tão somente, por ocorrer um mau planejamento por parte do Estado, mas também são ocasionadas por existir condições diferenciadas em relações de poder, de renda e de infraestrutura na qual são encontradas nas classes sociais do proletariado e da burguesia.

2.1.2 Os espaços públicos na contemporaneidade das cidades

Ao discorrer sobre espaços públicos contemporâneos nas cidades se tornam necessária algumas observações relacionadas ao seu planejamento, a sua gerência administrativa (gestão) e suas intencionalidades, políticas internas e externas que envolvem a dinâmica tanto em seus fixos como em seus fluxos²³.

O planejamento em si consiste em uma forma de assegurar ou reestabelecer uma ordem em determinado espaço geográfico urbano, oferecendo através de estudos científicos multidisciplinares melhores condições e ou qualidade de espaços públicos voltados a atender os anseios e as necessidades de determinada sociedade.

Segundo Ferrari, (1982, p. 35) um dos fatores decorrentes dessa urbanização desordenada que necessita de um ordenamento se dá através do fato de que “o homem migrou do campo para a cidade em função da precariedade das relações de trabalho que o colocavam numa situação miserável, com isso a pobreza iria se transferindo do rural para o urbano, haja vista, esse migrante agrário quando não era inserido no mercado de trabalho formal se marginalizava no sentido físico e social”, vindo esse cidadão a ocupar áreas que se ajustavam a sua condição socioeconômica.

Segundo Carvalho (apud: VITTE et.al, 2009 p. 21), é nas cidades europeias do século XIX, que o planejamento era tido como uma alternativa pública para solucionar os problemas urbanos causados através da industrialização e do crescimento demográfico geradores de fatores tais como miséria, poluição e segregação socioespacial.

A industrialização era um dos fatores que favoreceriam e dependeriam desse processo de urbanização, inserindo nessa mancha urbana, novos agentes burgueses e proletários produziram os reflexos de uma ocupação urbana fragmentada seguindo a lógica socioeconômicas de suas respectivas classes sociais.

A dialética da história tem na segregação urbana um de seus reflexos. A cidade, como centro de produção e de decisão, é, ao mesmo tempo, palco e agente da produção. Nesse sentido ela atrai para si as atividades industriais: a industrialização é dependente da urbanização. A posteriori, a urbanização passa a ser feita em função da industrialização, sendo dela dependente. É agora palco e instrumento da

²³ Numa primeira hipótese de trabalho, dissemos que a geografia poderia ser construída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos (Santos, 1978). Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (Santos, 1982, p. 53; Santos, 1988, pp. 75-85). Fixos e fluxos juntos, interagindo, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a geografia. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos (SANTOS 2008, p. 38)

produção. Na realidade há entre urbanização e industrialização uma relação biunívoca e, em qualquer caso, agente ou instrumento, desenvolve-se na cidade uma dicotomia social entre os que detêm os meios de produção e os que apenas vendem sua força de trabalho, físico ou intelectual. Essa dicotomia se reflete na segregação urbana, natural ou planejada. (FERRARI, 1982 p. 27)

Todo esse processo de fatores negativos no meio urbano era em decorrência de ineficiência e ou omissão do Estado na gerência das políticas públicas e nas políticas desenvolvimentistas com a função de contemplar as necessidades de todas as camadas sociais formativas existentes em seu território.

Em Carvalho, (apud: VITTE et.al, 2009,p. 22) é destacado que através do planejamento se é feito o reconhecimento dos problemas urbanísticos e seus diagnósticos, sendo possível com isso indicar soluções.

O ordenamento urbano multidisciplinar se tornaria a base do planejamento no que tange o uso e ocupação do solo, bem como serviria de instrumento público de controle das relações sociais, com medidas e procedimentos disciplinares e regulamentares tanto para a esfera pública como para a esfera privada (CARVALHO, apud: VITTE et.al, 2009,p.24).

Segundo Ferrari (1982, p. 41) um bom planejamento em sua primeira etapa consistiria nas seguintes fases: pesquisa ou anamnese (consciência da realidade e preferências sociais), análise (estudo dos dados aferidos), diagnose (avaliação da análise), prognose (prognóstico ou previsão em evolução para um diagnóstico), um plano básico e sua programação. Entre as dificuldades em processos de planejamento o mesmo autor (na p. 47) destaca como principais as de ordem político-administrativo, técnicas e éticas.

No Brasil, que tardiamente se industrializou e precocemente se tornou um País com características urbanas no contexto populacional, os investimentos estruturais eram constituídos em sua maioria hegemonicamente dentro de alguns conceitos europeus onde se valorizava somente as principais áreas que geralmente se encontravam centralizada e eram tratadas em sua formulação com características estéticas e higienistas sem nenhuma preocupação social, fato esse que acontecia já no início do século XX, conforme nos aponta Maricato (1995, p.13).

As políticas saneadoras, que a julgar pelos discursos e exposição de motivos, se destinavam a resolver problemas sociais de moradores de favelas e cortiços no Brasil, se ocuparam concretamente, desde o começo do século XX, em retirá-los das áreas mais valorizadas pelo mercado imobiliário, sem nunca apresentar qualquer eficácia em relação as questões sociais. Foi assim nas reformas urbanas higienistas do início da República, foi assim durante o populismo varguista e foi assim durante o regime militar (SEVCENKO1993, VAZ 1994, BARBOZA 1995, apud: MARICATO 1995)

É dentro desse crescimento desordenado e de privilégios que o centro e o entorno legal se beneficiava das infraestruturas e o ilegal era desprovido das mesmas, no qual se tornaram em bolsões de moradia destinados exclusivamente aos proletários carentes nessa nova fase da industrialização brasileira. Baseado nesse tipo de planejamento tecnocrático muito utilizado no pós-guerra tanto na Europa como no Estados Unidos da América, que esse modelo de planejamento foi executado no Brasil até 1950- 1960. Dentro dessa carência de planejamento se forma uma urbanização marcada pela construção de espaços geográficos, injusto no sentido do direito ao uso da cidade e desiguais nas suas características sociais e estruturais.

Em Carvalho, (apud: VITTE et.al, 2009, p. 27-28) é apontado que as principais características que definem esse planejamento urbano :

- ° ênfase na funcionalidade urbana. O desenho urbano segue a função, pois a concepção de vida urbana resume-se em habitar, trabalhar, circular e cultivar o corpo e o espírito;
- ° valorização do conhecimento técnico e científico e do profissional detentor desse conhecimento na fundamentação de metodologias de análise e ação; elas tem de dar conta de absolutamente todos os aspectos da realidade e de controle total de seu funcionamento;
- ° concepção de cidade ideal como uma estrutura "tipo árvore", segundo a expressão cunhada por C. Alexander; isto é, com funções urbanas dispostas hierarquicamente, sem superposições;
- ° valorização da separação de usos urbanos, configurando uma distribuição compartimentada das funções e atividades urbanas na proposição de soluções, em suma, um zoneamento funcional;
- ° adoção de modelos standardizados, tendo por pressuposto um "homem universal" e com soluções também padronizadas, de massa e de grande escala.

A questão de se pensar a cidade em formato de um planejamento de maior eficácia socioespacial, sendo o mesmo integrado à materialidade espacial vivida e em harmonia operacional com seu entorno, inseridas com políticas públicas abrangentes na esfera municipal, estadual, nacional e mundial, que fosse integrante de uma realidade específica local, com embasamento através da multidisciplinaridade científica, sendo que, agrupariam a pesquisadores das ciências sociais, só começa a se desenvolver em meados da década de 1960, período que até então, praticamente não existiam planejamentos politicamente incentivados aos municípios que fossem derivativos das esferas estaduais e federais, conforme descreve Ferrari (1982).

Um dos primeiros planos federais de incentivo às políticas municipais de planejamento e gestão surgiu com a implantação do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), órgão formulador da política nacional de desenvolvimento urbano onde seriam

essas políticas coordenadas pelo extinto Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU).

Em 1964 setores descontentes conseguem efetivar o golpe militar (1964-1985) e em 31 de março do mesmo ano os militares iniciaram a tomada do poder e a deposição de Jango. [...] Em 15 de abril, Humberto de Alencar Castelo Branco se torna o primeiro general presidente do Brasil (JUSTO, 2015, p. 90 - 137).

Outros órgãos de desenvolvimento municipal foram criados tanto na esfera estadual (COHABs – Conjuntos Habitacionais) é um exemplo desses programas, PROMORAR a nível federal é outro programa aplicado, assim também, outros programas na área federal ao qual podemos citar o Banco Nacional de Habitação (BNH); o Sistema Financeiro de Habitação (SFH)²⁴; Caixa Econômica Federal (CEF), que até os dias atuais financiam moradias a nível nacional, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e mais recentemente os Planos de Aceleração ao Crescimento (PAC 1- PAC 2) que buscam contemplar as questões de moradia e de infra-estruturas.

Alguns autores estudiosos desse processo habitacional revelam que apesar de ser um programa voltado às classes pobres favoreceram principalmente o setor de construção civil e as classes médias que efetivamente tinham condições financeira de arcar com os custos financeiros imputados pelo programa habitacional.

Criados pelo regime militar, em 1964, o SFH e o BNH foram estratégicos para a estruturação e consolidação do mercado imobiliário urbano capitalista. O investimento de uma vultosa poupança, parte compulsória (FGTS) e parte voluntária (SBPE) no financiamento à habitação, saneamento básico e infraestrutura urbanos, mudou a face das cidades brasileiras, financiando a verticalização das áreas residenciais mais centrais; contribuindo para o aumento especulativo do solo; dinamizando a promoção e a construção de imóveis (o mercado imobiliário atinge um novo patamar e uma nova escala); diversificando a indústria de materiais de construção; subsidiando apartamentos para as classes médias urbanas; patrocinando a formação e consolidação de grandes empresas nacionais de edificação e mesmo de construção pesada, nas faraônicas obras de saneamento básico. (MARICATO, 1995, p. 22).

Conjuntamente com esses planos de incentivos a moradia e ao desenvolvimento, diversas leis são instituídas no País, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988 que em seu artigo 30 outorga aos municípios manter programas educacionais, de saúde, de ordenamento territorial através de planejamento e de proteção patrimonial no âmbito histórico e cultural, conseguinte a esse período democrático, uma das leis de significativa relevância a sociedade brasileira, foi a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, cuja denominação é Estatuto

²⁴ Criado e regulamentado pela LEI 4.380/1964, (MARICATO, 1995).

da Cidade (planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257), no qual tinha esta lei por objetivo, ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes; em consequência a este estatuto se desenvolveram no território nacional em nível municipal, vários planos diretores, que são instrumentos legais responsáveis por uma ampliação nas possibilidades políticas participativas por parte de variados segmentos da sociedade.

Apesar da inserção de estudiosos das ciências sociais nos planejamentos urbanos, as ações tomadas em variadas administrações públicas, muitas vezes não contemplavam todas as metas elaboradas em seu planejamento urbano integrado (FERRARI, 1982), e com isso, uma grande parcela da sociedade sofria o efeito da ausência do Estado em seu território, seja por carência de infraestrutura, fruto de uma estratégia política de investimento mal direcionado ou por dificuldades em acessibilidade aos bens públicos, fruto de má gestão por parte dos órgãos responsáveis que impunham a toda sociedade decisões verticalizadas derivadas do poder político - administrativo.

Em Carvalho (apud: VITTE et. al, 2009, p. 24) nos é orientado sobre as variadas questões referentes as desigualdades socioespaciais no capitalismo, aponta-nos que

a possibilidade de diagnosticar a realidade urbana no viés dos paradigmas das Ciências Sociais consistiria em interpretar a desordem urbana como aparente, desvendando a ordem subjacente ao modo de produção capitalista. Em consequência, a própria noção de ordem a ser reestabelecida é questionada, contribuindo para a definição da realidade urbana para além dos receptáculos físicos e dando conta dos processos sociais que os produzem. [...] o reestabelecimento da ordem urbana pode ser orientado, entre outros, por princípios de justiça, equidade e igualdade. Assim, onde há iniquidade e injustiça, o planejamento é feito de forma a atender esses princípios.

Cabe à sociedade o reconhecimento das diversificadas intervenções públicas em desfavor às classes sociais de menor poder aquisitivo, sejam através de remoções de favelas/cortiços, sejam através de ausências de infraestruturas básicas em determinados bairros periféricos; mostrando com isso a dialética entre a cidade dos planejadores (cidade da aparência) embelezadas e legalizadas e como elas devem ficar estruturadas e a cidade construída e ou ocupada dentro de uma realidade vivida nas longínquas periferias legais e ilegais, formadas principalmente por cidadãos de menor poder aquisitivo (cidade da essência).

O reconhecimento da "cidade partida", da segregação espacial, do aumento da pobreza, do apartheid social, já constituem um avanço para uma sociedade que é tão alienada em relação à dimensão dos excluídos. (MARICATO 1995, p.3).

Surgem nesse contexto, movimentos sociais atuando como interlocutores privilegiados diante do poder público, e em meio a protestos e crítica, uma nova forma de planejamento urbano participativo é uma das opções encontrada, para amenizar a zona de conflito de classe.

[...] É em busca de uma maior diversificação, heterogeneidade e maior complexidade de atividades exercidas no espaço urbano que se formula uma nova noção de cidade estruturadas em semi-reticulado onde as varias unidades de mesmo nível se comunicam diretamente, sem intermédio da unidade maior envolvente, com superposições. Em termos de estrutura urbana, teríamos uma cidade com usos misturados.[...] novos elementos à intervenção urbana refletiram, assim, as criticas a modalidade de solução única, estandardizada e de grande escala. Em seu lugar, novos referenciais orientavam as propostas de intervenção- a flexibilização e a especificidade- que, por sua vez, refletiam o reconhecimento da variedade de funções urbanas inter-relacionadas " em aparente desordem", resultado das ações e interações de diferentes agentes sociais.(CINTRA,1974 p. 119, apud: VITTE et.al. p.38)

Frente a esse modelo de planejamento, novos planos diretores são executados com participação mais incisiva de representantes da sociedade, que através de audiência pública, se manifestam perante aos organizadores multidisciplinares demonstrando seus anseios em busca de soluções referentes à desordem do espaço geográfico urbano.

Em meio a esse possível ordenamento propiciado através do planejamento urbano os espaços públicos pertencentes a todos os cidadãos são de vital importância para a visibilidade social e para o exercício da política cidadã, vindo a ser considerados como os principais objetos de uso coletivo a ser estudados e instalados na mancha urbana.

A gestão na execução de um planejamento nem sempre foi observada pelos administradores, muitas vezes, planos diretores foram concluídos em fim de mandatos municipais e os novos mandatários do poder não se sentiram obrigados a cumprir de maneira integral ou parcial o plano diretor proposto, tendo como destino final as gavetas de departamentos da prefeitura, obras muitas vezes já iniciadas eram abandonadas ou modificadas, metas e programas de bem estar sociais implementados por gestões passadas, mesmo que comprovadamente eficaz socialmente, eram desativados por questões de cunho estritamente político, sendo este ato praticado à revelia da vontade popular.

Aponta-nos Maricato (1995, p.9) que para se ter cidadania e democracia é necessário empenho dos urbanistas na demonstração de dados coletados que colocam a desigualdade como fato realístico em centros urbanos se assim desejarem executar estudos dentro de uma racionalidade.

As políticas urbanas, ignoradas por praticamente todas as instituições brasileiras, cobram um papel importante na ampliação da democracia e da cidadania. Para começar, quando se pretende desmontar o simulacro para colocar em seu lugar o real, os urbanistas deveriam reivindicar o desenvolvimento de indicadores sociais e urbanísticos, que pudessem constituir parâmetros/antídotos contra a mentira que

perpetua a desigualdade. A disseminação da informação e do conhecimento sobre a cidade real ou sobre a realidade urbana, tem a importante função de desvendar a bruma que encobre a realidade do território urbano (MARICATO 1995 p. 9).

Em resumo, a sociedade encontra nas leis e no planejamento municipal importante ferramenta organizativa do desordenado espaço urbano, fazendo-se necessário que haja o envolvimento e comprometimento de todas as camadas sociais, tanto no que se refere a sua execução como no que se refere a sua fiscalização, observando e se possível intervindo em todos os instrumentos que compõem esse mesmo planejamento, (Lei Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamento Anual (LOA), Plano Plurianual, Lei Perímetro Urbano, Parcelamento Solo, Zoneamento, Legislação Interesse Social, Leis Interesse Especial, Plano de Governo, Plano Estratégico do Município), e conjuntamente com uma gestão política administrativa preocupada com seus municípios, será possível produzir uma cidade com variados espaços públicos instalados em pontos estratégicos da mancha urbana, tornando com isso, uma cidade mais justa e dotada de uma melhor qualidade de vida.

2.1.3 A função e utilização dos espaços públicos na cidade contemporânea

Em meio à construção e ocupação do espaço urbano há de se destacar a importância estrutural dos espaços públicos e privados existentes. Os espaços privados têm seu uso controlado por seu proprietário, restringindo ou ampliando o número de municípios que utilizarão desse espaço, variando de acordo com as lógicas capitalistas impostas por quem o administra, já ao espaço público, teoricamente se destina o uso por todos os moradores da cidade ou do rural que estiverem no município.

Entre os espaços públicos podemos citar como principais as praças, jardins, parques, hortos, zoológicos, bibliotecas, as vias de ligação (ruas, calçadas e avenidas), quadras de esportes, campos de futebol, escolas públicas, hospitais e pronto atendimento (saúde), órgãos de atendimento ao público (fórum, prefeitura, etc), onde através desses equipamentos se é possível realizar as atividades de ir e vir (deslocamento), cidadania, política e lazer com isso cumprindo suas funções sociais.

Os espaços públicos, principalmente os de lazer, possuem fundamental importância para a revitalização urbana, haja vista ser esses equipamentos utilizados principalmente por moradores de menor renda.

O próprio conceito de descanso semanal associado ao lazer do proletário é algo bem restrito que permeia entre a aparência e a essência; ao capitalismo o descanso semanal do

trabalhador se torna necessário principalmente por motivo de repor as energias do trabalhador frente à nova etapa semanal de trabalho, em menor importância se relaciona ao fato do direito ao lazer, importante é estar descansado para novamente reproduzir o capital.

Já se tratando de classe burguesa, diversificada é a sua forma de lazer, que a nível local é variável entre a frequência a um shopping ou um pesque - pague, entre o clube social ou um parque ou cinema e ainda se desejar, pode fazer também uso dos bens públicos existentes ou mesmo viajar para outros locais; em contrapartida ao proletário principalmente das camadas mais baixas as opções são mais restritas, surge daí a grande importância de um espaço público de lazer, que na maioria dos casos, se tornam a principal forma de entretenimento desse cidadão.

O próprio entorno residencial é diferenciado entre proletários e burgueses, um exemplo clássico disso são os condomínios fechados que são dotados de academias, salão de festas, áreas verdes com represas, piscinas, salão de festas ou jogos, segurança, mini - praças, internet etc. Em contrapartida diversos são os bairros de proletários que nem sequer uma simples praça existe, muitas vezes resumidos apenas à área construída de sua própria residência, distantes de todos os bens públicos existentes no município.

Importante seria para a sociedade municipal se os espaços públicos de todos os segmentos estivessem inseridos no contexto de análise relacionado à unidade de vizinhança, como apontam alguns autores quando se trata principalmente na questão da educação.

Ferrari, (1982, p.14) nos indica que no escalão conhecido por unidade de vizinhança a escola primária é colocada, aproximadamente, no centro da área de modo que as distâncias dos pontos mais afastados não devam exceder 800 a 1000 metros, mais ou menos (para uma criança representa em torno de uns 15 minutos de caminhada a pé).

É dentro dessa lógica de vizinhança que equipamentos públicos relacionados ao lazer tais como as praças e relacionados à saúde deveriam ser distribuídos na mancha urbana, Campos Filho (2010, p.20) nos orienta:

o grau de mobilidade urbana afetará o custo material (tempo) e econômico (gasto com transporte), [...] o arquiteto e urbanista Luiz Carlos Costa (Urbe Planejamento Programação e Projetos), relata que 800 metros tem sido a distância máxima definida como cômoda para se andar a pé até o comércio, serviços ou equipamentos sociais.

Atualmente inserido sob a lógica globalizante do capital, a cidade é anunciada nos conceitos mercadológicos necessitando de espaços renovados e atrativos. No decorrer temporal desses espaços geográficos com o avanço do período técnico científico

informacional, novas intenções, símbolos e valores são dotados de novas significâncias que nos remetem a novos paradigmas em relação ao uso e ocupação territorial e social.

Na demanda locacional do mercado em busca de lugares luminosos (lugares atrativos no que tange os interesses econômicos dotados de características técnicas, científicas e informacionais) insere-se a cidade-mercadoria moldada em conformidade aos interesses financeiros que, tentando atingir seu público consumidor, tem na implantação de seus aportes estruturais uma diferença entre centro e periferia, criando com isso uma luta de classe com interesses antagônicos, proporcionando-se um caos urbano diretamente relacionado à ineficiência de um planejamento socioespacial adequado, onde este não apenas seja contemplativo para a lógica do seu consumo.

Surge nesse contexto à ideia de cidades com áreas maquiadas. Alguns autores denominam esses locais de Placemaking²⁵, na qual são voltadas a atrair público consumidor para a pujança comercial, novos espaços se transformam em locais dotados de embelezamento em suas fachadas prediais imbuídos de novos atrativos, tanto no que se refere à esfera pública como privada.

Ao município, em princípio, essa parceria apresenta-se como alternativa para regiões mais seguras e com aparência voltada ao bem estar e melhoria em qualidade de vida, mas em contrapartida, outro fenômeno se desenvolve nessas áreas maquiadas, pois a mesma, dotada de uma nova dinâmica espacial, tem a ocorrência de uma valorização, favorecendo o processo de gentrificação²⁶ (expulsão de antigos moradores com menor poder aquisitivo para locais mais periféricos). Esse processo de embelezamento, dificilmente é executado nas pontas periféricas da cidade, ficando resumido a locais mais centralizados em busca de municípios com poder razoável de consumo local.

Atualmente nessa política neoliberal a função estatal é cada dia mais enxuta e importantes espaços públicos de lazer são encaminhados para a iniciativa privada, que com certeza, ao se tornar responsável por esse espaço de lazer, praticará um modo de cobrança

²⁵ Placemaking é um processo de planejamento, criação e gestão de espaços públicos totalmente voltado para as pessoas, visando transformar ‘espaços’ e pontos de encontro em uma comunidade – ruas, calçadas, parques, edifícios e outros espaços públicos – em ‘lugares’, que eles estimulem maiores interações entre as pessoas e promovam comunidades mais saudáveis e felizes (PLACEMAKING.ORG.BR,2017 in: <http://www.placemaking.org.br/home/o-que-e-placemaking>, acessado em 04/2017).

²⁶ Gentrificação significa um processo de mudanças nos padrões residenciais e culturais em determinados espaços geográficos urbanos podendo acarretar mudança de alguns moradores mais pobres para outros locais com preços mais acessíveis.

O termo gentrificação é atribuído originalmente à socióloga Ruth Glass, que em 1964 utilizou a expressão para descrever um processo iniciado em 1950 no centro de Londres, quando algumas áreas residenciais deterioradas, tradicionalmente ocupadas por operários, estavam sendo transformadas em áreas residenciais para grupos de status socioeconômico mais elevado (FURTADO 2011, apud: GEVEHR 2017).

pelo uso desse importante espaço, antes de responsabilidade do Estado (um claro exemplo disso se trata do parque do Ibirapuera, em São Paulo, onde o prefeito de São Paulo, João Dória (2017) deseja passar o mesmo para iniciativa privada, conforme amplamente divulgada pela imprensa)²⁷. Dessa forma os espaços públicos que antes eram bandeiras políticas e sociais utilizadas por políticos em épocas eleitorais, nos dias atuais, ou se valorizam para poucos cidadãos que podem pagar ao administrador privado ou são mantidos pelo Estado, muitas vezes em condições precárias e atendendo uma demanda relativa a diversos bairros que não são dotados de equipamentos de lazer, isso normalmente ocorrem em áreas periféricas.

Esse fato de abandono dos espaços públicos pelo poder executivo remete a ideia ao munícipe de que certo são esses equipamentos serem administrados por empresas privadas.

Em meio a essa negociação mercantilizada voltada aos interesses privado e imobiliário, os espaços públicos que tem função voltados a cidadania e lazer de todos os moradores de uma cidade, atende uma pequena parcela da sociedade.

²⁷ Web : (<http://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2017/05/gestao-doria-inicia-processo-de-privatizacao-do-ibirapuera-e-outros-13-parques>) publicado em 09\05\2017, acessado em 12 de Novembro de 2017.

CAPITULO 3 CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DE MATO GROSSO E DE RONDONÓPOLIS

3.1 - Síntese do processo de formação territorial de Mato Grosso

A história de formação de Mato Grosso acontece no período da mineração, onde bandeirantes desbravavam o território a partir de 1525, em meio a esse processo de ocupação, os principais acontecimentos que envolveram essa parcela do território nacional se tornam relevantes para uma análise sobre a formação do município de Rondonópolis - MT.

As primeiras excursões feitas no território de Mato Grosso datam de 1525, quando Pedro Aleixo Garcia vai em direção à Bolívia, seguindo as águas dos rios Paraná e Paraguai. Posteriormente portugueses e espanhóis são atraídos à região graças aos rumores de que havia muita riqueza naquelas terras ainda não exploradas devidamente. Também vieram jesuítas espanhóis que construíram missões entre os rios Paraná e Paraguai. (GOVERNO DE MATO GROSSO, 2017).

Diversas expedições foram organizadas no período colonial, dentre elas as mais importantes foram as Entradas e as Bandeiras que se tratavam de expedições para encontrar no sertão brasileiro recursos como mão de obra escrava com aprisionamento dos índios, recursos minerais, monções com o objetivo comercial de mercadorias por vias fluviais/ terrestres e as expedições conhecidas como sertanismo, um exemplo dessas expedições que estiveram no Mato Grosso é a que ocorreu em 1682, capitaneada por André Zunega.

Desde muito jovem, Pascoal Moreira Cabral dedicou-se ao sertanismo preador de índio. Em 1682, já era cabo da bandeira capitaneada por André Zunega, seu parente. Foi nessa expedição que Pascoal adentrou, pela primeira vez, em território mato-grossense, na região de Miranda, atual Mato Grosso do Sul. Durante três anos, essa bandeira permaneceu nos sertões caçando índios, erguendo trincheiras para defesa dos componentes e plantando roças para acudir à subsistência. (SIQUEIRA, 2009 p.7).

No âmbito nacional, Mato Grosso até o início do séc. XX, era considerada área de ocupação urbana rarefeita, vale destacar que, boa parte do Estado tinha como principal meio de transporte a navegação fluvial, sua economia se baseava a princípio na mineração e em seguida na pecuária extensiva e agricultura familiar com seu comércio voltado para o consumo interno.

Segundo consta no site do Governo Estadual de Mato Grosso e em Siqueira (2009), as atividades bandeirantes e mineradoras deram origem aos arraiais de São Gonçalo Velho localizado as margens do Rio Cuiabá e Arraial da Forquilha, as margens do rio Coxipó, Mato Grosso fazia parte da Capitania de São Paulo, governada por Rodrigo César de Menezes que a fim de fiscalizar as minas de ouro e diamantes muda-se para Cuiabá.

Menezes eleva Cuiabá à categoria de Vila tendo como consequências o aumento de impostos com uma fiscalização rigorosa (GOVERNO DE MATO GROSSO, 2017).

Como as minas eram formadas de ouro de aluvião seu processo de extração diminuiu havendo uma queda da produção, o que colabora para que alguns residentes deste local e alguns migrantes em busca de ouro formem outros povoados, onde podemos citar que em 1724, cria-se Lavra dos Cocais/Livramento, em 1734/35, Lavras do Rio Galera e Lavras de Santana/Nortelândia, em 1746 Nossa Senhora do Bom Parto/ Diamantino, em 1751 Arraial de Nossa Senhora do Rosário/Rosário Oeste e em 1777 Tanque de Arinos, Lavra de Ana Vaz/Poconé. Em 1748, as minas de Mato Grosso são desmembradas das minas de São Paulo, sendo nomeado como Capitão General Antônio Rolim de Moura, passando a ser denominada Vila Bela da Santíssima Trindade. A necessidade de povoamento da região do Guaporé se deu em virtude do imperativo de vigilância da fronteira, (SIQUEIRA 2009/ ACADEMIA.EDU. p.53).

Com a proclamação da Independência do Brasil (1822), todas as antigas Capitânicas passaram a ser Províncias, estas controladas pelo Imperador, tendo como comandante provinciano José Saturnino da Costa Pereira (1825), outro fato importante quando se estuda o Mato Grosso foi a Rusga (revoltas do Período Regencial de 1831 a 1840), que seria um movimento em busca de poder político entre os progressistas e os regressistas, mais tarde transformados em Partido Liberal e Partido Conservador, pediam reformas políticas, sociais e administrativas, no caso cuiabano, se tratava de uma revolta de cunho político e social com um caráter contrário aos portugueses, tendo a frente desse movimento os liberais ajudados pela população cuiabana. Outro grupo que se formava nacionalmente eram os republicanos, que apoiavam as mudanças de regime político do Brasil, de monarquia para República vindo a se transformar como partido em 1870. Segundo Negri (2001, p. 47) em um primeiro período que ocorreu no Mato Grosso até 1870, este seria:

o período de povoamento inicial do estado através da extração mineral (ouro e diamantes), e da atividade pecuária extensiva que originaram zonas econômicas fragmentadas e desarticuladas entre si no território, assemelhando-se a arquipélagos, cuja dinâmica era comandada pelo exterior.

É nesta época de independência do Brasil e em seguida, proclamação da República que Mato Grosso passa de província (1822) para Estado (1899), conforme consta no site oficial do Estado do Mato Grosso.

[...] Com a independência do Brasil em 1822, passou a ser a Província de Mato Grosso, e com a República em 1899, a denominação passou a Estado de Mato Grosso. A partir do início do século XIX, a extração de ouro diminuiu bastante, dessa maneira, a economia começa um período de decadência e a população daquele estado para de crescer. Militares e civis dão início a um movimento separatista, em 1892, contra o governo do então presidente Mal. Floriano Peixoto. (GOVERNO DE MATO GROSSO, 2017).

O Estado nos anos de 1900, era a época de difícil acesso, sem rodovias ou estradas de ferro, sendo a navegação um dos principais meio de transporte.

Um grande fator que ocorreu nessa época que colaborou para a melhoria desse relativo isolamento foi à instalação de uma rede de cabos de telégrafo executada pela equipe expedicionária do marechal Cândido Rondon a partir de 1870, com esse fato, intensificava-se a ocupação territorial com cultivadores de erva-mate, seringueiros e mineradores.

A ligação ferroviária com o Estado de São Paulo era outro fator de progresso, principalmente para o Sul do Estado do Mato Grosso. Devido a disputas por terras em 1917 houve intervenção em Mato Grosso pelo Presidente Venceslau Brás, (SIQUEIRA 2009/ACADEMIA.EDU. p.66).

Em 1932, o general Bertoldo Klinger, apoiava a Revolução Constitucionalista. Em 1935, a Assembleia Constituinte elegeu o governador Mário Correia da Costa e em 1936, por problemas políticos há uma nova intervenção federal. Nesse período já se cogita politicamente a divisão do Estado, que segundo Macedo, (2016, p. 21- 75), se acentua a partir de 1950 com apresentação de manifestos na Câmara dos Deputados. Outro fato a ser descrito entre 1935 e 1950 seria que "Getúlio Vargas havia lançado em 1940 o programa conhecido como "A Marcha para o Oeste" e também estruturado a Expedição Roncador- Xingu, uma sensacional epopeia que adentrou o Brasil-Central, desvendou o Sul da Amazônia e travou contatos com diversas etnias indígenas ainda desconhecida".

Segundo Negri (2001, p. 48) esse seria um segundo período no território mato-grossense pois,

de 1870 até 1945, comporta num primeiro momento, o apogeu e crise do extrativismo vegetal no Estado, ainda dentro do contexto agro-exportador. Caracteriza-se, a partir do século XX, pelo processo de "Marcha para o Oeste", incluindo a implantação de vias de comunicação (ferrovia, rodovias e telégrafo), de colônias federais e a concessão de terras públicas para colonização, marcando as primeiras tentativas governamentais de fixação de população no território. Trata-se do período de transição da integração (incompleta) do Estado ao contexto econômico brasileiro, que adquire contornos nacionalistas a partir da década de 1930.

A construção da cidade de Brasília na década de 1950 colaborou para que o Centro Oeste fosse impulsionado em seu processo de ocupação, outro fato importante que cabe ressaltar é o programa de integração nacional criado no período militar, rodovias de acesso foram construídas, diminuindo com isso o isolamento deste vasto território, políticas econômicas de apoio voltadas à exportação e ocupação para desenvolvimento da Amazônia e do Centro-Oeste foram desenvolvidas, inclui-se aí a criação de cooperativas de colonização com a função de desenvolvimento habitacional.

Segundo consta em Macedo (2016, p.87-22-89) em 1958, um dos avanços no Mato Grosso relacionado a infraestrutura foi a criação da Centrais Elétricas Mato-grossenses S/A (CEMAT), destaca ainda que essas ações supra citadas levaram há um novo modo de progredir nessas áreas consideradas isoladas. A autora nos apresenta ainda que:

um grande marco na década de 1960 a nível nacional foi relacionado a tomada de poder pelos militares em 1964, com isso se retraíram, porém, essa divisão novamente ressurgiu através dos militares Ernesto Geisel e Golbery de Couto e Silva que são comissionados a tratar de temas referentes a reconfiguração territorial do País. Em 1965 Pedro Predossian se elege prometendo reformar a administração e “quebrar as velhas estruturas. [...] rompeu com estruturas clientelistas acarretou grandes dificuldades para o governante que pagou futuramente um alto preço pelo arrojo administrativo. [...] estimulou a instalação de cursos superiores que iriam se converter nos esteios que dariam coerência e a ancoragem teórica de suas propostas.

Outro fato que cabe ressaltar é a criação da Universidade Federal de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 1969, (op cit 90), na cidade de Campo Grande pelo presidente Emilio Garrastazu Médici.

Segundo Negri (2001 p. 16) o progresso técnico-científico incorporado à produção agrícola relativizou os predicados naturais do território, possibilitando a incorporação de novas áreas até então consideradas impróprias para a prática da agricultura que se expandiu alargando a fronteira agrícola para áreas periféricas, como era o caso das terras de cerrado da região Centro-Oeste até 1970.

Para Negri (2001, p. 48) isso é :

O terceiro período, que se estende de 1945 até 1970, é marcado pela integração territorial e econômica do estado ao contexto nacional, dentro de uma nova divisão territorial do trabalho comandada pelo setor urbano-industrial. Internamente, a dinâmica do povoamento e ocupação das novas terras se dá pela expansão da fronteira agrícola, comandada pelo governo estadual através da colonização dirigida, substituída e aprofundada, a partir de 1964, pelos órgãos do governo militar federal.

Em 1970 Mato Grosso se destaca como uma região importante na pecuária e na agricultura, principalmente na plantação de soja, atraindo produtores rurais e pecuaristas de outras regiões do País, principalmente do Sudeste, Sul e Nordeste.

A modernização das atividades agropecuárias teve início em meados da década de setenta, através da ocupação produtiva das terras de cerrado, pela expansão de uma frente pioneira capitalista contemporânea. A Mesorregião Sudeste Mato-grossense mostrou-se receptiva àquelas inovações, adaptando-se rapidamente às novas demandas de produção emanadas pelos agentes hegemônicos do capitalismo, tecnificando seu território através do acúmulo de recursos técnicos e econômicos, transformando-se em poucas décadas, em uma área de agricultura capitalista consolidada (DUARTE, 1989, Apud: NEGRI, 2001 p. 40).

Nessa época segundo consta em Macedo (2016 p. 93-94), José Fragelli tornou-se o primeiro governador eleito indiretamente, no regime militar. Fragelli era um divisionista o que contribuiu para sua indicação para o cargo, conseguiu junto ao Banco Central um

empréstimo para colocar as contas estaduais em dia, tendo seu mandato encerrado em 1974. Outro feito destacado do Governador foi relacionado a questões educacionais, estruturas energéticas e rodoviárias.

Em 1975 assume o governador Garcia Neto, alinhado com a política de divisão do estado do Mato Grosso, ao qual ficaria como capital Cuiabá e a capital do Mato Grosso do Sul a cidade de Campo Grande. Isso ocorreu através da lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, assinada pelo Presidente Ernesto Geisel, que propôs a separação física dos dois estados, a partir de 1º de janeiro de 1979.

Em 1980, com seu crescimento acelerado vem a surgir problemas estruturais tais como armazenamento e escoamento da produção agrícola, oferta de energia elétrica, serviços de atenção à saúde, educação, saneamento e destruição acelerada do meio ambiente, problemas que paulatinamente se buscavam soluções.

Mato Grosso, no ano 2000, permanece reconhecidamente como pujante no agronegócio com sua industrialização voltada principalmente para a agroindústria, o setor comercial também se expandiu, assim como o turismo tendo a área pantaneira como seu atrativo principal, cabe ressaltar que a nível turístico o pantanal do Mato Grosso do Sul atrai bem mais turistas, mas esses fatores supracitados tornam este estado (MT) importantíssimo no cenário nacional.

Mato Grosso, incentivado com programas governamentais tanto na esfera federal como estadual tem em sua ocupação territorial a contribuição de diversas cooperativas habitacionais tanto na esfera pública como privada, na qual foram colaboradoras no surgimento de diversas cidades elevando seu número de municípios de 34 em 1970 para 141 em 2005.

Negri (2001, p. 48), destaca que por fim esse é o quarto período na história de Mato Grosso ao qual tem seu início no ano de 1970 e prossegue até a data atual de sua pesquisa.

em 1970 e vige até o presente, coincide com a globalização da economia. Neste novo contexto, as áreas de cerrado do estado, até então sub-utilizadas com a pecuária extensiva, são ocupadas com cultivos destinados à exportação, através da expansão de uma frente pioneira contemporânea, viabilizada pela utilização maciça de maquinários e insumos industriais, sob moldes capitalistas de produção. O Estado, num primeiro momento, participou ativamente deste processo, através de seus órgãos de planejamento e gestão territorial, implantando infra-estrutura e subsidiando a expansão do capital, cuja lógica extrapola o território estadual e nacional, situando-se nos países centrais, centros hegemônicos do capitalismo mundial

Nos dias atuais, Mato Grosso permanece como destaque, tanto no cenário nacional como internacional, devido ao seu desempenho agropecuário na produção de produtos primários para exportação.

3.2- Periodização do processo de formação socioespacial de Rondonópolis

Rondonópolis é uma importante cidade de médio porte que se localiza no Sudeste do Estado do Mato Grosso, distante 210 km de Cuiabá, tendo como rodovias federais de acesso as BR 364, 163, 070 e Estaduais MT 130 e 270 (**Figura 1**).

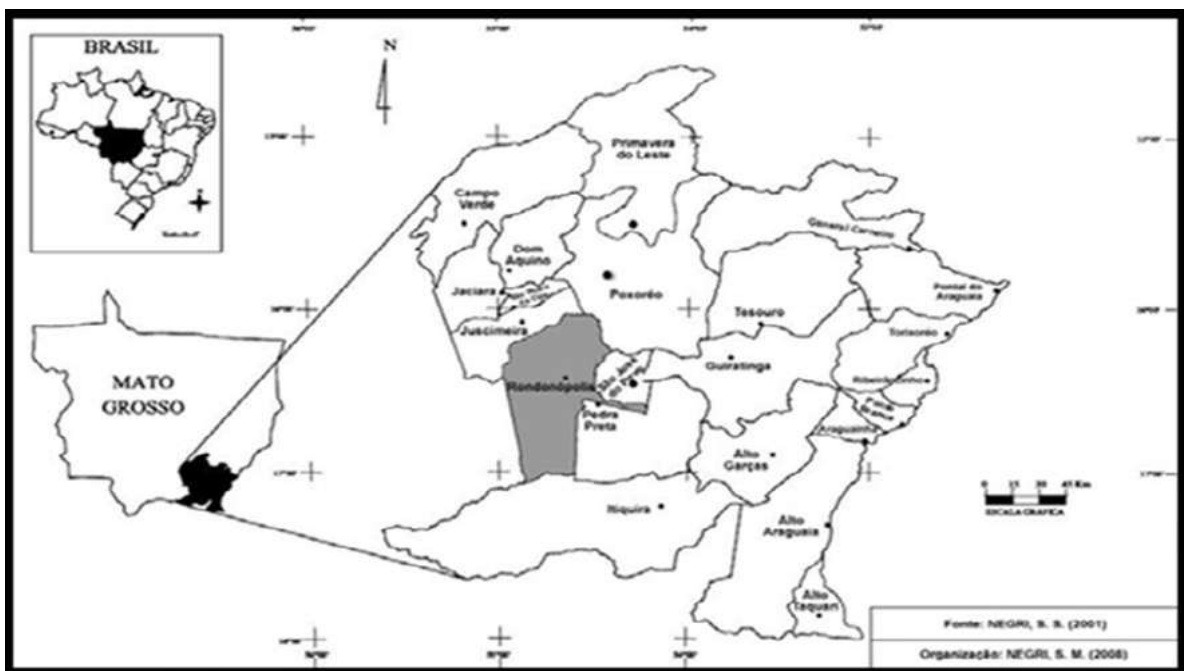


Figura 1 -Mapa de Localização de Rondonópolis
Fonte: NEGRI, S. S. (2001).

Os aspectos históricos citados neste capítulo estão baseados nas obras de Negri (2001), no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2010), Negri (2008), Nardes (1997), Demamann (2011), Petri (2014), Duarte (2016), Governo de Mato Grosso (2017) e da Prefeitura Municipal de Rondonópolis (2017), a história das primeiras ocupações é relativamente antiga. Os primeiros sinais de vida em terras que hoje pertencem ao município de Rondonópolis datam de pelo menos cinco mil anos atrás, segundo estudos realizados no sítio arqueológico Ferraz Igreja (IBGE ; P.M.R. 2017).

Ao final do século XIX, a evolução do município se desenvolveu da seguinte forma: Até 1870 os habitantes da região conhecida hoje por Rondonópolis se baseavam majoritariamente nos índios bororos, foi neste ano que surgiram as primeiras incursões de não índios, que era composta por expedições militares para reconhecimento da região pelo

destacamento militar em Ponte de Pedra (1875-1890), seguida pelas comitivas de aventureiros que se arriscavam pela região (IBGE , 2010 ; P.M.R. 2017).

No ano de 1902, Manoel Conrado dos Santos sai de Palmeiras (GO) e instala-se as margens do Rio Vermelho (Poguba), o mesmo vinha em busca de terras com o acompanhamento de alguns garimpeiros em busca de ouro e de pedras preciosas, o primeiro nome do lugar foi Rio Vermelho (NEGRI , 2008).

De 1907 a 1909, Rondon utiliza de sua influência política para viabilizar o dinamismo local, o resultado é uma Lei de 1915 que destinou uma área de 2.000 hectares ao povoado (P.M.R., 2017), através da **foto1** conseguimos visualizar como eram as primeiras casas desse povoado.

A partir de 1902, inicia-se a história de povoamento do Rio Vermelho, com a fixação de famílias procedentes de Goiás, Cuiabá e de outras regiões do estado. Em 1915 havia cerca de setenta famílias na localidade, estas viviam com certa organização econômica, social e política e também tinham preocupação com as primeiras letras. Neste mesmo ano, Joaquim da Costa Marques, Presidente de Estado do Mato Grosso, promulga o Decreto Lei nº 395, que estabelecia uma reserva de 2.000 hectares para o patrimônio da povoação do rio Vermelho.(P.M.R em: <http://www.rondonopolis.mt.gov.br/?pg=conteudo&intCatID=121>)

É de bom termo destacar que apesar do isolamento do local, esse período que vai de 1914 a 1918 vários eventos ocorriam a nível mundial, sendo o principal a 1ª guerra mundial Burigana, (2014).

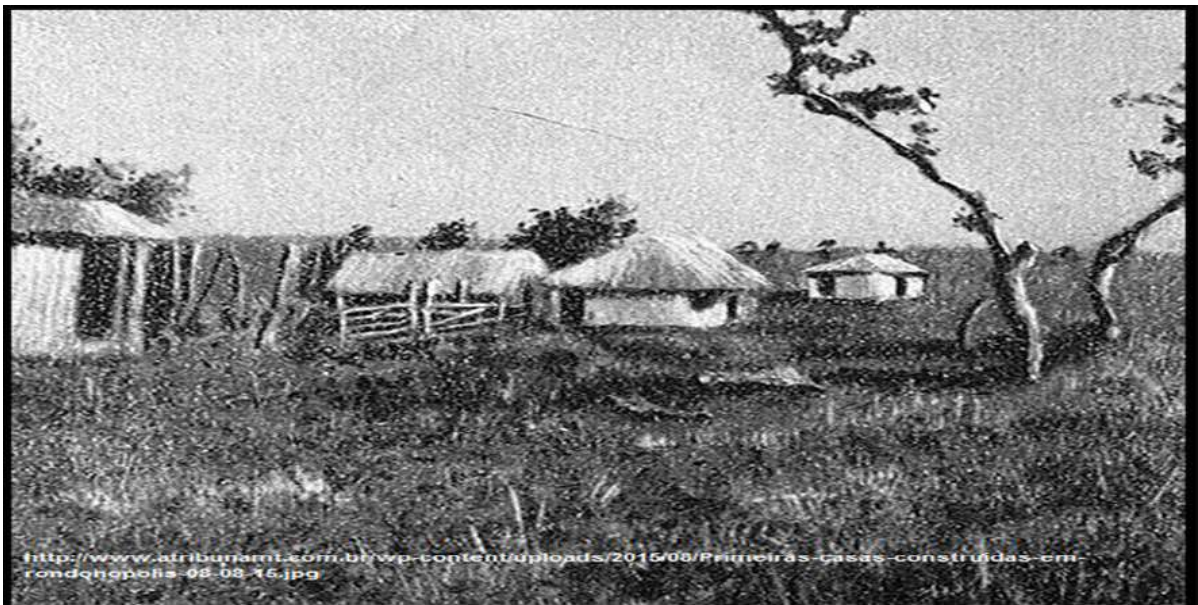


Foto 1: Primeiras Casas construídas em Rondonópolis

Fonte: atribuna.com.br

Devido às dificuldades encontradas nessa época, principalmente relacionadas ao isolamento do local e à dificuldade no abastecimento de gêneros associada à falta de políticas

públicas, se tornara muito difícil a fixação da população no local de maneira espontânea, cabe ressaltar nesse período as dificuldades variadas relacionadas às técnicas, a política vigente e o modo de locomoção para se ter o acesso ao local atualmente conhecido como município de Rondonópolis.

Em 1915 havia cerca de setenta famílias na localidade, estas viviam com certa organização econômica, social e política e também tinham preocupação com as primeiras letras. Neste mesmo ano, Joaquim da Costa Marques, Presidente de Estado do Mato Grosso, promulga o Decreto Lei nº 395, que estabelecia uma reserva de 2.000 hectares para o patrimônio da povoação do rio Vermelho. Esse decreto marca oficialmente a existência do povoado (a futura cidade de Rondonópolis), cuja data de fundação (10 de agosto de 1915) foi regulamentada pela Lei Municipal 2.777 de 22 de outubro de 1997. (Prefeitura Municipal de Rondonópolis - P.M.R., 2017).

No ano de 1916 a Comissão Rondon comandada pelo Major Otávio Pitaluga, fixa sua residência e realiza levantamento topográfico regional para estabelecer linhas telegráficas, esse feito tecnológico para a época, tornaria comunicáveis essas áreas distantes da capital brasileira. Em 1917 Pitaluga pensa em lançar as bases para uma futura cidade, e dentro do projeto o nome é alterado para Rondonópolis, tendo a discordância dos moradores locais.

Em 1918, surge a primeira norma urbanística do Povoado do Rio Vermelho, no qual incluía seu traçado urbano, edificação e postura, e em 1919 se torna oficial o nome de Rondonópolis em homenagem a Marechal Rondon. A Resolução nº 814, de outubro de 1920, criou o distrito de Rondonópolis que se instalou no entroncamento das rodovias para Campo Grande e Alto Araguaia, vias de fluxos importantes no território a época descrita.

Em 1918, o deputado, agrimensor e tenente Otávio Pitaluga conclui o projeto de medição, alinhamento e estética da localidade, projeto que em 1948 foi aproveitado pelo engenheiro Domingos de Lima para edificar o traçado do atual quadrilátero central. Pitaluga também foi o responsável pela alteração de nome do povoado para Rondonópolis, em 1918 - uma homenagem a Rondon que passa, então, a ser considerado o patrono do lugar.(P.M.R 2017.).

Em 1920, Rondonópolis transforma-se em distrito de Santo Antônio do Leverger e em comarca de Cuiabá, João Arenas descobre os garimpos de diamantes na vizinha região de Poxoréo em 1924 (GOVERNO DE MATO GROSSO , 2017). A ciência a nível nacional praticamente era de pouquíssima expressão, mas em se tratando de mundo ela caminhava em passos mais largos, podemos citar como exemplo a descoberta e o uso da penicilina, nessa época (FIOCRUZ , 2017). Por volta de 1933 Rondonópolis figura no município de Cuiabá, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937 (IBGE,2010). Até essa data o crescimento municipal se pautava em uma agricultura de subsistência e algumas tentativas no campo da mineração, a nível nacional a partir de 1930,

com a era Vargas surgem projetos de desenvolvimento principalmente nas regiões Sul e Sudeste. No ano de 1938 pelo decreto-lei estadual nº 218, Rondonópolis foi transferido do município de Cuiabá (IBGE 2010 , P.M.R.2017), para constituir o novo município de Poxoréo permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1950.

A combinação desses fatores provoca o processo de despovoamento de Rondonópolis, no período de 1931 a meados de 1947, ao mesmo tempo em que os garimpos projetam o crescimento de Poxoréo que, em 1938, foi elevado à categoria de município. Em consequência, pela proximidade, Rondonópolis é incluído como distrito de Poxoréo, através da Lei Estadual nº 218 de 1938. (P.M.R.)

Nesta data a mancha urbana era basicamente formada pela área central, atualmente denominada centro A e centro B, as técnicas empregadas no local até 1950 eram se comparada aos dias de hoje bem rudimentares. Surge nesse período o registro do primeiro traçado urbano local que se intitulava unidade do Patrimônio.

Segundo Cury (1973) foi criada a primeira Norma Urbanística que já tratava do traço urbano de Rondonópolis, sendo de acordo com Suzuki (2006), a unidade do Patrimônio tinha como limites: da Rua Marechal Rondon até a Presidente Kennedy e da Rua Dom Pedro II até a Floriano Peixoto. A Norma especificava-se também sobre regras em relação à edificação e postura, priorizando os fundos dos vales das áreas que abrangia os equipamentos urbanos. (CURY (1973), SUZUKI (2006), apud: DUARTE, 2016, p.70).

Desse modo se desenhava o cenário para Rondonópolis em 1953, ao se tornar um município conforme demonstra a **foto 2**.

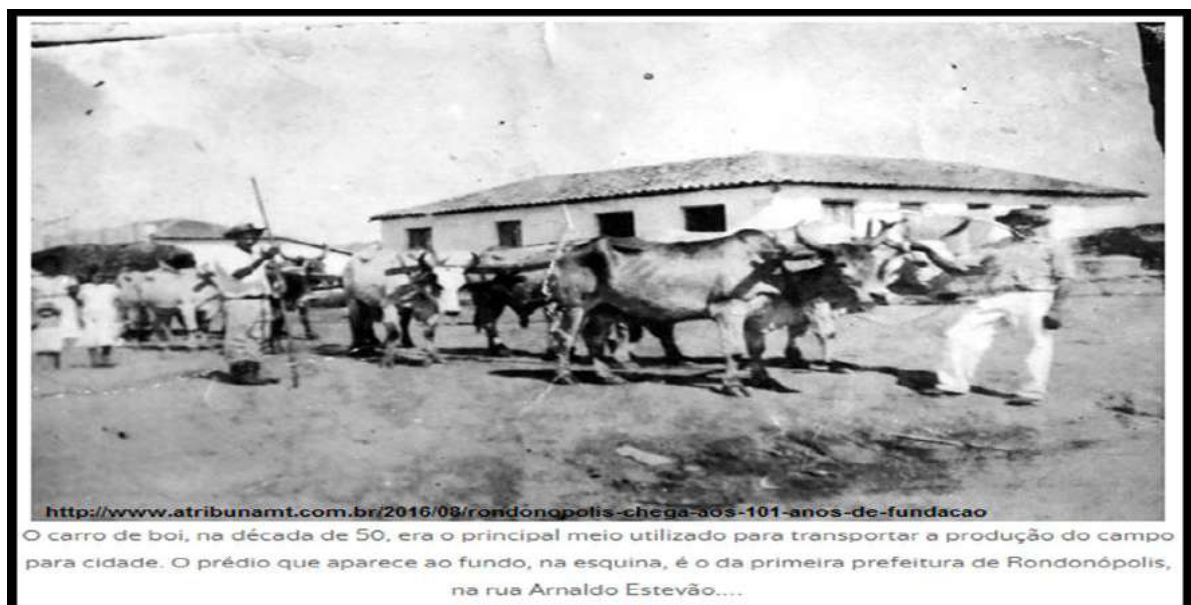


Foto 2 : Meio de Transporte da Produção do Campo 1950

Fonte: atribuna.com.br

Um dos fatos importante a nível mundial foi a 2ª guerra mundial (1939 – 1945), fato esse que indiretamente atingia o mundo todo em suas relações socioespaciais (GILBERT ,

2014). Em terras rondonopolitanas seu curso histórico de formação continuava e a presença do Posto Telegráfico e a Casa de Campo de Pousos de aviões ajudaram a dinamizar o município apesar de nessa época, 1950, o mesmo contar com poucos moradores que seria em torno de 2250 habitantes, já se encontravam nessa época alguns veículos motorizados conforme demonstrado na **foto 3**.



Foto 3: Travessia sobre balsa em Rondonópolis em 1950
Fonte: noticiasdematogrosso.com.br

Em nível informacional a partir de 1931 a 1946 em terras americanas é apresentado o computador nos moldes que conhecemos hoje, que representou um primeiro avanço tecnológico computacional²⁸. A partir do ano de 1947, Rondonópolis retoma o processo de crescimento, à medida que o município é inserido no contexto capitalista de produção como fronteira agrícola mato-grossense, resultado da política do sistema de colônias implantado pelo Governo do estado (P.M.R. , 2017).

Já nos primeiros decênios deste século, os governantes estaduais associam a idéia de progresso com a idéia de trabalho migrantista e, neste sentido, procuram através da propaganda atrair imigrantes para a região. No entanto, será no Estado Novo (1937-1945) que as terras mato-grossenses passarão a fazer parte das diretrizes gerais da política de colonização do Governo Federal, principalmente com a criação do projeto Marcha para o Oeste. Este projeto visava a conquista integral do território brasileiro. Para Mato Grosso, como observou Lenharo: “O povoamento e a ocupação desta parte do país promoveriam o aumento da produção agrícola e mineral, o que reverteria em favorecer o desempenho industrial do país, condição prioritária para unidade econômica visada. (s/d:23)” (COSTA,1994:27, apud: NEGRI, 2001, p.55).

²⁸- TECMUNDO . Disponível em : <https://www.tecmundo.com.br/tecnologia-da-informacao/1697-a-historia-dos-computadores-e-da-computacao.htm>.

Em 10 de Dezembro de 1953 é elevado à categoria de município²⁹ (P.M.R. , 2017), com a denominação de Rondonópolis, por lei estadual. Constituído de dois distritos: Rondonópolis e Ponte de Pedra, ambos são desmembrados do município de Poxoréo. Por essa **foto 4** é possível visualizar o traçado da nova cidade que surge as margens do rio Vermelho.



Foto 4: Vista Aérea de Rondonópolis ano 1953

Fonte:atribuna.com.br

Com a consolidação como município emancipado ocorre o surgimento dos primeiros prédios, **foto 5**, apesar de anteriormente a esta data já existir algumas construções no local, começam a época citada, surgir os primeiros bairros sendo alguns distantes da área central, como exemplo podemos citar o bairro Vila Operária, Vila Iracy.

Nesse período um propulsor da economia local era voltado às atividades agropecuárias conjuntamente com o comércio que se formava para suprir as necessidades dessa população, a mesma era formada tanto pelos habitantes antigos como por migrantes que vinham em busca de trabalho no campo, principalmente da região nordeste, sul e sudeste, (P.M.R. ,2017).

²⁹ (Lista_de_prefeitos_de_Rondonópolis . 2017).

1º Prefeito Nomeado Rosalvo Fernandes Faria (1953-1954)

1º Prefeito eleito Daniel Martins de Moura (1954-1958)

2º Prefeito eleito Lutherio Lopes (1958-1962)



Foto 5: Rua Principal de Rondonópolis em 1953 (Marechal Rondon)

Fonte:atribuna.com.br

A partir de 1960 até 1970³⁰ se é caracterizado por um intenso movimento migratório, implantação de infraestrutura e início do desenvolvimento econômico.

Nas décadas de 50 e 60, o crescimento econômico de Rondonópolis vem através do campo, enquanto produtor de alimentos e extensão do capital paulista. Nesse período destaca-se a força da mão-de-obra de migrantes matogrossenses, nordestinos, paulistas, mineiros, japoneses e libaneses.(P.M.R.)

É importante observar que o avanço das técnicas tanto no campo como no urbano favoreceram a dinamização dos fluxos e fixos no município. Um fator importante a destacar nesse período é o golpe militar que aconteceu a nível nacional no ano de 1964, modificando a estrutura política brasileira, em termos de mundo tecnológico entravámos para a segunda geração de computadores que perdurou de 1959 a 1964, um dos feitos do homem foi ir a lua em 1969 (BRASIL , 2014).

Já sobre o regime militar, a cidade de Rondonópolis obteve um crescimento acelerado, alavancado pelo agronegócio tendo destaque as políticas implementadas para a expansão da fronteira agrícola a partir de 1970, baseada na pecuária e na monocultura de algodão e de soja, nesta época o município possuía 19 bairros (NEGRI , 2008 ; PETRI 2014); é importante ressaltar que o Governo Federal para a ocupação do interior do território brasileiro instituiu diversas medidas voltadas para o desenvolvimento da região Centro Oeste.

Assim, no período compreendido entre 1945 e 1970, a ocupação do Estado de Mato Grosso é caracterizada pelo processo de expansão da fronteira agrícola através da colonização em terras públicas, levado a efeito através de órgãos estatais da esfera

³⁰ 3º Prefeito eleito Sátiro Pohoi Moreira de Castilho(1962-1966)

4º Prefeito eleito Hélio Cavalcante Garcia (1966-1970)

estadual e federal, e também por empresas de colonização privadas. (NEGRI,2001, p.56)

Políticas públicas eram desenvolvidas nesses períodos³¹ como instrumentos de incentivos para essa ocupação, aos quais citaremos como exemplos a construção de linhas de telégrafos/ telefones, as rodovias, a construção de Brasília, a “Marcha para o Oeste” e a “Revolução Verde”, políticas essas que antecederam 1970, mas que foram de extrema importância para o desenvolvimento local, associa-se a isso uma nova era tecnológica e a mecanização a se desenvolver na agricultura local.

A difusão dos elementos modernizantes, a partir da década de 1970, se sustentou através da expansão do meio técnico-científico com decisiva participação do Estado, quando foram implantados complexos industriais em diversas regiões do país (Camaçari, Carajás), os Programas de Desenvolvimento Regional (PRODOESTE, POLOCENTRO, etc.), e ampliou-se a rede de transportes e de comunicações. Ao mesmo tempo se acentuou a modernização da agricultura, com a expansão do capitalismo no campo alargando as fronteiras agrícolas e intensificando as migrações, originando uma nova divisão territorial do trabalho no Brasil, (SANTOS e SILVEIRA, 2001, apud: NEGRI, 2001, p.34)

Com o aumento tecnológico/científico/informacional no campo e na cidade, com os incentivos governamentais (principalmente após década de 1970) e com o processo de globalização via transmissão de dados, o cerrado de Mato Grosso vai se transformando em grandes propriedades agrícolas produtoras de commodities, tendo a soja como carro chefe, alavancando o processo de desenvolvimento de várias cidades matogrossenses, sendo Rondonópolis uma das pioneiras neste processo.

Na década de 70, acelera-se no município o processo de expansão capitalista, e Rondonópolis desenvolve o mais rápido processo de modernização do campo que se teve notícia no Centro-Oeste - incrementando as atividades da soja, da pecuária e do comércio. Aqui, a migração sulista é o destaque.(P.M.R. 2017)

De 1971 a 1980³² ocorre a consolidação de sua função financeira, comercial e industrial, além da aceleração e implantação de diversos loteamentos.

Conforme cita Duarte, (2016), “ Ainda na década de 1970 foi criado o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Rondonópolis através da Lei nº 447 de 02 de setembro de 1975”. Ao se acessar o site oficial da prefeitura de Rondonópolis, em sua parte histórica há o destaque para a época de 1980 onde aponta a importância do município no estado de Mato Grosso.

³¹ 1950, 1960, 1970.

³² 5º Prefeito eleito Zanete Ferreira Cardinal(1970-1973)

6º Prefeito eleito Cândido Borges Leal Junior (1973-1976)

Segundo consta no site oficial da Prefeitura Municipal de Rondonópolis (P.M.R.), em 1980, Rondonópolis passa a ser pólo econômico da região e é classificado como segundo município do estado em importância econômica, demográfica e urbana **foto 6**.



Foto 6 : Rua Rio Branco, década de 1980

Fonte: NDHOC/HIS/ICHS/CUR/UFMT , (apud: RODRIGUES , 2015).

O município nesta década tem seu maior crescimento em número de bairros (76); totalizando 95, muitos bairros foram criados na cidade, sendo os mesmos, tanto de iniciativa pública como privada e alguns deles irregulares.

Entre 1981 e 1990³³ acontece uma aceleração do crescimento horizontal, através da periferação e da construção de conjuntos habitacionais, também ocorre nesse período o processo de verticalização; sendo o segundo período de maior crescimento local, foi nessa década que se criaram 68 novos bairros; totalizando 163.

Esse crescimento é reflexo de uma nova dinâmica rural tecnológica e capitalista que se desenvolve a partir da metade da década de 1980 no qual favorecem um surgimento de agroindústrias que comercializam e processam produtos agropecuários, tendo como um dos carros chefes na agricultura a soja³⁴.

A partir de 1985 começa um período transitório de redemocratização nacional, consolidando em 1988 com a promulgação da constituinte de 1988 e a instância política se

³³ 7º Prefeito eleito Walter de Souza Ulisséia (1976-1982)

8º Prefeito eleito, renunciou para Governar Mato Grosso - Carlos Gomes Bezerra(1983-1986)

1º Vice-prefeito eleito no cargo de Prefeito - Fausto de Souza Faria(1986-1988)

³⁴ Na década de 90, Rondonópolis projeta-se como “A Capital Nacional do Agronegócio”, ao mesmo tempo em que cresce o setor agroindustrial. (P.M.R.2017)

modifica de um regime militar para um período democrático burguês, regido até os dias atuais pelo sistema eleitoral presidencialista.

De acordo com Duarte, (2016), “ Percebe-se que na década de oitenta foram criados bairros distantes da região central, às margens da malha urbana, e entre esses bairros e aqueles criados na década de cinquenta, foram criados outros na década de noventa. Isso é explicado pelo interesse de lotear bairros que garantiriam fins lucrativos maiores”.

Nardes (1997), nos apresenta um estudo com relação à espacialização ocorrida em Rondonópolis onde a autora destaca o número de bairros no município até 1996 e também que de 1991 a 1996³⁵ houve uma modernização de espaços urbanos através de sua verticalização **foto 7**, com o aprofundamento dos contrastes sociais através das profundas deficiências de moradia para classe de menor renda em comparação com a boa qualidade de infraestruturas dos bairros nobres.



Foto 7: Verticalização em Rondonópolis

Fonte:Secom- MT

É importante destacar que Rondonópolis apresenta seu **primeiro Plano Diretor em 1994**, incorpora o estatuto da cidade em 2001, por fim formaliza o **segundo Plano Diretor em 2006 que esta em vigor até a presente data**³⁶(grifo do autor), no qual serve de parâmetro para esse estudo.

Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Rondonópolis, constituído pela Lei Complementar nº 043 de 28 de Dezembro de

³⁵10º Prefeito eleito Carlos Gomes Bezerra - renunciou para assumir senado (1993-1994)

^{2º} Vice-prefeito eleito para Prefeito com a renúncia do Gov. Dante de Oliveira - Rogério Salles (1994-1996)

³⁶ 04/11/2017

2006, estabelece normas e regras para o ordenamento do território municipal, que são sustentadas nos princípios do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257 de 10/07/2001) e implantadas por um conjunto de leis municipais. (DUARTE, 2016, p.17)

Negri (2008), atualiza a quantificação de bairros, ao qual, ao término de seu estudo totalizou 241 loteamentos, o mesmo relata que no período de 1997 a 2008³⁷ se modernizou as empresas urbanas, houve uma aceleração do processo de verticalização, principalmente nos bairros nobres; com o surgimento dos condomínios horizontais ocorreu um aumento da desigualdade social e maior concentração de renda, refletindo em uma maior segregação socioespacial e aumento do perímetro urbano e da industrialização com a adoção de um novo plano diretor criado em 2006.

Entre 2008 e 2014 existiu um crescimento acentuado na quantidade de bairros na área periférica, entre 1990 e 2010 foram criados mais 83 bairros totalizando 246 bairros e ao final de 2013 esses bairros totalizavam 291, conforme demonstrado em Petri (2014), conforme aponta o **gráfico 1**.

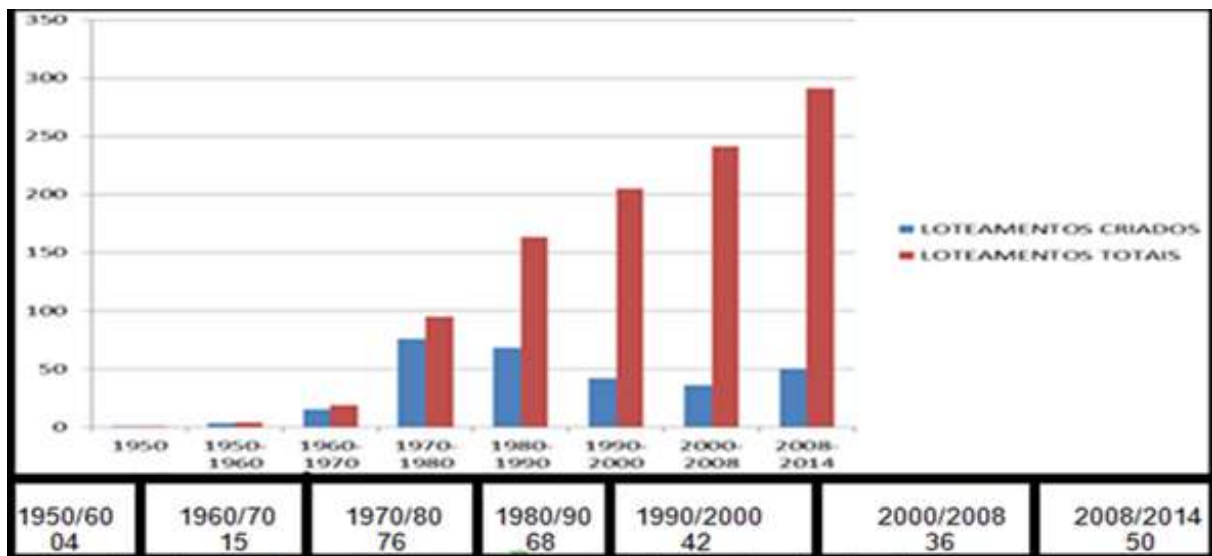


Gráfico 1: Evolução de Rondonópolis
Fonte: Nardes (1997), Negri (2008), P.M.R. (2013), Petri (2014)

Com um crescimento menor de moradias, se comparado as décadas de setenta, oitenta e noventa, Rondonópolis se desenvolve dentro das perspectivas de mercado com alto preço de seus imóveis, principalmente em áreas mais centralizadas, áreas essas compostas com melhores infraestruturas se comparadas com as periferias que também conforme sua localização possuem um preço considerável para seus imóveis; outra característica que é

³⁷ Prefeito eleito, Alberto Carvalho de Souza (1997-1999)- renúncia em 1999
3º Vice-prefeito eleito no cargo de Prefeito, Percival Santos Muniz (1999-2000)
11º Prefeito reeleito, Percival Santos Muniz (2001-2004)
12º Prefeito eleito, Adilton Sachetti (2005-2008)

evidente ao se andar em sua mancha urbana é perceber a quantidade de lotes sem construções. Em cidades com proporções habitacionais em nível do município de Rondonópolis planos diretores são implantados por representantes da sociedade civil e representantes do poder público para implantação de metas de planejamento e ordenamento do município com a visão voltada para o desenvolvimento e bem estar social, conforme é apontado no artigo 2º do Plano Diretor Municipal de 2006.

Artigo 2º "O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental é o instrumento básico do planejamento territorial de Rondonópolis-MT e da política de desenvolvimento urbano sustentável, aplicável à totalidade do território municipal, cuja finalidade é emanar condições indispensáveis à implantação de um desenvolvimento ordenado, sempre voltado para o progresso do Município e o bem-estar de seus habitantes"...(P.M.R. 2006)

Em 2017 começa a reformular o novo Plano Diretor com previsão de término até janeiro de 2018, no qual essa pesquisa já estará terminada, impossibilitando o uso do mesmo no âmbito desse estudo.

Essa condição de distanciamento de bairros populares da área central não se trata de algo recente, mas remonta a partir da década de 1950 conforme demonstrado na (**Figura 2**), esse procedimento hoje teoricamente se embasado no plano diretor local (2006) seria uma prática não legalizada conforme aponta o artigo 5 e 57 do referido plano diretor.

Art. 5º A Política de Desenvolvimento Urbano Sustentável em nosso Município tem como principais metas:

I – a identificação e delimitação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), visando:

a - promover as regularizações fundiárias e melhorias urbanas de áreas públicas ou privadas ocupadas por população de baixa renda, com padrões urbanísticos compatíveis e infra-estrutura básica satisfatória ao interesse social, garantindo a inclusão formal e a cidadania;

b – estimular a iniciativa privada na promoção de loteamentos sociais, permitindo a redução dos custos ao empreendedor, objetivando o aumento da oferta de lotes urbanizados e/ou unidades habitacionais;

c – ordenar o adensamento urbano tendo por fim a efetiva ocupação dos vazios da malha urbana, com aproveitamento racional da infra-estrutura e dos equipamentos comunitários e urbanos existentes, evitando a segregação urbana.

II – o estabelecimento otimizado do território urbano como meta o desenvolvimento econômico do município e a integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais;

III – o ordenamento e controle do uso e ocupação do solo;

IV – a distribuição ordenada das atividades econômicas, principalmente os pólos industriais;

V – evitar e corrigir as distorções do crescimento desordenado e seus efeitos negativos à população e ao meio ambiente;

VI – garantir permanente proteção e preservação do meio ambiente e do patrimônio paisagístico;

VII – instituir unidades de conservação para proteção ambiental;

VIII – evitar os lotes baldios e as glebas ociosas;

IX – evitar a retenção especulativa de imóveis urbanos;

X – promover o desenvolvimento e a preservação do patrimônio histórico, cultural, artístico e arqueológico.

§ 1º É direito das comunidades informais em Rondonópolis-MT reivindicarem as regularizações fundiárias.

§ 2º Esta Lei estabelecerá critérios diferenciados para aprovação e execução de assentamentos, loteamentos e conjuntos habitacionais destinados às famílias de baixa renda, considerando, entre outros, os aspectos referentes às dimensões e áreas dos lotes, características do arruamento e destinação de equipamentos comunitários.

§ 3º O Poder Público Municipal cooperará com as entidades de natureza filantrópica na elaboração de projetos de loteamentos sociais e em seus processos de urbanizações, em atendimento ao interesse social. (P.M.R.2006)

E o plano diretor 2006 prossegue esclarecendo e proibindo as questões relacionadas ao distanciamento dos novos bairros que praticamente em sua totalidade são destinados a cidadãos de menor poder aquisitivo, permitindo tão somente novos bairros distanciados para fins industriais.

Art. 57 Não serão admitidos loteamentos distantes ou segregados da malha urbana da cidade, devendo ser contíguos aos bairros periféricos e ter a continuidade ou integração do sistema viário e de trânsito, exceção feita aos parcelamentos para fins industriais. (P.M.R.2006)

Rondonópolis, Brasil, não é uma ilha isolada em meio ao nada, na realidade contextos nacionais e internacionais devem ser considerados, sabendo que a pré e pós globalização influenciam diretamente no contexto histórico de ocupação do território. A dinâmica mundial fez e faz parte da consolidação do município.

É dentro dessa lógica descrita com seu início em uma área central até 1950 (Centro A e Centro B), em seguida até 1960 surge a Vila Operária e a Vila Iracy, sendo estes bairros distante do centro da cidade, em seguida na década de 1970, novos bairros são criados entre o centro e a Vila Operária, sendo que desta maneira começa a se configurar a evolução da cidade, conforme é demonstrado na **figura 2**.

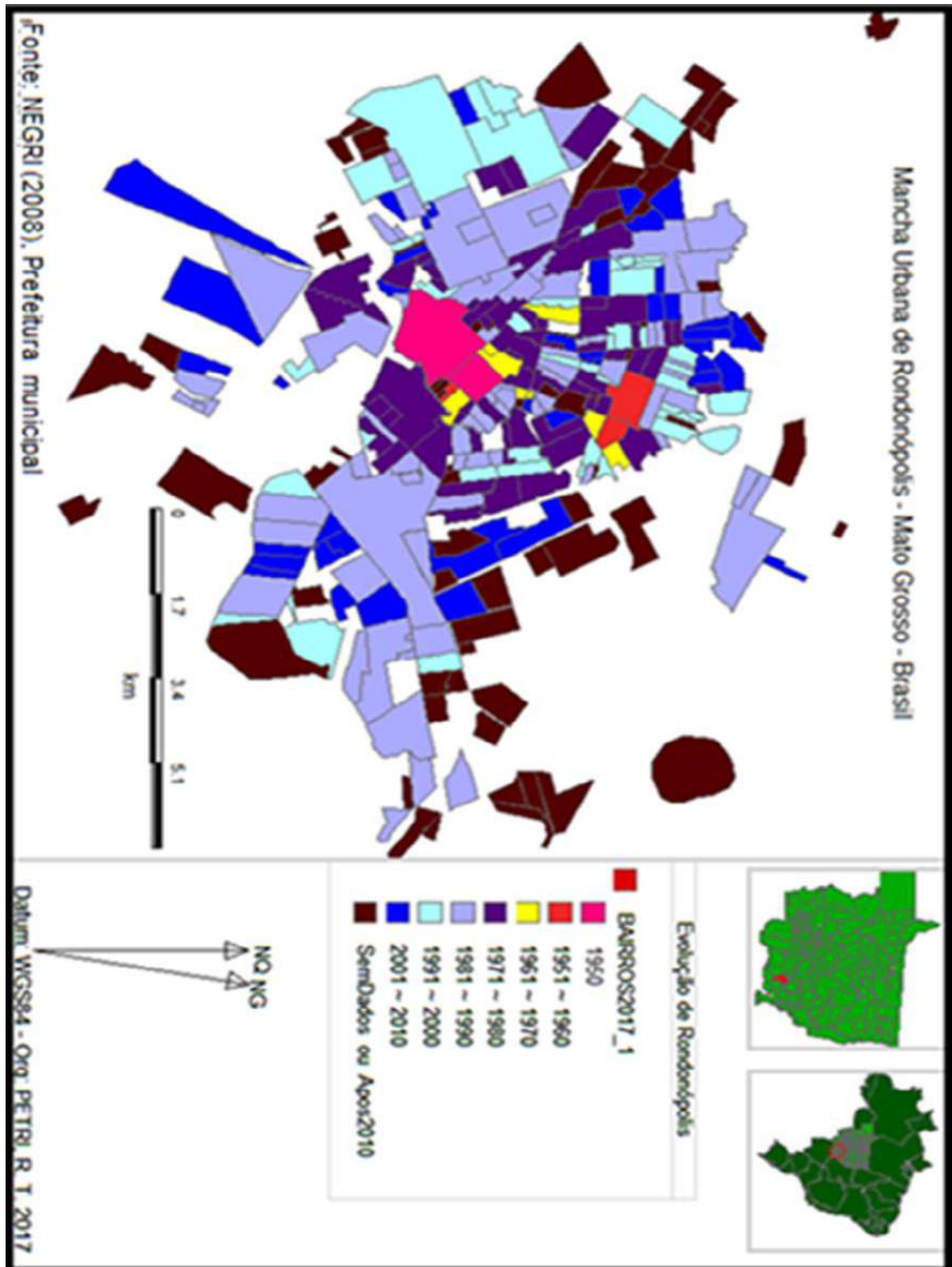


Figura 2: Mapa de Evolução de Rondonópolis

Fonte: NEGRI (2008), Prefeitura Municipal Rondonópolis (PMR), PETRI (2014), SHP VICENTE, T.G.

Em busca de uma visualização espacial do território se desenvolveu o mapa inserido na **figura 3** com apenas o nome de alguns bairros existentes na cidade, com a intenção de servir como referência espacial ao leitor.

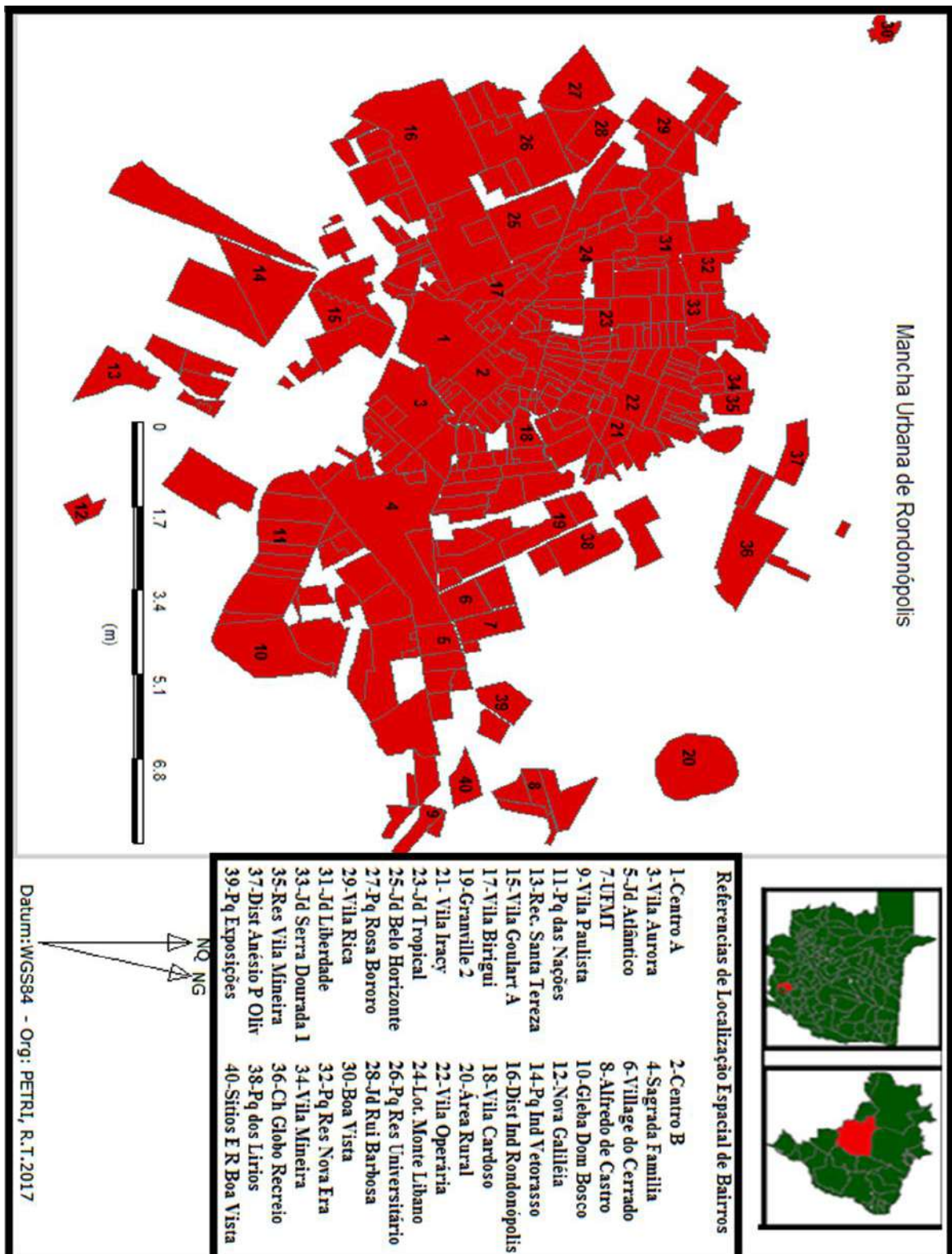


Figura 3 : Localização Espacial de Alguns Bairros

Fonte: Prefeitura Municipal, SHP VICENTE, T.G.

Assim, se seguida a redação do Plano Diretor, essa prática não será permitida. Cabe ressaltar que dentro dessa configuração apresentada diversos lotes estão sem construções sendo apenas meios para especulação imobiliária, conforme se pode constatar nas **figuras 04**

e 05 que foram tomadas como exemplos visuais de áreas não construídas de alguns lotes em bairros da cidade. Mas essa dinâmica se apresenta em maior ou menor escala em outros bairros não apresentado pelos recortes supra citados, servem esses lotes apenas como bens de acumulação de capital em viés de um processo de valorização territorial, no qual dentro desse contexto apresentado, não cumpre o papel social da terra, o que, mesmo sendo uma questão legal de âmbito rural efetivamente pode e deve ser aplicada ao meio urbano.

Torna-se necessário que os órgãos de fiscalização municipal atuem no levantamento desses lotes, e com isso requeiram junto à Câmara Municipal um projeto de lei com imposto progressivo dentro dos parâmetros de que terrenos sem construções, efetivamente paguem mais impostos, e dentro dessa perspectiva, novos imóveis possivelmente sejam construídos, favorecendo com isso a diminuição do déficit habitacional, mesmo que de certa forma sejam esses imóveis para o aluguel, no qual possivelmente ocorrerá o barateamento do mesmo, e facilitará a vida de quem ainda não é contemplado com sua moradia própria.

Outra vantagem advinda dessa atitude se relaciona a minimizar o aumento do perímetro urbano, com criações de novos bairros distantes de infra-estrutura, que com o tempo será cobrado do executivo municipal novas benfeitorias.

Ao poder público cabe efetivamente o cuidado de não aumentar o perímetro urbano sem motivo justo ou em razão de favorecer empreendimentos privados instalados ou a se instalar distantes da mancha urbana.

Importante ressaltar que tem de ser ter o cuidado na questão do imposto progressivo, observar as dificuldades de pessoas carentes que a princípio são detentoras de apenas um lote, e por isso, não constroem suas residências imediatamente após adquirir o referido terreno, mas que devido as suas limitadas condições financeiras, vão construindo suas residências por etapas.

Para amenizar essas questões organizacionais e segregativas latentes e impregnadas no município ao longo do tempo evolutivo, cabe ao poder público ir além da cidade aparente, se atentando para todas as formas já construídas, observando sua manutenção e a serem construídas em se tratando de espaços públicos municipais.

Observados os pontos acima descritos é possível a execução de um planejamento de ocupação territorial urbana de melhor qualidade e contemplativa a todas as classes sociais.



Figura 4: Recorte da área urbana de Rondonópolis (lotes vagos) na Região Sagrada Família
Fonte: Google Earth (2017)

Conforme apresentado na **figura 4 e 5** em recortes distintos do município, várias são as áreas com terreno sem construções que estariam apenas aguardando seu processo de valorização financeira, segundo o prefeito atual em palestra na Escola Elizabeth no Jd. Atlântico em 02 de outubro de 2017, o mesmo relatou que Rondonópolis hoje é detentor de 40000 lotes em vias apenas de valorização. (PETRI, 2017), in: loco.



Figura 5: Recorte da área urbana de Rondonópolis (lotes vagos)

Fonte: Google Earth (2017)

Outro fato interessante a apontar nesse estudo é a questão de apropriação de terrenos que outrora eram públicos e atualmente se encontram com construções de origem privada, conforme demonstrado na **figura 6**, onde aponta uma área que seria destinada a uma avenida. Outras áreas não apontadas por mapa em Rondonópolis sofreram esse processo de ocupação, ao qual podemos citar como exemplo a área ao lado da Prefeitura Municipal.



Figura 6: Recorte do Município de Rondonópolis com terreno que seria destinado a construção de uma avenida - Região Salmen

Fonte: Google Earth – Org: PETRI, R.T. 2017

Assim dentro dessa lógica de evolução apresentada que se materializou o processo de evolução no município de Rondonópolis, cidade desenvolvida com forte ligação ao agronegócio, em meio a uma ocupação e industrialização tardia,³⁸ com seu crescimento desordenado e fragmento de acordo com a dinâmica mercadológica, política e social de seus habitantes.

³⁸ Rondonópolis começa a ter características de cidade pólo no Mato Grosso, principalmente a partir de 1970

CAPÍTULO 4 ANÁLISE SOCIOESPACIAL DA POPULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RENDA EM RONDONÓPOLIS

Rondonópolis apresenta uma área de 4.159,118 km² (IBGE- 2010) e uma população de 195.476 habitantes (IBGE- 2010) com uma densidade demográfica de 46.99 hab/km², com estimativa, segundo IBGE, de 218.899 habitantes, em 2016, no qual nesse processo urbanístico veio apresentando um crescimento acelerado vinculado a vários períodos econômicos em que passou o município.

Seu pico de crescimento populacional aconteceu de forma mais acentuada no período entre 1970 a 1990 conforme demonstrado no **gráfico 2**.

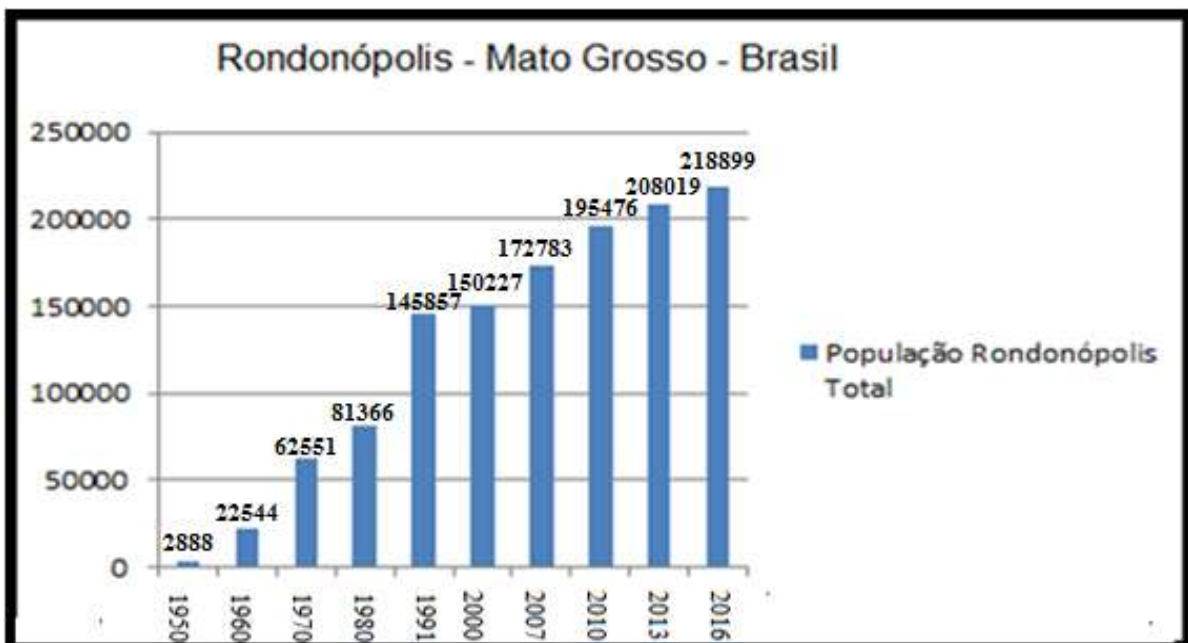


Gráfico 2: População Total Rondonópolis MT
Fonte: IBGE (2010- 2016), NEGRI (2008), PETRI (2014),

A população do município encontra-se dividida por bairros onde se nota que os bairros que se tem maior número de habitantes são: Centro A, Sagrada Família, Jardim Liberdade, seguidos de Vila Aurora I, II, III, Parque Universitário e Vila Operaria, e um dos bairros de menor população se trata do bairro Vila Verde segundo (IBGE 2010), conforme demonstra o mapa populacional, mas essa ocorrência acontece somente quando se analisa os bairros de maneira individualizada, porém ao analisarmos esses dados temos que ter claro que, devido ao grande fatiamento que o município apresenta em sua mancha urbana, muitos desses locais periféricos que individualmente se tornaram como áreas de baixo índice populacional, ao ser somado ao conjunto de bairros adjacentes se tornam responsáveis por uma grande parcela de habitantes **figura 7**.

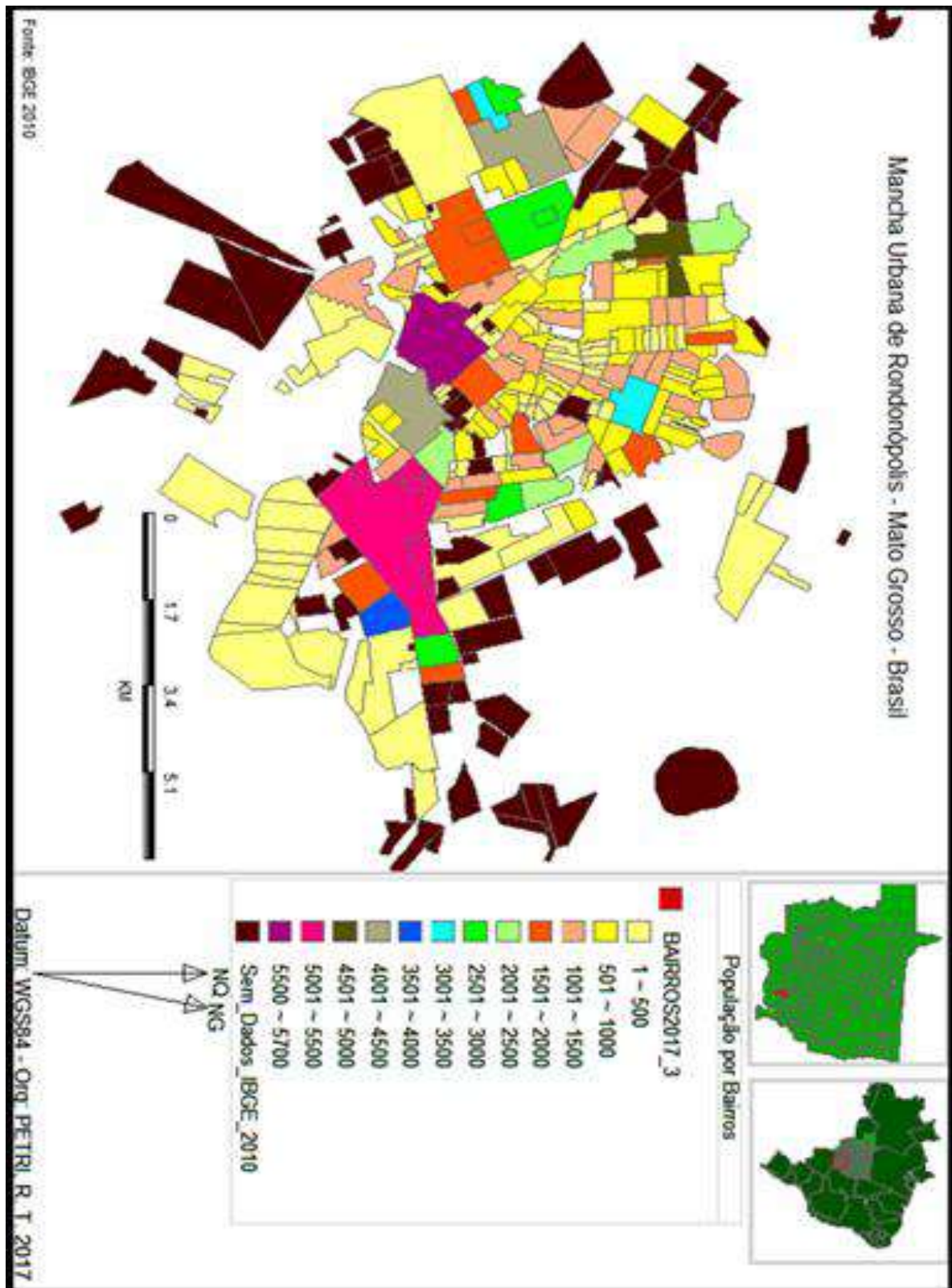


Figura 7 - Mapa da População por Bairros em Rondonópolis

Fonte: IBGE (2010), Prefeitura Municipal de Rondonópolis, PETRI (2014), SHP VICENTE, T.G.

Segundo o IBGE, Rondonópolis apresentou um IDH em crescimento que no ano de 1991 era de 0,480, em 2000 foi para 0,638 e em 2010 atingiu 0,755 **gráfico 3**.

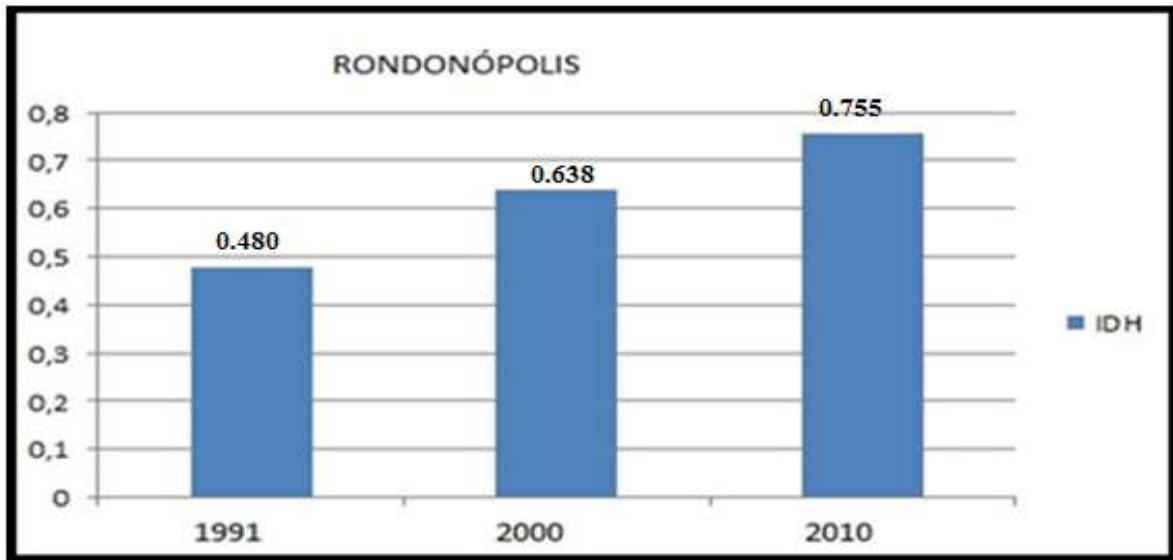


Gráfico 3: IDH 1991-2010 (Rondonópolis – MT)

Fonte: IBGE (2010)

Rondonópolis muda de uma classificação em 1991 considerada muito baixa para uma classificação considerada alta conforme consta no **quadro 1**.

IDH	Dimensões de Análise	Aplicabilidade dos Dados
Índice de Desenvolvimento Humano	Expectativa de Vida Educação e Renda com Produto Interno Bruto (Padrão de Vida)	Países Mundiais Brasil Estados Brasileiros Municípios
Faixas de desenvolvimento humano		
Muito Alto	0,800 - 1,000	
Alto	0,700 - 0,799	
Médio	0,600 - 0,699	
Baixo	0,500 - 0,599	
Muito Baixo	0,000 - 0,499	

Quadro 1: Ranking de Qualidade de IDH-M

Fonte: PNDU – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2016

A nível nacional o município em termos de IDH tem uma melhora significativa em duas décadas (1991-2010) saindo da 1108ª posição para a 453ª **gráfico 4** demonstrando todo esse dinamismo espacial alavancado por suas atividades de serviços, agrícolas e industriais. O IDH, apesar de não expressar o nível socioeconômico de cada cidadão individualmente é um dos índices que de modo geral abrange várias características de uma sociedade, sendo esse índice utilizado por variadas entidades *nacionais e **internacionais³⁹.

³⁹ *IBGE, **ONU, **PNUD, **OIT

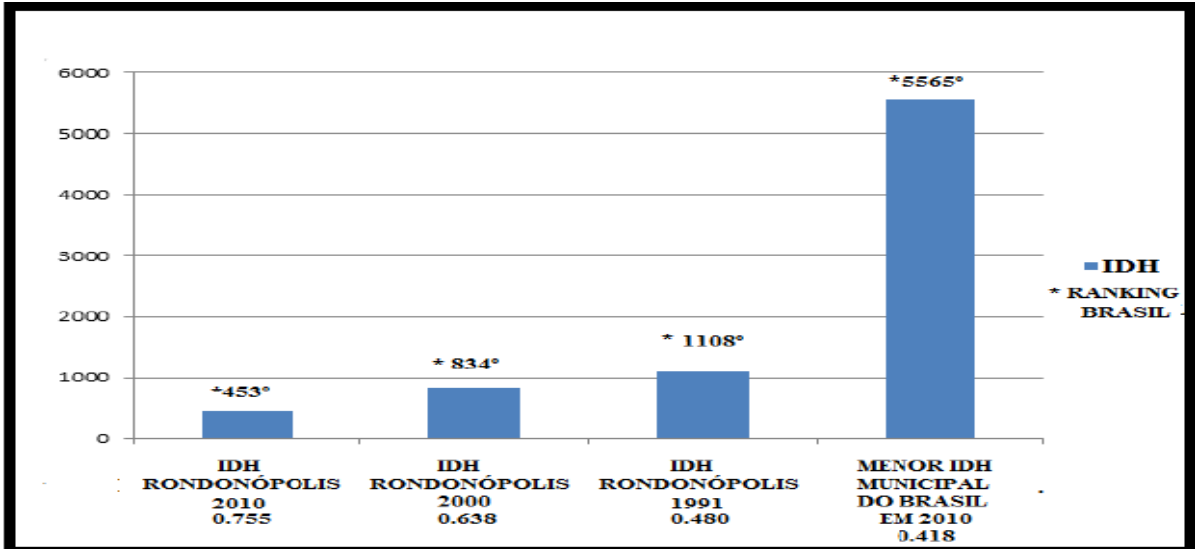


Gráfico 4 : Ranking Nacional IDH-M

Fonte: PNDU – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2016

Em se tratando de nível Estadual a melhora em duas décadas é significativa e o município avança de 12º para 4º em termos de IDH **gráfico 5**, Rondonópolis destaca-se como um espaço luminoso (locais dotados de técnica, ciência e informação) em Mato Grosso, através de seu comércio e serviços, sua industrialização em desenvolvimento e seu sistema ligado ao agronegócio, a cidade oferece uma rede educacional constituída de creches, escolas de base até o nono ano, ensino médio, cursos técnico, faculdades pública e privada, oferece a nível de saúde uma rede de pronto atendimento e hospital onde se destaca o hospital regional.

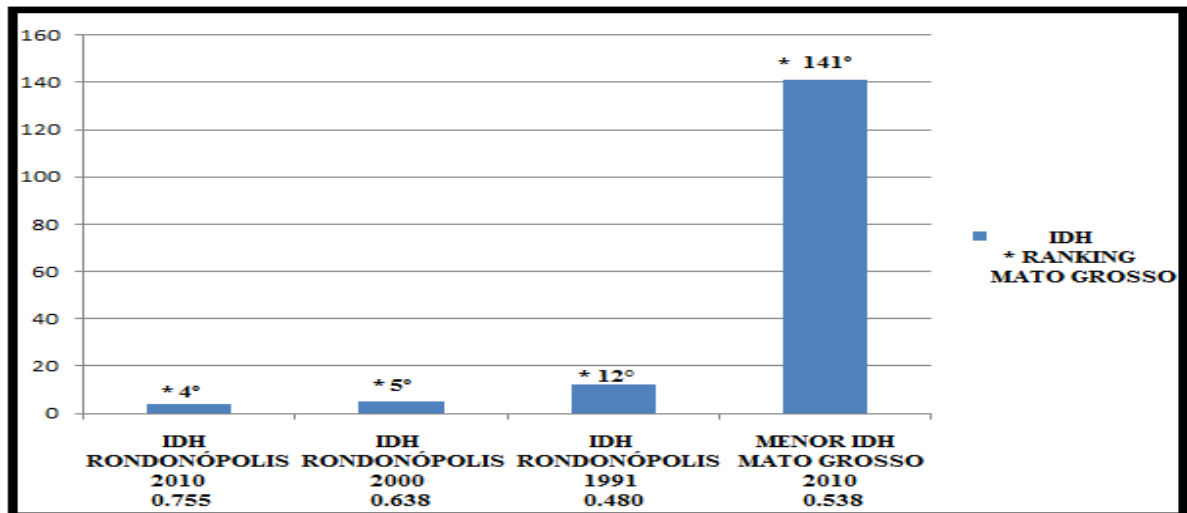


Gráfico 5 : Ranking Estadual de IDH-M

Fonte: PNDU – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2016

Porém no município a renda média maior por bairro equivale a 16 vezes o valor da renda média menor (referencia IBGE 2010), isso por si só já demonstra que a estratificação salarial e de posse financeira é grande e diferenciada, tornando a mancha urbana com segmentos de classes sociais distintas no quesito rendimento, mesmo com IDH em alta,

extrema pobreza em baixa e o índice GINI⁴⁰ em pequena queda conforme apresentado no **gráfico 6**, as disparidades de rendimentos na cidade são uma realidade materializada no espaço geográfico.

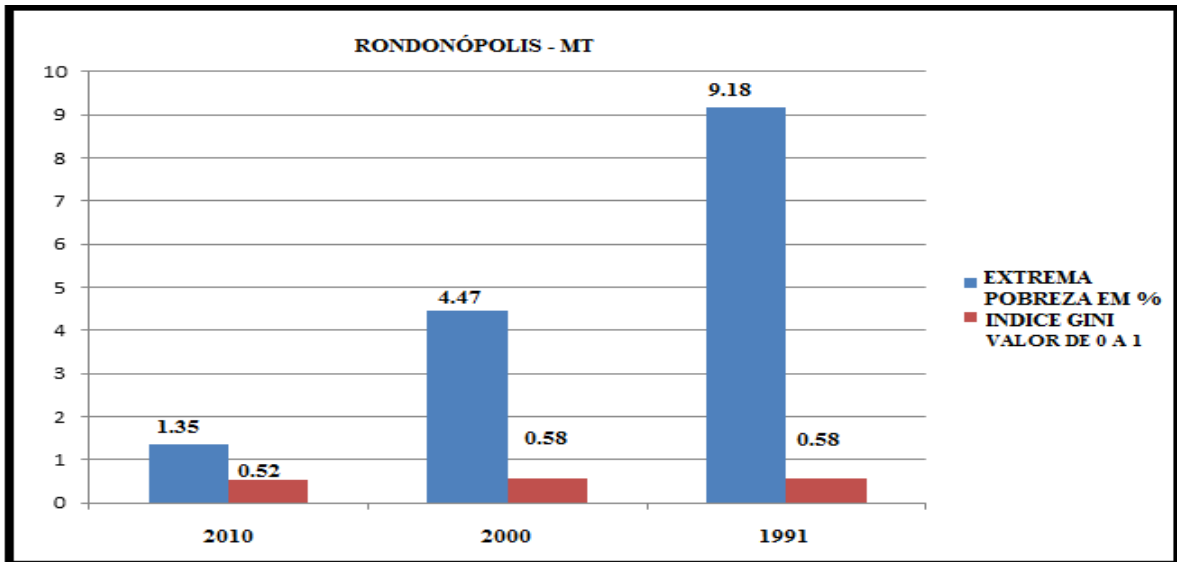


Gráfico 6: Porcentagem de Extrema Pobreza em Rondonópolis e Índice GINI
Fonte: IBGE (2010)

Outro fato que cabe destacar quando se analisa esse crescimento salarial é que isso ajudou também na **renda per capita do município** que em 2010 estava em **R\$ 843,62** ou 1.65 salários mínimos (referencia R\$ 510,00 ano base 2010) conforme demonstra o **gráfico 7**, em termos de **renda média municipal embasado em estudos por bairros, o valor apurado pelo IBGE foi de R\$ 827,91, (grifo do autor)**, conforme tabela em anexo.

Rondonópolis beneficiado pelas políticas públicas nacionais e locais se destaca em nível de Mato Grosso, tornando-se um local que podemos considerar luminoso à nível de Mato Grosso, que no entendimento de sistema de redes a coloca como uma cidade polo na mesorregião que está localizada. É em Rondonópolis que alguns habitantes de cidades vizinhas tais como Poxoréo, Pedra Preta, Itiquira e outros municípios, se dirigem quando necessitam de serviços especializados, como ensino superior e outras benesses que o município venha a oferecer.

⁴⁰ Índice GINI - instrumento que mede o grau de concentração de renda entre mais ricos e mais pobres com variável de 0 a 1, quanto mais próximo a 0 melhor é a distribuição de renda

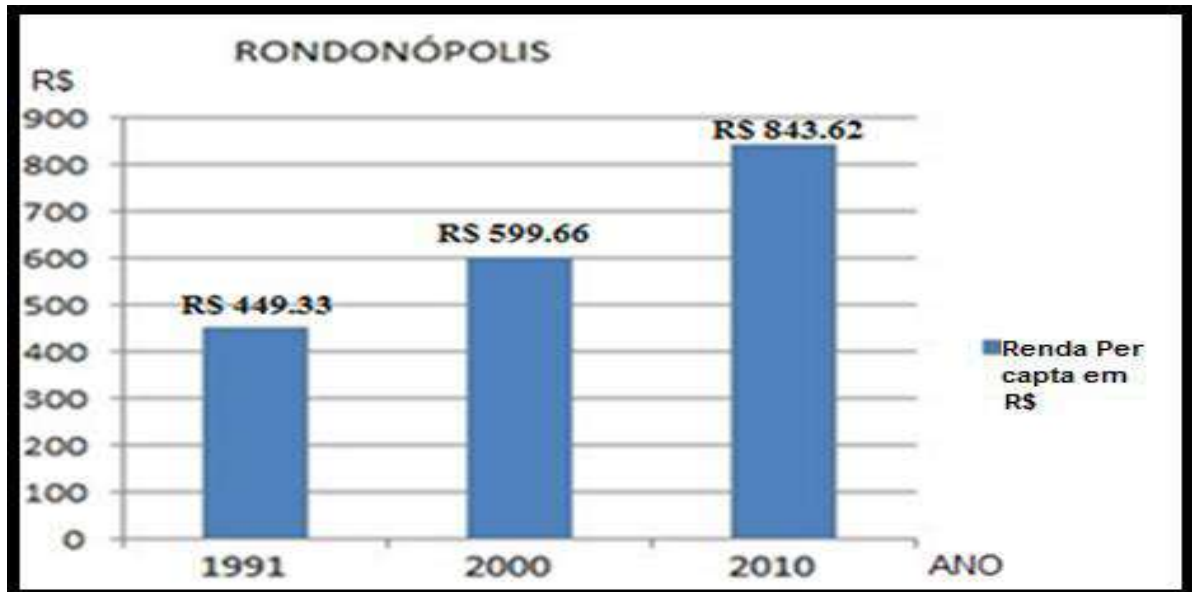


Gráfico 7 : Renda Média Percapta de Rondonópolis
Fonte: IBGE (2010)

Apesar do aumento do IDH, no município, este fator não se completa na população como um todo, como política local, mas sim federal sendo a mesma, responsável pelo crescimento do IDH por todo o País conforme demonstrado pela **figura 8**.

Esses índices em constante crescimento é fruto de políticas públicas inclusivas que minimamente tentam contemplar a sociedade de menor poder aquisitivo. Podemos citar dentre os diversos programas implantados pelo Governo Federal o Bolsa Família⁴¹, que apesar de algumas críticas de parte da sociedade, principalmente as pessoas de melhor poder aquisitivo, entretanto, foi de grande relevância para elevar esses índices apresentados.

Rondonópolis não diferentemente do resto do País, afinal, este programa tem sua abrangência a nível federal, também tem uma parcela de seus habitantes beneficiado com esses planos de governo nacional, o que favorece no desenvolvimento socioespacial local.

⁴¹ Programa de Renda Mínima destinado à Famílias Carentes (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2017)

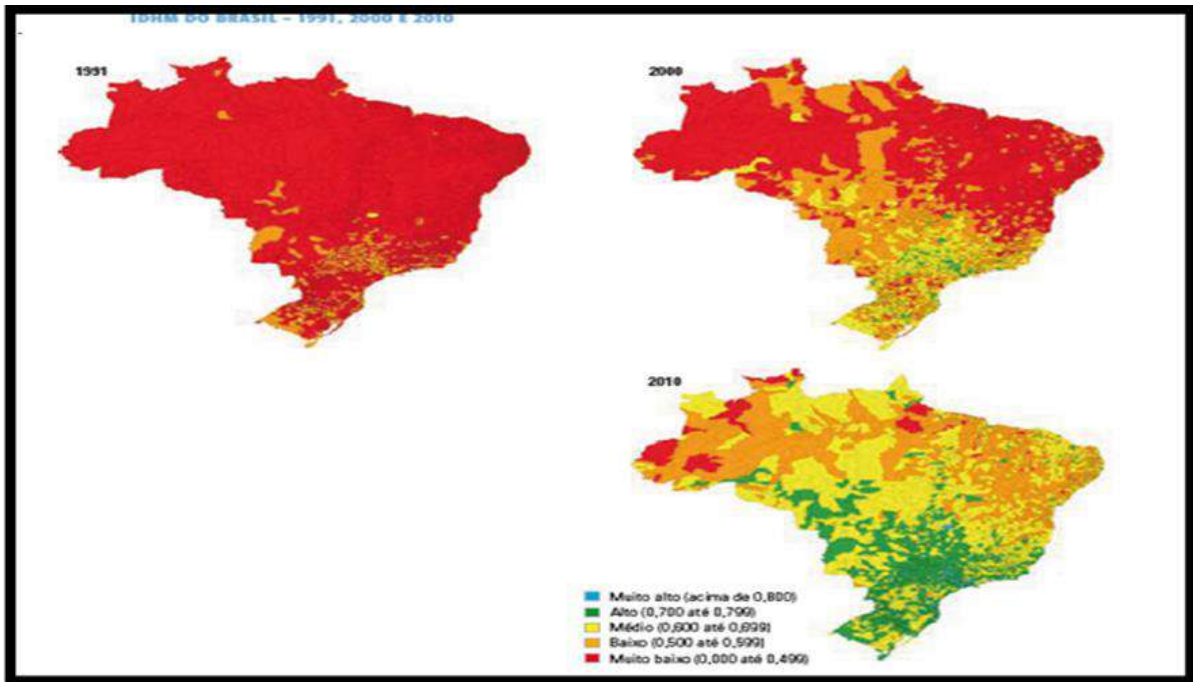


Figura 8 : Mapa de IDHM Brasil

Fonte: PNDU – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Alavancado também por estas políticas públicas federais na qual fortalece o mercado consumidor, Rondonópolis em 2014 tem um superávit na relação receita/despesa conforme demonstra o **gráfico 8**, fenômeno esse que ocorreu tanto em nível Estadual como em nível nacional, confirmando uma pequena melhoria na qualidade de vida dos moradores carentes.

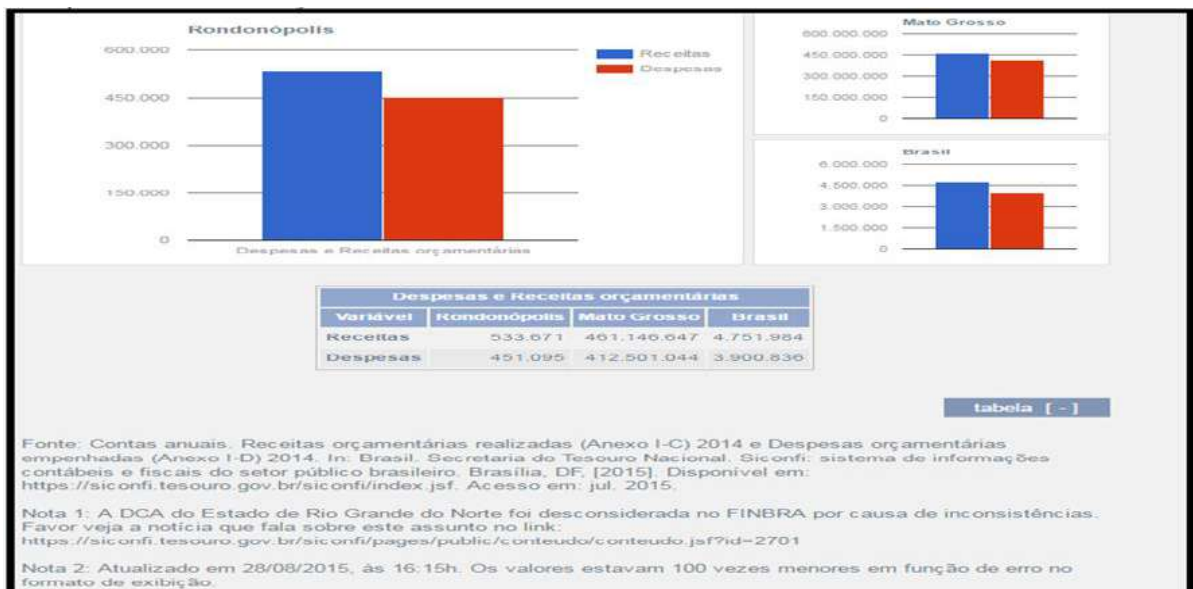


Gráfico 8: Gráfico de Receitas e Despesas Orçamentárias

Fonte: IBGE (2014)

Rondonópolis em seu processo de formação tinha no agronegócio sua principal fonte de receitas, atualmente o setor de serviços é o maior responsável por produzir as receitas

financeiras locais, tendo a indústria como segunda colocada e a agropecuária na terceira posição, conforme demonstra o (gráficos 9 e 10).

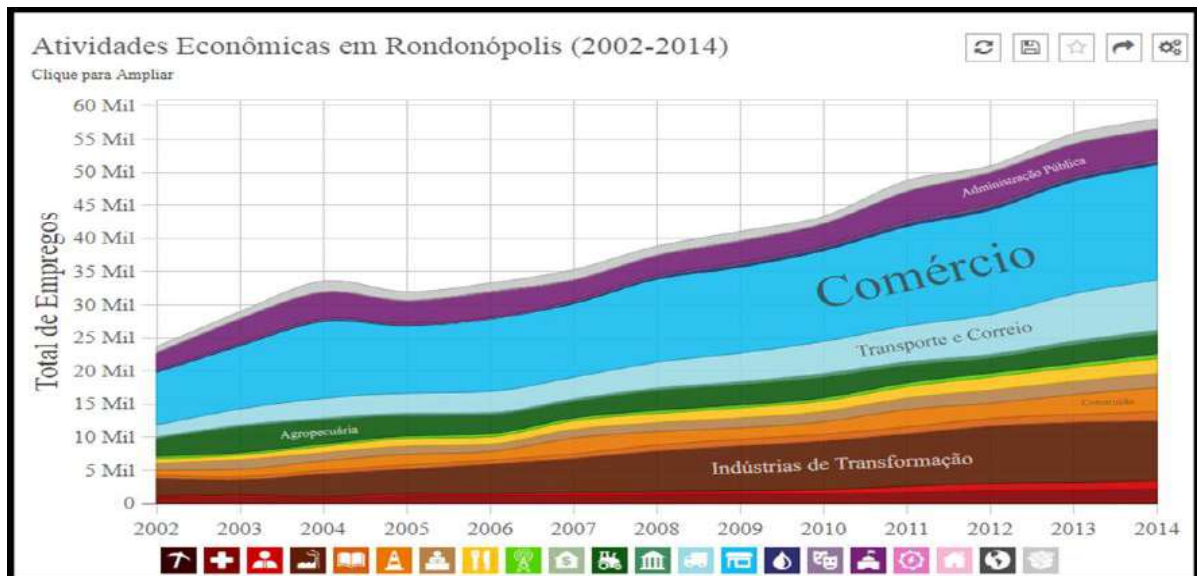


Gráfico 9 : Gráfico de Atividades Econômicas em Rondonópolis

Fonte: dataviva.info/pt (2014)

O fato de a agropecuária não ser o principal meio de arrecadação municipal, a mesma não se torna irrelevante, pois ela é impulsionadora de diversificada industrialização no município e de grande influência no comércio local.

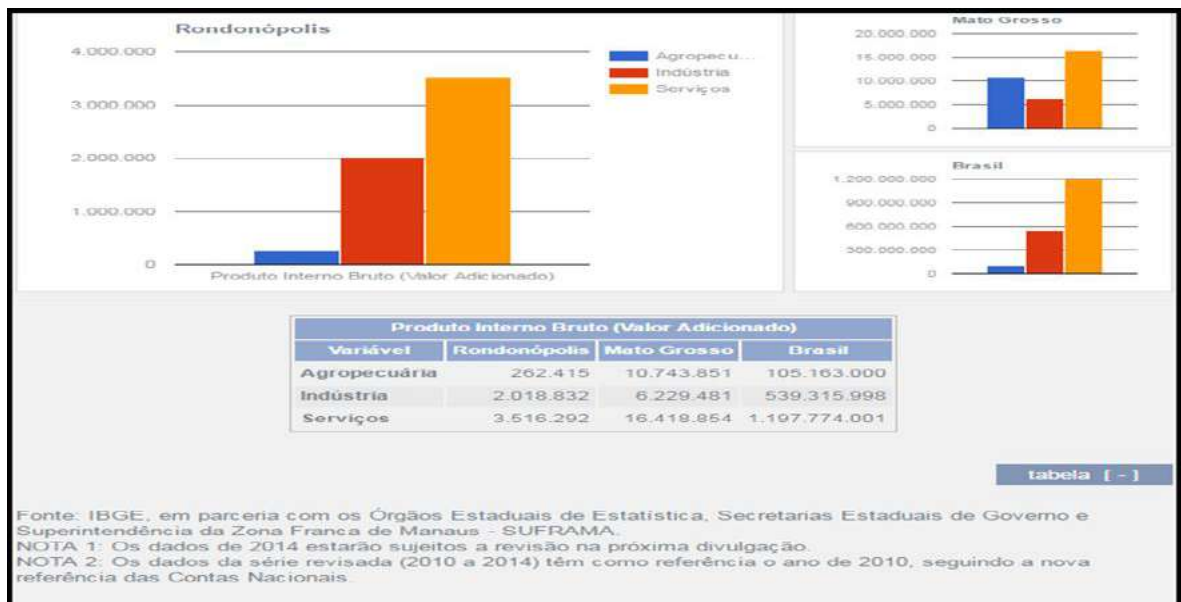


Gráfico 10 : Gráfico de Variáveis relativas ao Produto Interno Bruto

Fonte: IBGE (2010 - 2014)

Devido às políticas públicas inclusivas federais e um bom momento do mercado interno no período até 2010, a empregabilidade a nível nacional teve um crescimento

significativo refletindo também no município para variados níveis escolares. No ensino superior esse crescimento foi de 7,95 para 15,00 %, de ocupados no mercado de trabalho; esse fenômeno de empregabilidade crescente reflete na esfera local também na população de ensino médio, saindo de 31,04 para 48,02%; a ocupação no mercado de trabalho, apesar de dia a dia ser mais exigente quanto ao grau de instrução do trabalhador, também embalado por essa demanda crescente local em busca de mão de obra tem seu crescimento em nível de ensino fundamental saindo de 48,13 para 66,65% , segundo levantamento de dataviva.info/pt (2014).

Rondonópolis até 2014, apresentava um crescimento laboral conforme demonstra o **gráfico 11**, alavancado pelas políticas públicas nacionais de desenvolvimento, tornando um dos principais municípios mato-grossense no quesito de empregabilidade.

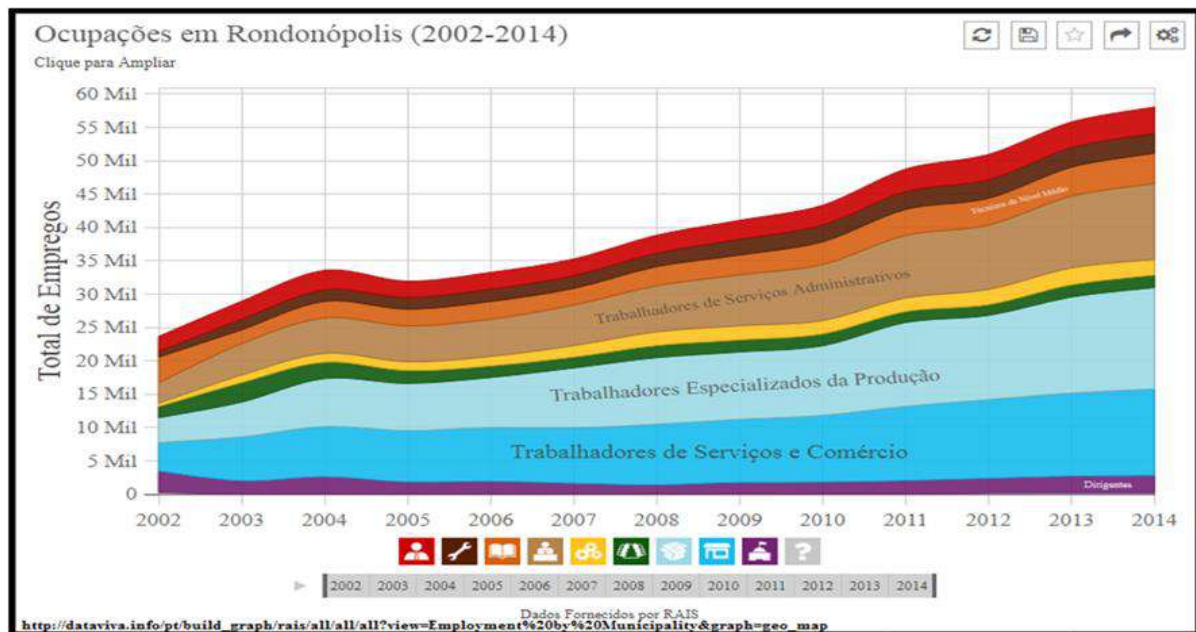


Gráfico 11 : Gráfico Ocupacional de Rondonópolis

Fonte: dataviva.info/pt (2014)

Voltando à análise dos dados de 2010, o IBGE utilizando-se de critério para aferir valores de renda, utilizou a seguinte fórmula, **valor do rendimento nominal médio mensal, e mediano mensal, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento nominal mensal, sendo a variável = valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (Reais), sexo = total, situação do domicílio = total, ano = 2010, tabela IBGE 3279 em anexo**, (grifo do autor), dentro desses dados do total de renda média por bairros, construiu o mapa de rendimento apresentado pela **figura 9**.

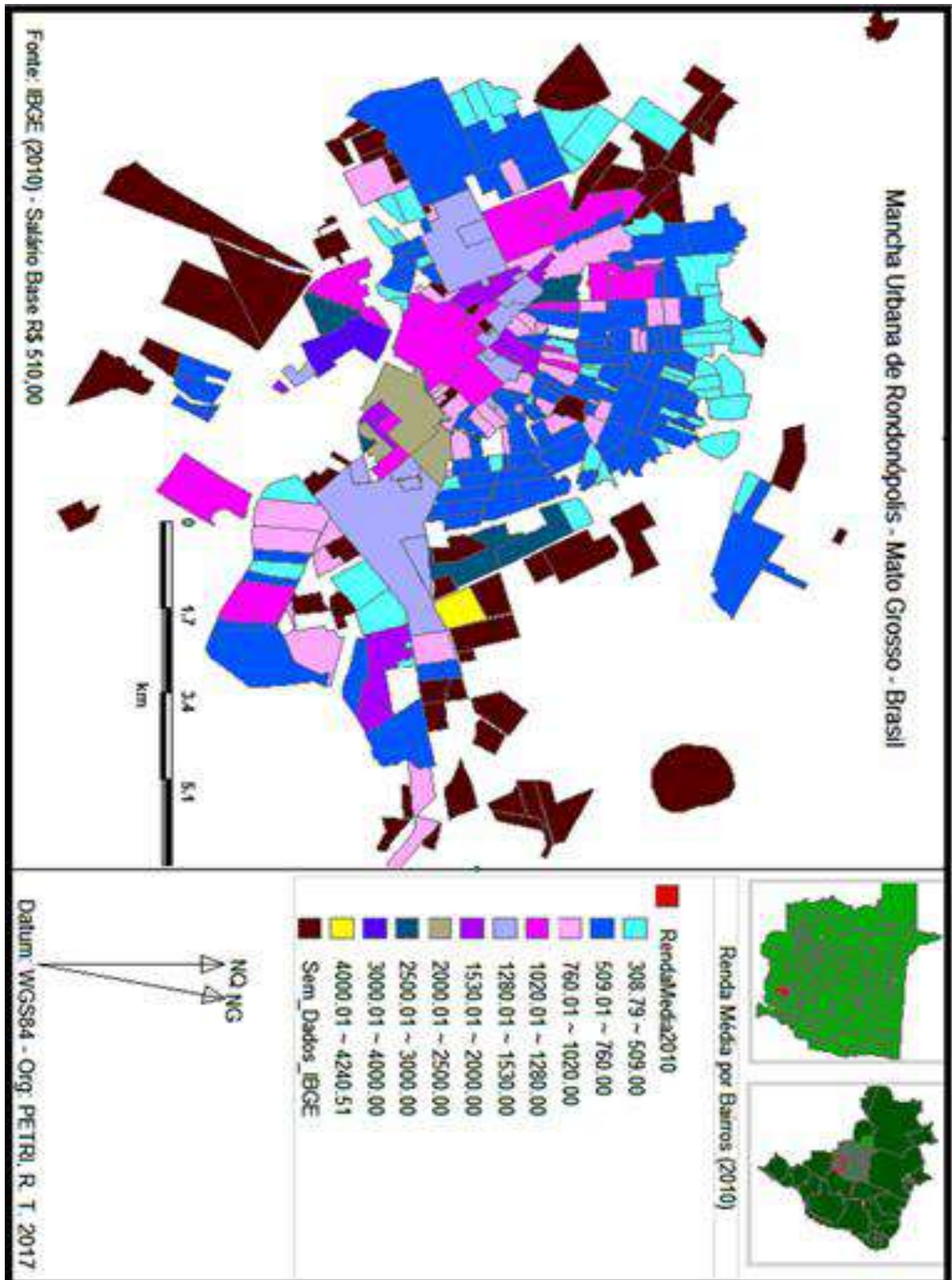


Figura 9: Mapa de Renda Ano Base 2010 (Valores em Anexo).
 Fonte: IBGE (2010), PETRI (2014), SHP VICENTE, T.G.

Este mapa nos mostra a dimensão da distribuição das classes sociais no município onde se percebe claramente uma periferização da população com renda de até R\$ 1020,00, em contrapartida, destaca-se a renda dos moradores do Village do Cerrado, acima de R\$4000,00.

Apesar do crescimento no IDH do município e valorização do salário mínimo com a queda do índice de pobreza, conforme demonstrado no mapa de renda de 2010 onde o salário mínimo vigente era de R\$ 510,00, a população periférica pobre, mesmo nessas condições de melhoria, se torna condicionada a viver distante das áreas centrais, que tem maiores disponibilidade de infraestruturas, tudo isso é uma ocorrência que visa atender a interesses mercadológicos do capital.

A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária disto foi a centralização política. Províncias independentes, quase somente aliadas, com interesses, leis, governos e direitos alfandegários diversos, foram comprimidas numa nação, num governo, numa lei, num interesse nacional de classe, numa linha aduaneira (MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA,2017)..

Através da figura supra citada é possível perceber a grande quantidade de pessoas periféricas com renda abaixo de 1020 reais, esse montante baseado no **gráfico 12** é equivalente a 78% da população Rondonopolitana, demonstrando que o fator uso e ocupação da área urbana no quesito de localização geográfica residencial é algo materializado nos critérios do mercado capitalista.

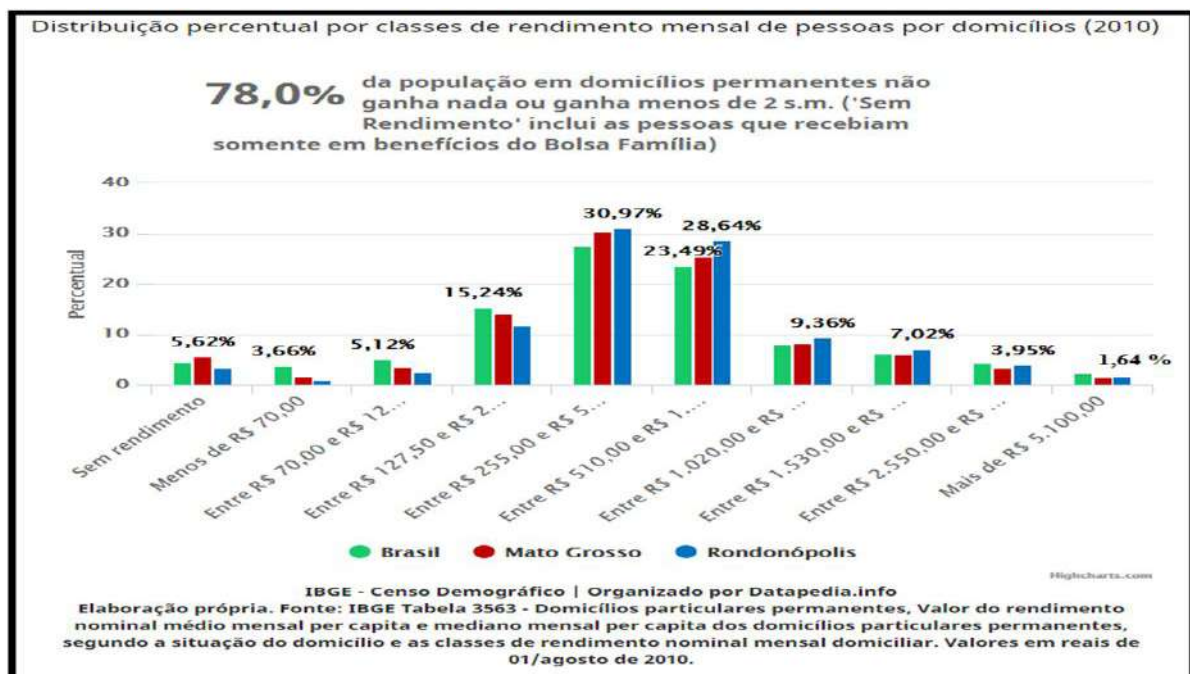


Gráfico 12: Distribuição Percentual de Renda Domiciliar em Rondonópolis
Fonte: dataviva.info/pt

Em outra análise de renda feita através da Associação Comercial e Industrial de Rondonópolis (ACIR, 2014), onde os critérios usados foram diferenciados do IBGE no que se

relaciona ao número de entrevistados, onde o IBGE utilizou-se de pesquisa in loco e aferiu casa a casa obtendo uma renda média dos bairros, a Associação trabalhou os dados dos moradores entrevistados em forma de amostragem (1500 habitantes no total com municípios de todos os bairros) onde a mesma subdividiu a renda bem como as classes sociais A1, A2, B1, B2, C1, C2, D, E, conforme demonstra o **gráfico 13**.

Ocorre que mesmo dentro do critério de classes sociais A,B,C,D e E, utilizada como parâmetros no Brasil, inclusive pelo IBGE, a grande maioria da população do município de Rondonópolis (mais de 90%) se encontram entre as faixas B2 a E, sendo que destes (76%) são configurados nas classes C, D, E, segundo o gráfico elaborado pela ACIR.

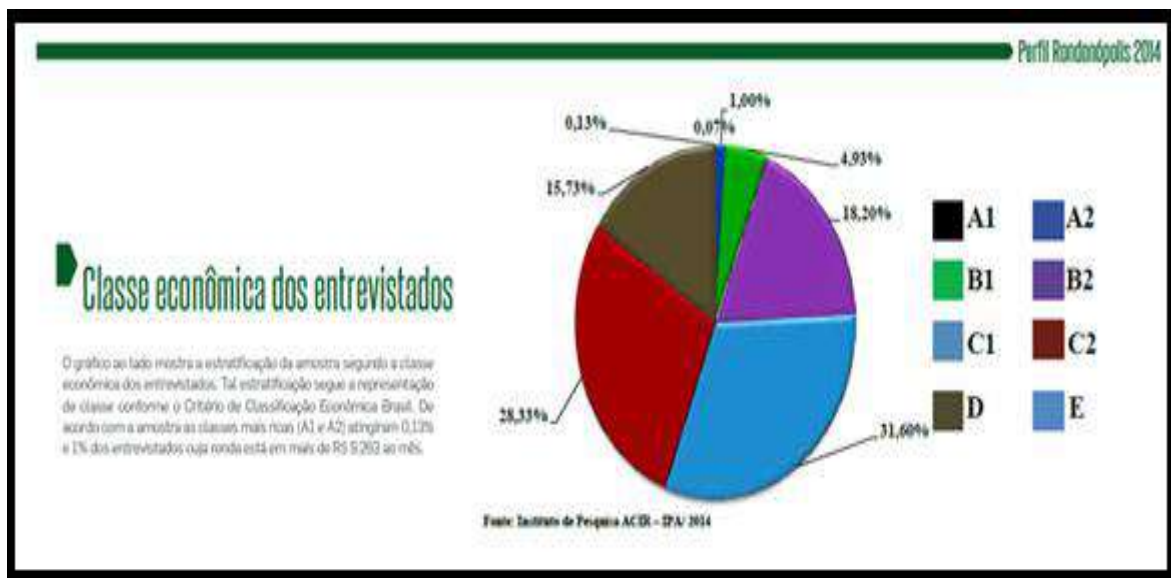


Gráfico 13: Classe Econômica dos entrevistados em Rondonópolis
Fonte: ACIR (2014)

Em busca de estimar quanto seria a renda média na data atual e devido o censo urbano ser a cada 10 anos, não existindo dados IBGE em 2017 (nesse período 2011-2017 o que se tem são dados estimados) se buscou através dos dados aferidos em 2010 reproduzir os possíveis valores atuais, para isso, tomou-se por base o valor apurado nos bairros em 2010 e dividiu o mesmo pelo salário vigente a época (R\$ 510,00), em seguida apurado a quantidade de salário mínimo de cada bairro e apoiado no salário vigente em 2017, ao qual se encontra no valor de R\$ 937,00 tornou-se possível a construção de um mapa de rendimentos por bairro, conforme apresentado pela (**figura 10**). Cabe ressaltar que a média salarial municipal tomada por base os dados (IBGE, 2010, tabela 3279) seria estimada em 1.62 salário mínimo ou atualmente o valor provável de R\$ 1517,94. Torna-se necessário esclarecer que essa renda se trata de uma renda média e difere de cálculos executados por única residência familiar ou

por amostragem, o IBGE visitou todas as residências e usando critérios determinados por seus técnicos calculou a renda média de cada bairro e do município, com isso nos orientamos quanto a tipologia da classe social que esta a ocupar determinadas parcelas territoriais do município.

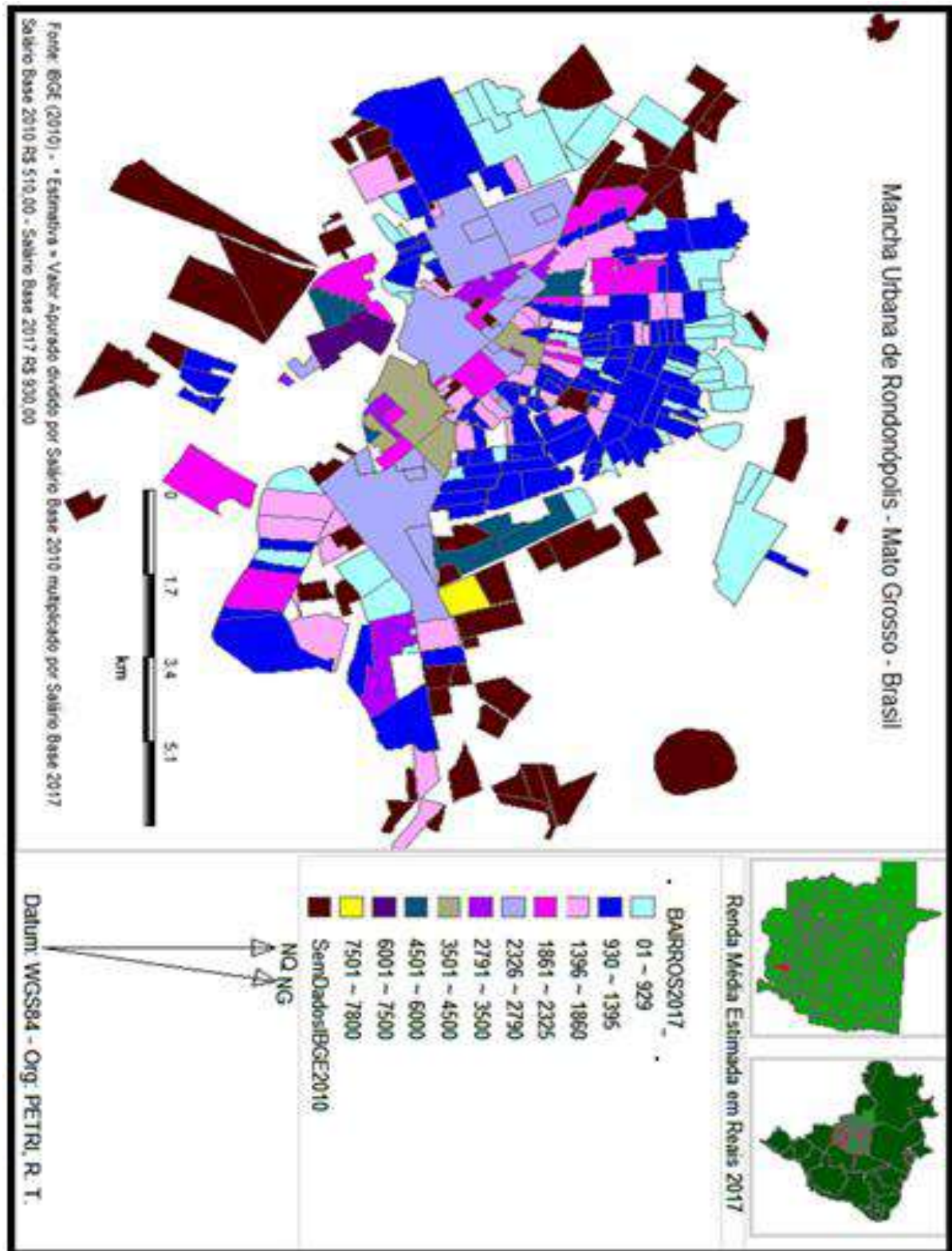


Figura 10: Mapa de Renda Média Estimada (2017)
Fonte: IBGE (2010),SHP VICENTE,T.G

É nesse período principalmente de 2003 a 2016, ao qual existiu como política de governo a valorização do salário mínimo, concretizado através de aumentos reais acima do índice inflacionário conforme é demonstrado no **gráfico 14**, tendo esses aumentos um fator preponderante que diretamente influenciou na renda do proletariado nacional e na consequente diminuição da extrema pobreza, que essa política, a nível nacional, fixou o salário mínimo em 2017, no valor de R\$937,00. Outro fato a ser descrito é que em 2017 o salário mínimo obteve apenas o aumento inflacionário sem um aumento real acima da inflação como vinha acontecendo em governos federais anteriores, com isso e também com a crise política, a tendência é de queda nesses índices de desenvolvimento social.



Gráfico 14 : (Evolução do Salário Mínimo (1997 – 2017)

Fonte: IBGE 2017

Ressalta-se que a partir de 2013 grupos conservadores apoiados pela direita brasileira começam a pressionar o governo⁴² e acusá-la de responsabilidades fiscais, conseguindo autorização para a abertura do processo em 2 de dezembro de 2015. Em 12 de maio de 2016, o Senado decidiu afastar Dilma, e Temer assumiu a Presidência interinamente (GLOBO , 2016).

A presidente Dilma foi deposta após julgamento no Senado no dia 31 de agosto de 2016, com isso, o quadro nacional político brasileiro se modifica no que tange os rumos mandatários do País⁴³, as políticas públicas empregadas, saem de um governo considerado ideologicamente de centro esquerda para um governo de centro direita, inverte-se a dinâmica

⁴² Presidente Dilma Vana Rousseff – Cassada por supostas pedaladas fiscais em 31/08/2016

⁴³ Vice Presidente Interino Michel Temer assume a Presidência do País, (GLOBO , 2016).

de crescimento nacional, onde no ato dessa pesquisa (2016- 2017) o nível de emprego nacional encontrava-se em declínio com aproximadamente 12.000.000 de desempregados no Brasil conforme aponta o **gráfico 15** elaborado pela Organização Internacional do Trabalho. Importante citar que se trata de dados estatísticos com possibilidade de variações em seu valor, evidentemente esse processo de desemprego crescente e conseqüentemente queda na qualidade de vida, refletirá dentro das devidas proporções, também no município de Rondonópolis - MT. Se efetivamente esses índices sociais, nessa luta de classes, sofrerem pioras expressivas a fragmentação e a ocupação desordenada do território só tende a se agravar.

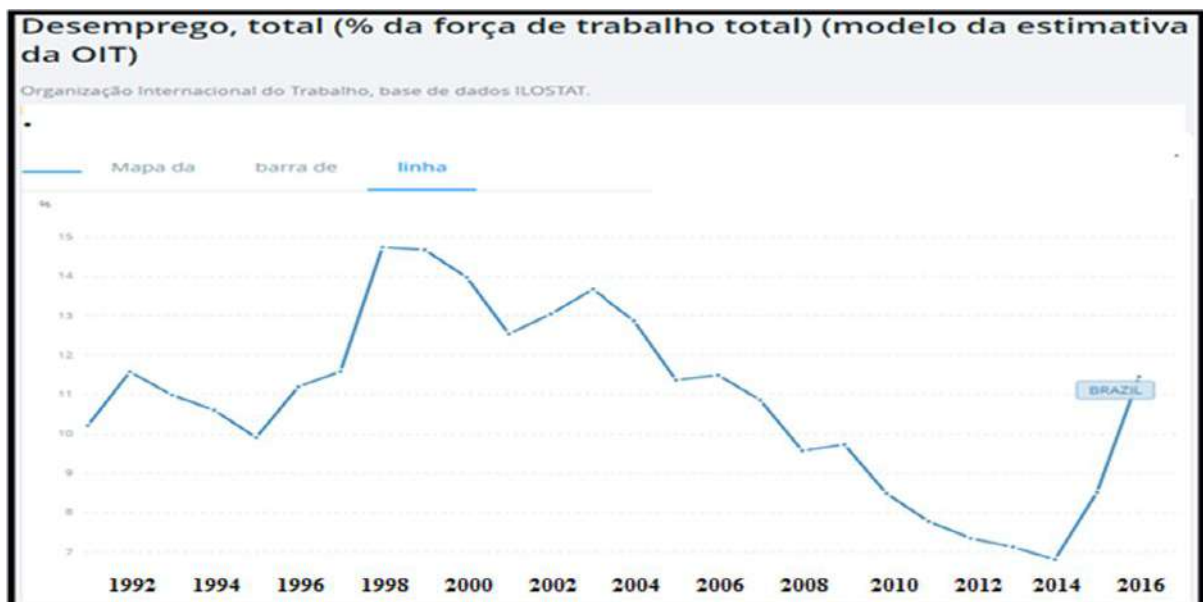


Gráfico 15: Nível de Desemprego no Brasil (1992 – 2016)

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Dentro do quadro sócio-econômico apresentado, Rondonópolis apresenta uma expectativa de vida ao nascer de 74,4 anos. Em duas décadas obteve nesse período um acréscimo de 10anos⁴⁴, sendo que este fato foi algo que aconteceu tanto na esfera estadual quanto federal, sendo isso fruto das políticas públicas federais implantadas pelo Governo, quadro esse que pode se reverter dentro de uma política neoliberal, que na maioria das vezes privilegia apenas o econômico em detrimento das questões sociais.

Embasado em todos os dados financeiros e demográficos apresentados em sua formação socioespacial, a sociedade rondonopolitana, é possuidora de uma grande maioria de proletários periféricos, onde é possível verificar que apesar da melhoria em alguns índices

⁴⁴ IBGE (2010).

econômicos até 2010, essa realidade não se materializa em mudanças sociais necessárias para concretizar todos os direitos⁴⁵ de seus moradores.

Um fato evidenciado nos dados apresentados até 2013 é a comprovação de que a grande parcela dos seus moradores,⁴⁶ recebem menos do que dois salários mínimos, e quanto mais periférica a área ocupada, menor é o valor médio salarial desses moradores (caso diferenciado dessa situação acontece em condomínios fechados fora de áreas centralizadas, porém em proximidades de avenidas de fluxo rápido⁴⁷).

Rondonópolis, em nível estadual figura como uma cidade referência, mesmo tendo essa desigualdade financeira, residencial e infra-estrutural considerável entre ricos, classe média e pobres, a nível nacional esta cidade se destaca como importante pólo agroindustrial exportador de produtos agrícola, estando inserida no processo de globalização e de divisão internacional do trabalho, além disso oferece na área de serviços, uma infraestrutura para atender a demanda do mercado interno destinado para sua população e a circunvizinhanças.

Em nível de educação oferece ensino pré escolar, fundamental, médio, técnico e superior.

4.1- Segregação socioespacial da população negra em Rondonópolis.

Entre os fatores influenciáveis na questão sobre segregação socioespacial em determinados territórios um dos que colaboram para intensificá-la é relacionado à questões raciais. Cabe aqui ressaltar que não é objetivo, a priori, alongar-se na discussão racial, porém se torna importante apontar que essa questão racial é um fato intrínseco de exclusão na formação socioespacial brasileira no que tange a ocupação do território nacional.

No Brasil, que tardiamente aboliu a escravidão, onde o negro era o principal elemento humano na formação de mão de obra nos tempos monárquico e imperial, ocorre uma modificação relacionada ao trabalho nacional, tendo seu começo estruturado a partir da proibição de navios negreiros (1850) e da Lei do Ventre Livre (1871), apoiado por uma ala do recém-criada do partido Republicano, Augusto (2015 p. 109).

Na época um novo modo de produção, formado principalmente por estrangeiros (em grande parte italiana), atraído por políticas nacionais de apoio ao imigrante Holloway (1984,

⁴⁵ Renda, Consumo, Moradia, Equipamentos Públicos, Lazer, Mobilidade, Saúde, etc.

⁴⁶ 78% , Segundo consta no gráfico de Distribuição Percentual de Renda Domiciliar em Rondonópolis, dataviva.info/pt

⁴⁷ Village do Cerrado, Condomínio de Alto Padrão é um exemplo em Rondonópolis.

p. 63), tem nesse período no Brasil , um misto ocupacional entre trabalhadores assalariados em convivência com trabalhadores negros.

Para os capitalistas, ao fim do século XIX, os negros eram visto como um entrave à acumulação do capital e não havia políticas públicas inclusivas para seu ajustamento socioeconômico conforme aponta Augusto (2015 p. 111), sendo esses cidadãos completamente ignorados por essa sociedade aristocrática, detentora da máquina pública nessa época.

Outro fato importante a ser destacado, foi o País possuir uma industrialização e uma ocupação urbana tardia, caracterizada por uma distribuição de renda desigual e com apropriação do território fundamentado na Lei de Terras (Lei nº601/1850), que restringia o acesso às terras por parte da população liberta, Augusto (2015 p. 111).

Essa formação socioespacial vinha imbuída com características preconceituosas relacionadas à população negra em períodos pós-lei Áurea e que se arrastou até 1930, conforme aponta (THEODORO 2008, p.24, apud: AUGUSTO, Natalia et al 2015).

Efetivamente, o racismo, que nasce no Brasil associado a escravidão, com base nas teses de inferioridade biológica dos negros, difunde-se no país como matriz para interpretação do desenvolvimento nacional. As interpretações racistas, largamente adotadas pela sociedade nacional, vigoraram até os anos 30 do século XX e estiveram presentes na base da formulação das políticas públicas que contribuam efetivamente para o aprofundamento das desigualdades sociais.

As desigualdades sociais são acentuadas quando, além das dificuldades citadas por Theodoro (2008), esses cidadãos encontram, em muitos casos, problemas de ordem natural nos locais de sua residência (construções em morros, local com probabilidade de enchente, deslizamento de terra etc). São esses cidadãos que sofrem com a falta ou a precariedade dos equipamentos públicos, indicando dentro desse contexto, uma ausência do poder público, sendo essas áreas, em sua maioria, local onde reside grande parte dessa população auto declarada negra, cabe destacar que a nível nacional segundo IBGE cinquenta e três por cento da população brasileira são auto declaradas negras, deixamos claro que a formação desses locais não são compostas apenas de negros, mas que os mesmos são predominantes.

Esses fenômenos raciais, laborais, econômicos e educacionais em seu contexto histórico de formação, colaboraram para que ocorresse uma diferença na ocupação da terra entre o Norte e o Sul do País, onde aos dias atuais, se percebe claramente que no Sudeste/Sul a grande maioria de sua população são auto declarada branca, segundo IBGE (2010), já nas demais regiões do País, principalmente o Nordeste, em que podemos destacar o Estado da

Bahia, existe forte predominância de pessoas auto declarada negra (pardos e pretos), conforme é demonstrado na figura 11.

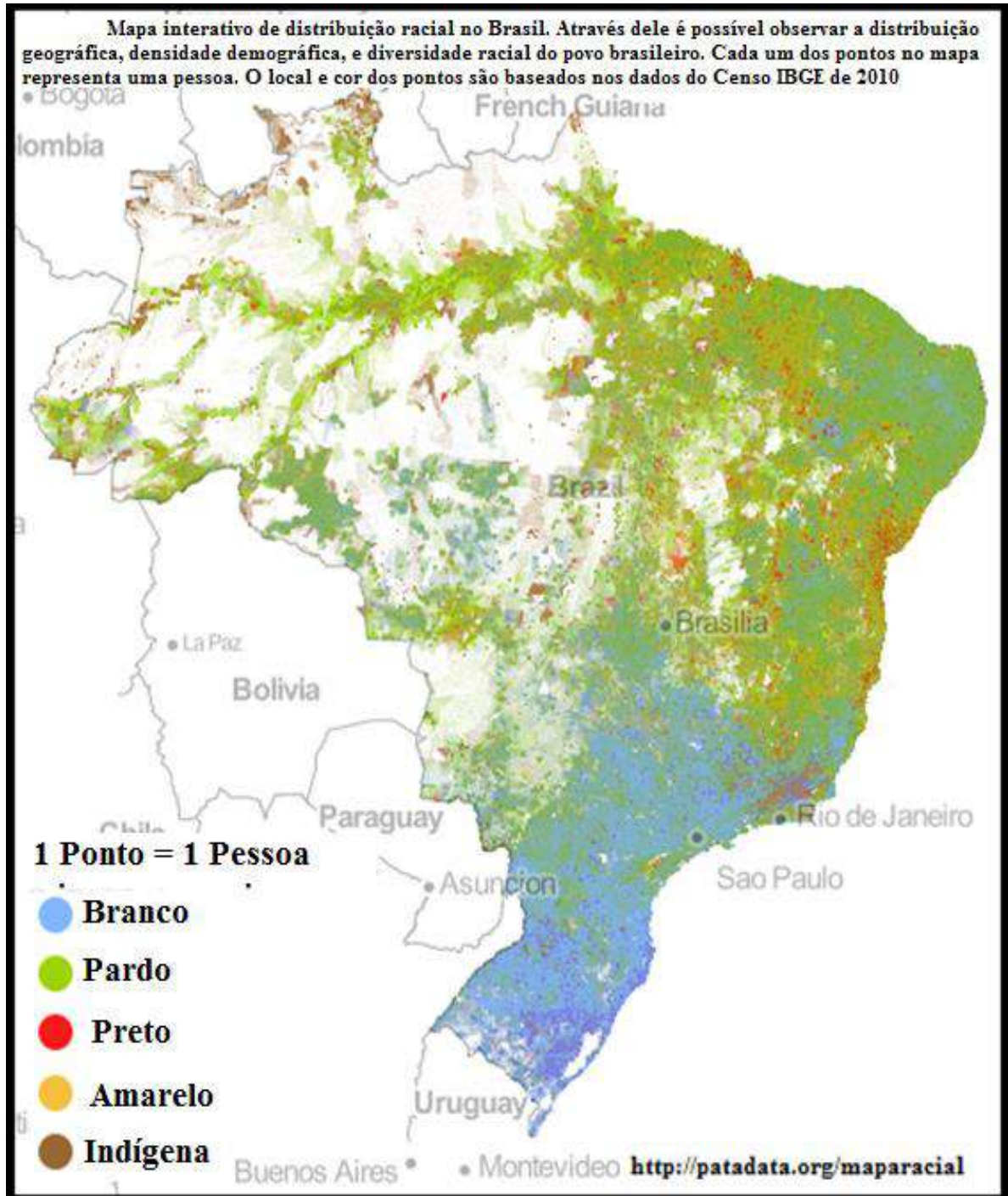


Figura 11 : Mapa Racial Brasileiro
Fonte : patadata.org/maparacial

Quanto à Rondonópolis (IBGE, 2010), sua população maior (57,44%) é de pessoas autodeclaradas negras (pretos e pardos), com 112.265 habitantes, sendo seguido por pessoas

brancas, com 80209 habitantes e em menor quantidade amarelos e indígenas com 3002 habitantes, conforme demonstra o **quadro 2**.

População Municipal e Etnias					
RONDONÓPOLIS - MT	POPULAÇÃO AMARELA	POPULAÇÃO BRANCA	POPULAÇÃO INDÍGENA	POPULAÇÃO PARDA	POPULAÇÃO PRETA
% População	1,18%	41,03%	0,36%	50,16%	7,28%
Habitantes	2.301 habitantes	80.209 habitantes	701 habitantes	98.041 habitantes	14.224 habitantes

IBGE | Organizado por Datapedia.info

Quadro 2:Raças em Rondonópolis
Fonte: IBGE (2010),Org Datapedia.info.

Em busca de compreender a espacialização racial de Rondonópolis verificou-se a sua ocupação territorial, demonstrado pela (**figura 12**), para correlacioná-la a forma segregativa de sua ocupação e também compreender, conjuntamente com a pesquisa, a essência no que diz respeito à distribuição dos espaços públicos. Observou-se que grande parte das pessoas se auto declarou ser negra se distribuíram nas periferias, em contrapartida, parcelas de pessoas brancas se fixaram em bairros centralizados,tais como o próprio Centro, Vila Aurora, Vila Goulart, parte da Sagrada Família etc, assim como em condomínio fechados, por exemplo, o Village do Cerrado. Não se tem a intenção de afirmar que não existam outras raças em bairros periféricos ou centralizados, entretanto, na cidade predomina na forma citada, conforme aponta o mapa racial local.

É certo que segundo as condições dadas pela configuração espacial do município, tanto no que tange a questões de bens coletivos como na escolha da forma que se constroem as moradias, o grau de segregação se mantém, eleva-se ou diminui a partir da implantação das políticas públicas que envolvem as periferias.

Cabe ao poder público ficar atento a essas disparidades oriundas do sistema capitalista e tomar atitudes para melhorar o nível de "qualidade" de vida nessas localidades, instalando equipamentos de uso público, principalmente na periferia.

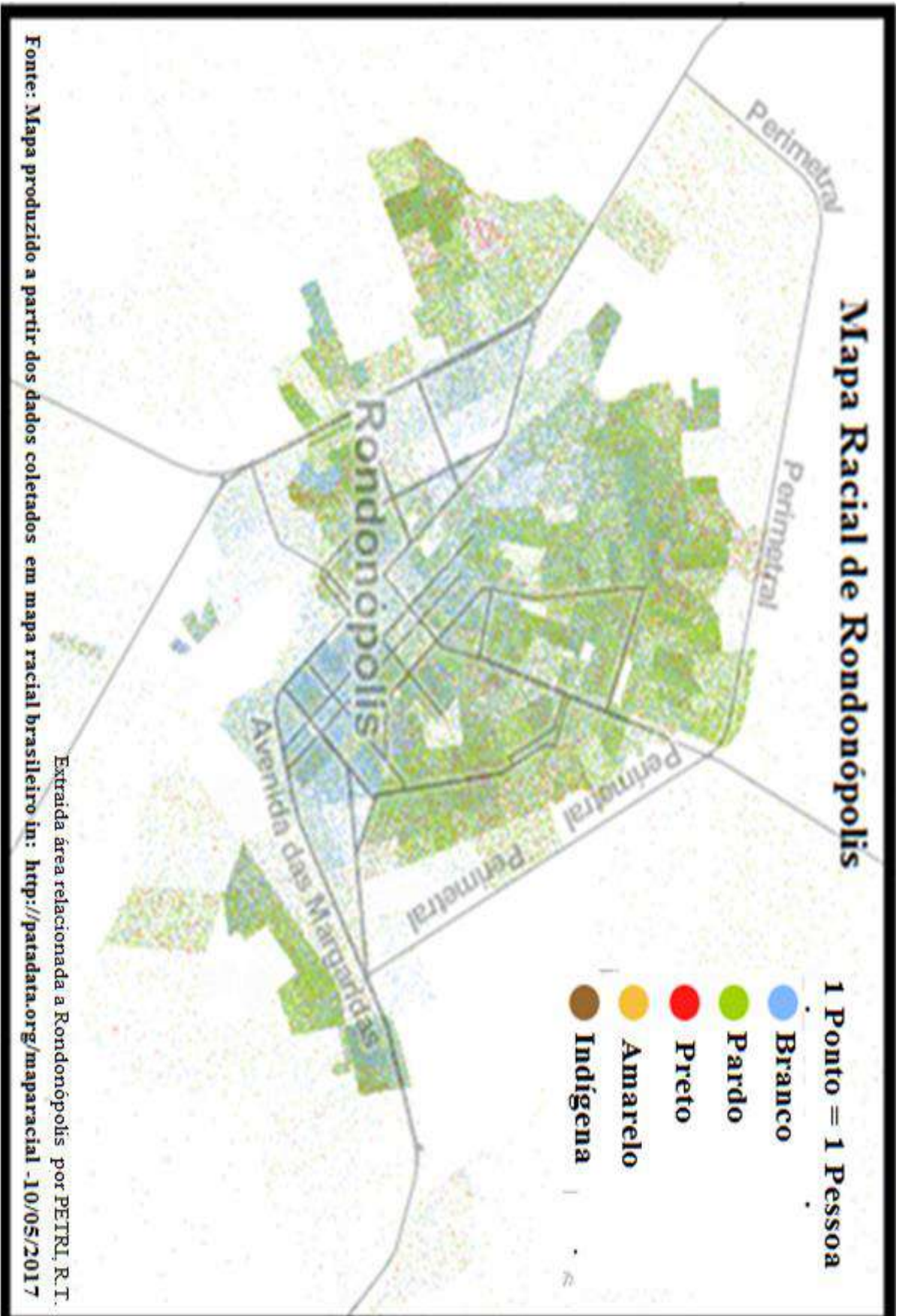


Figura 12 : Mapa Racial de Rondonópolis

Fonte : Patadata, extraído área relacionada a Rondonópolis por PETRI, R.T. 2017.

Essa forma de ocupação territorial capitalista é reflexo social dos expoentes financeiros e culturais até aqui apresentados, que se solidificam atualmente nessa configuração por vários motivos, entre eles podemos citar o mercado de trabalho, com regras seletivas de contratação de negros versus brancos, haja vista existir diversos estudos acadêmicos realizados, institutos governamentais (IBGE-PNAD) assim como reportagens divulgadas na imprensa.⁴⁸

Essas reportagens apontam que em um mesmo cargo conjuntamente com a mesma experiência profissional um negro recebe um salário inferior ao salário de um branco, outro fator bem evidente na sociedade brasileira que colabora para essa formação territorial apresentada é relacionada ao grau de instrução educacional de cada raça, que por diversas razões de cunho não méritocrático, mas sim político, econômico e social, colaboraram para que as raças pretas e pardas, em maior número de cidadãos, em muitos casos, tivessem acesso em nível menor de oportunidades no que se refere à educação e ao trabalho.

Ainda tratando de diferenças salariais, outro apontamento a ser feito e pensado como sociedade, são as remunerações pagas pelo capital entre homens e mulheres, fato também confirmado em desfavor ao sexo feminino, e se a mulher for da raça negra maior é a probabilidade de um salário menor.

Conseqüentemente ao apresentado e levando em consideração os níveis salariais dessa população menor instruída e ou discriminada, nota-se que as mesmas vão ocupar as áreas periféricas carentes de infraestruturas ou com desatrativos naturais, onde nesse mercado imobiliário voraz criado e embasado na cidade mercadoria se destinam um menor preço a esses lotes de terra, daí surge à configuração espacial apresentada no mapa racial local, onde a ocupação territorial depende exclusivamente da capacidade de renda do cidadão.

É notório ao analisar o mapa local como são distribuídos os cidadãos rondonopolitanos no que se referem à predominância racial, as áreas periféricas são constituídas em grande parte de maioria negra (pretos e pardos), já em áreas centralizadas, a predominância é da raça branca, cabe ressaltar que em ambos os casos o que tratamos aqui é somente sobre a predominância racial desses locais, já destacando que não se tratam de bairros com apenas um tipo de raça.

Rondonópolis, assim como, as grandes metrópoles, respeitado as proporcionalidades habitacionais, também se molda na lógica desse mercado e cria nichos de uma sociedade

⁴⁸http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/02/23/internas_economia,576257/negros-e-pardos-ganham-menos-que-os-trabalhadores-brancos.shtml-
<https://economia.uol.com.br/empregosecarreiras/noticias/redacao/2016/01/28/diferenca-cai-em-2015-mas-negro-ganha-cerca-de-59%-do-salario-do-branco-htm>

burguesa e proletária, contemplando para sua sociedade bairros alvos já pré-planejados para determinado público consumidores, com maiores ou menores grau de segregação em decorrência da existência de seus bens públicos instalados.

A cidade, nos moldes apresentado, reforça através de suas dinâmicas de apropriação da terra a continuação e ou amplificação dos moldes segregativos raciais e financeiros, com o aval dos grupos dominantes, que se formaliza através do mercado imobiliário com seus condomínios planejados e o Estado que insiste na criação de bairros distanciados e carentes de bens públicos.

É preciso pensar o espaço geográfico segregado e suas manifestações pelos locais vivenciados por seus cidadãos, onde a divisão de grupos sociais se tornam um cotidiano, criando restrições relacionadas a espaços públicos, moradia, educação, trabalho e renda. A cidade dentro de sua dinâmica social tem de servir a toda sua população, independente de raça, credo e condição financeira.

Em meio a tudo que foi apresentado até o momento em referencia as questões raciais e segregativas, é possível verificar ser os cidadãos periféricos os mais prejudicados quando se trata de questões relacionadas a esses fenômenos. Sendo assim, embasado nos dados do IBGE (2010), constatamos que a predominância desses moradores na cidade, são em sua grande maioria formadas por cidadãos negros.

CAPITULO 5 - OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER, ESPORTE E CULTURA E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM RONDONÓPOLIS

Rondonópolis oferece diversos atrativos em seu município de ordem pública e de ordem privada onde podemos destacar o parque João Basso, bosque municipal Isabel Dias Goulart, Horto Municipal, Casario, Palácio da Cidadania, Caís, Parque de Exposições, Centro de Eventos Rio Vermelho, Centro Cultural José Sobrinho, Museu Rosa Bororo, feiras livres(geralmente acontecem uma vez por semana, a exceção se trata da Vila Aurora com duas vezes por semana, cabe aqui ressaltar que apenas três locais possuem galpão apropriado para feira que estão localizados no bairro São José, Vila Operária e Vila Aurora), praças públicas, algumas mini academias ao ar livre, ginásios de esporte, clubes sociais, campos de futebol etc.

Como a meta desse estudo é avaliar equipamentos públicos de lazer oficializados, contidos dentro da mancha urbana, tomamos para esta análise apenas as praças públicas, o Cais com o Casario, o Parque das Águas, os parques ecológicos, o estádio municipal de futebol, campos de várzea, bibliotecas para o lazer cultural, áreas de feira livre com ou sem infraestrutura em que durante sua realização serve tanto para compras como para entretenimento, o Horto Municipal de Rondonópolis, no qual, através da confecção de mapas de abrangência, verificaremos sua posição geográfica no município para fins de detectar possíveis locais não contemplados com esses equipamentos como também relacionar os locais com maior disponibilidade quantitativa dos mesmos assim como qual classe social usufrui destes equipamentos com maior facilidade, buscando com isso verificar a aplicabilidade do Plano Diretor em que contempla os espaços públicos de lazer, cultura e esportes; conforme descritos no (art. 33 e 34).

Art. 33 São objetivos do Município no campo de lazer, recreação e esportes:

- I – alçar o lazer, recreação e esportes à condição de direito dos cidadãos;
- II – oferecer acesso universal e integral às práticas recreativas e esportivas, promovendo bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos rondonopolitanos.

Art. 34 Constituem diretrizes para revitalizar e assegurar o lazer e esporte em Rondonópolis:

- I – ampliação e reorientação da instalação dos equipamentos públicos direcionados à prática de lazer e esporte, com vistas à ampliação da oferta destes benefícios e oferecer novas oportunidades para a prática recreativa e esportiva, inclusive com o aproveitamento das potencialidades do ecoturismo local;
- II – potencializar ações públicas para a inserção da população socialmente excluída, aos programas sociais ligados à prática recreativa e esportiva, com implantação de unidades de lazer e esporte nas zonas carentes;
- III – manter em pleno funcionamento as áreas municipais destinadas ao lazer e esporte, garantindo a manutenção de seus equipamentos;
- IV – recuperação dos centros desportivos, adequando-os à realização de eventos e espetáculos de esportes;
- V – elaboração de diagnósticos, identificando áreas que necessitam de equipamentos esportivos e recreativos.

A seguir, nesse estudo apresentaremos a configuração de todos os espaços públicos de lazer, cultura e esporte conforme apresentado na **figura 13**, para em seguida individualizar cada categoria de espaços públicos, apresentando um relato de sua localização e conseqüentemente sua distribuição na mancha urbana buscando apontar bairros contemplados com essas políticas públicas descritas nos artigos 33 e 34 do referido Plano Diretor (2006).

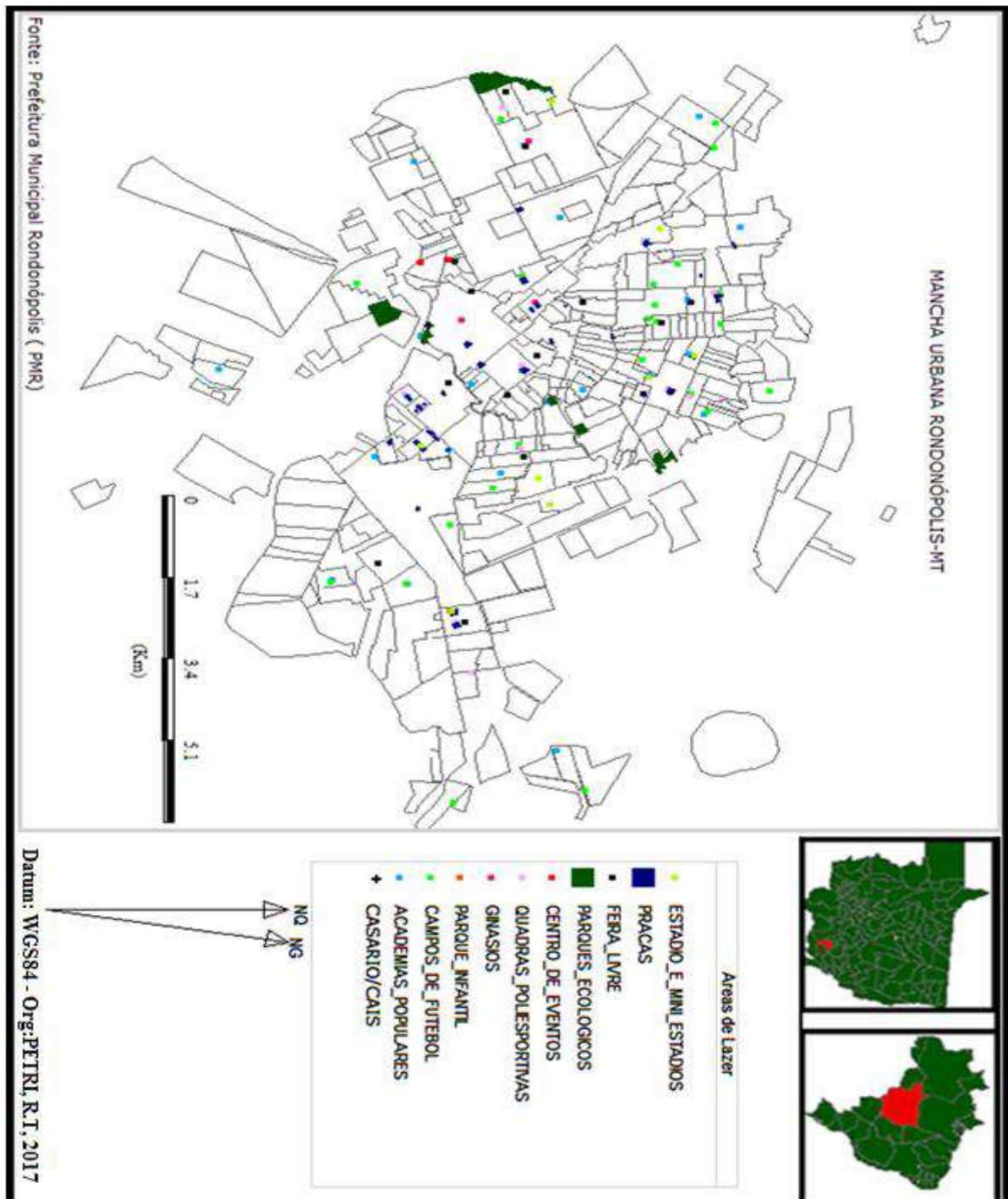


Figura 13 – Mapa dos Espaços Públicos de Lazer, Esporte e Cultura em Rondonópolis – MT
Fonte : Prefeitura Municipal, Montalvão, J.P., Petri, R. T. & Negri S. M, SHP VICENTE, T.G.

Em meio ao que foi apresentado na figura 13, nota-se que apenas um único bairro periférico (Jardim Atlântico) possui o privilégio de ser dotado de vários eventos de finalidades públicas.

Ao analisarmos a distribuição dos espaços públicos supracitados que constam no cadastro atual da Prefeitura (2017), no geral englobando todos os espaços apontados é possível observar que diversos bairros não são detentores de nenhum tipo de equipamento, nem mesmo acontecem eventos semanais de feiras livres, obrigando esses moradores que desejarem usufruir desses bens públicos, executar um deslocamento aos bairros mais próximos de sua residência que são detentores desses bens públicos, desconsiderado fica nesses casos a questão relacionada à unidade de vizinhança (proximidade do espaço público a unidade residencial).

Diversificadas são as zonas carentes necessitando de investimentos públicos relacionados aos espaços de lazer, cultura e esporte, se assim for o desejo do poder executivo municipal cumprir o artigo 33 e 34 do Plano Diretor de 2006 integralmente.

Em busca de compreender o posicionamento do executivo municipal utilizou-se de entrevistas dos ilustres secretários municipais das áreas de Lazer, Esporte e Cultura, na data de 04 de outubro de 2017. A primeira entrevista foi com o senhor Nogueira, Secretário Municipal de Esporte e Lazer em Rondonópolis, nos relatou estar no cargo há aproximadamente nove meses, citou que assim que pegou a Secretaria verificou que o patrimônio público se encontrava em situação bem preocupante, procurou fazer um levantamento de tudo que estava acontecendo com esses bens públicos, em seguida buscou verificar o que poderia ser solucionado nesse ano. Em relato afirmou já estar havendo uma mudança na melhoria visual e de uso das praças e quadras de esporte sendo que em torno de 30 a 40% desses equipamentos além de limpeza receberam nesse ano pelo menos uma mão de tinta, mas a intenção das reformas é que elas sejam dotadas de começo, meio e fim. O secretário disse estar previsto um orçamento de R\$500.000,00 e deve ser suficiente para reformar dez quadras, começando pelas quadras cobertas a partir do equipamento localizado na Vila Operária, indo em seguida para Cidade Natal, Monte Líbano, e assim sucessivamente.

O segundo entrevistado se tratava do senhor Humberto, secretário de Cultura de Rondonópolis, em seu relato disse sobre a sua preocupação referente aos espaços públicos bem como a sua utilização, mostrou estar realizando levantamento desses bens públicos e citou como exemplo de local a aldeia indígena, como outros locais culturais.

Disse o secretário que Rondonópolis irá ganhar brevemente um espaço público localizado no Jardim das Margaridas, próximo ao Residencial Farias, ao qual teve seu início

em 2011 com previsão de inauguração no aniversário da cidade ao final de 2017, esse espaço será denominado como Praça do Céu, ao qual será um centro de esporte, cultura e lazer. Esse espaço segundo o secretário, será dotado de pista de skate, um cinema, quadra poliesportiva, biblioteca, um Centro de Atendimento Social (CRAS) e um centro de inclusão digital.

O senhor Humberto nos relatou a existência de um recurso do estado do Mato Grosso na ordem de 209.000,00 reais, no qual, será para a construção de um centro cultural no bairro Alfredo de Castro e no momento está a locar área e aguardando a licitação da obra ao qual poderá demorar um pouco por questões burocráticas e estruturais. Segundo palavras do secretário, o prefeito tem o desejo de criar novas bibliotecas e a Secretaria está a pesquisar áreas públicas que possam ser utilizadas nesta função, mas ainda não está nada definido.

Quanto à quantidade e localização desses espaços públicos, demonstrou interesse na utilização de espaços onde funciona a União Rondonopolitana de Associação de Moradores de Bairros (URAMB), a União da Associação de Moradores de Bairros da Região Salmen (UNISAL), acreditando que esses locais podem ser melhor (re) utilizado ou potencializado. Citou a utilização de alguns espaços públicos para oferecer algumas oficinas onde descreveu uma atividade artesanal desenvolvida no bairro Pedra Noventa, na sede da Associação dos Moradores.

Ao se analisar as entrevistas, notamos que, em um primeiro momento essa administração está a pensar em melhorias no que abarcam os espaços públicos de lazer, esportes e cultura, mas diante do quadro apresentado na pesquisa há muito a ser executado nesse sentido principalmente nas áreas periféricas. Cabe ao poder público direcionar investimentos voltados ao bem estar dos cidadãos, dando prioridade no planejamento de novos espaços públicos principalmente em locais carentes dessas infraestruturas.

É preciso pensar a possibilidade de se desenvolver um planejamento integrado a realidade local, voltada principalmente aos bairros periféricos, e com isso criar uma descentralização dos investimentos quando se tratar de instalação de novos bens públicos.

É fato confirmado a ausência de equipamentos públicos em diversos bairros periféricos, constituindo responsabilidade do poder público suprir essa falta, cabe a ele observar também a relação populacional de determinados bairros com grandes fluxos de cidadãos e relacioná-los com a disponibilidade, ou não, de equipamentos suficientes para suprir a demanda. Quando se trata da análise no viés econômico versus equipamento público é demonstrado que a maioria da população em Rondonópolis tem seu orçamento abaixo de dois salários mínimos e a proximidade entre os espaços públicos e a residência dos munícipes é algo a ser observado, já nos casos de equipamentos únicos a mobilidade (tanto de

acessibilidade como de transporte coletivo) é algo a ser trabalhado pelo Executivo em busca de minimizar ao máximo essas dificuldades dos usuários.

O que tem que ter de cuidado se trata de reconhecer a necessidade de projetar uma cidade que favoreça a classe social proletária e periférica, que durante todo o processo evolutivo de Rondonópolis embasado nos espaços públicos instalados não atende em plenitude seus anseios. Os interesses da classe dominante foram preservados ao se analisar a distribuição geográfica desses equipamentos. Dirão alguns esse fato ter ocorrido devido a criação de novos bairros a posteriori, porém, mesmo sendo este fator uma realidade, a falta de investimentos nesses locais é notória quando se trata dos espaços públicos relacionados ao lazer, esporte e cultura.

Nesse contexto apresentado, os investimentos relacionados a espaços públicos devem ser direcionados para esses locais problemáticos. Cabe aqui ressaltar que atualmente esta em processo de construção um novo plano diretor com novas diretrizes para 2018, sendo necessário que a população rondonopolitana fiscalize e cobre junto ao executivo as melhorias levantadas através deste novo planejamento, no qual se é esperado que o mesmo contemple as necessidades socioespaciais de seus moradores.

5.1- Espaços públicos de lazer (praças)

Segundo levantamento de Petri (2013) sobre estudo de segregação socioespacial referente a equipamentos públicos lazer (praças) e de Montalvão (2014) relacionada especificamente sobre as praças de Rondonópolis, no qual o mesmo organizou uma relação de praças apresentado no **quadro 3** com dados fornecidos através do cadastro existente na Prefeitura em 2013, que a época oficialmente constava com 44 unidades.

Nº	NOME	LOCALIZAÇÃO	LEI
01	Praça Bom Jesus	Vila Operária	414/1979
02	Praça das Palmeiras	Conj. Hab. COOPHALIS – Praça F	641/1979
03	Praça dos Sândalos	Conj. Hab. COOPHALIS – Praça Q	641/1979
04	Praça das Perobas	Conj. Hab. COOPHALIS – Praça K	641/1979
05	Praça das Aroeiras	Conj. Hab. COOPHALIS – Praça L	641/1979
06	Praça da Saudade	Av. Bandeirantes	??/1980
07	Praça 7 de Setembro	Núcleo Hab. Rio Vermelho – Cohab velha	677/1979
08	Praça das Bandeiras	Núcleo Hab. Rio Vermelho – Cohab Velha	677/1979
09	Praça Marechal Rondon	Vila Jd. Pindorama	713/1980
10	Praça do Imigrante	V. Salmem – Frente p/ a av. Pres. Médice	737/1980
11	Praça N. Sr ^a Aparecida	Antiga pça Karina e André – Núcleo Hab. Parque Real	754/1980
12	Praça José de Matos	Paço Municipal – V. Aurora	755/1981
13	Praça Corrêa Leite	Quadra nº 08 do Agrupamento 32	832/1982
14	Praça Maria do Carmo F. Garcia	Quadra nº 25 do Bairro Santa Cruz	832/1982

15	Praça Marco Aurélio Duarte Soares	Quadra s/n do Agrupamento 32	832/1982
16	Praça Wilson Ferrari	Vila Birigui – Frente à Santa Casa	832/1982
17	Praça Manuel Francisco dos Santos	Praça da Vila Itamarati	952/1983
18	Praça Júlio A. da Silva	Pça onde funciona a feira-livre da V. Salmem	953/1983
19	Praça Ricardo Groto	Antiga pça Sândalo, Conj. H. COOPHALIS	956-A/1983
20	Praça Ver. Alberto Corrêa Leite	Praça destinada a feira-livre da Vila Operária	981/1983
21	Praça Maria do Carmo C. Garcia	Rua Frei Servácio Bairro Sta. Cruz	1.713/1990
22	Praça Antônio L. C. Limpo Neto	Conjunto Habitacional São José III	1.770/1990
23	Praça Manoel Pires	Núcleo Hab. Rio Vermelho (Cohab Velha)	1.793/1990
24	Praça Everaldo Kitada	Núcleo Hab. Rio Vermelho (Cohab Velha)	1.794/1990
25	Praça NaimMelhemCharafeddine	Conjunto Residencial Marechal Rondon	2.267/1994
26	Praça Habib Dib	Quadra nº 25 do Bairro Santa Cruz	2.350/1995
27	Praça Badid Dib	Quadra nº 08 do Bairro La Salle	2.352/1995
28	Praça José Francisco Pereira	A praça da feira-livre , Jardim Modelo Vila Operária	2.385/1995
29	Praça Rinaldo Almeida de Souza	Quadra nº 17 da Vila Birigui	2.467/1996
30	Praça Júlio A. da Silva	Jardim Ipanema e Vila Lurdes	2.534/1996
31	Praça “MaximianoS. de Oliveira”	Praça Esportiva – Residencial Jardim Atlântico	2.681/1997
32	Praça Marco Aurélio Duarte Soares	Bairro La Salle	2.888/1998
33	Praça Afonso Egea Garcia	Núcleo Hab. Parque Real	3.027/1999
34	Praça Maria G. Portela	A praça do Lar dos Idosos “Paul Percy Harris”	4.548/2005
35	Praça da Coophasem	Bairro “Coophasem”	4.662/2005
36	Praça Khalil Zaher	Pça da Câmara Municipal, La Salle	4.682/2005
37	Praça Luiz Carlos Zeni	Bairro Monte Líbano	5.084/2007
38	Praça Agripino Gomes Cardoso	A Praça do Conjunto Habitacional São José I	5.256/2005
39	Praça Edinaldo Pereira dos Santos	Vila Santa Luzia	5.313/2005
40	Praça Habib Dib	Ao lado da sede da URAMB	4.932/2006
41	Praça Ciro Pinheiro Pedroso	Praça Multiuso - Bairro Cohab Velha	6.545/2010
42	Praça dos Carreiros	Centro	??/1982
43	Praça Brasil	Centro	??/1963
44	Praça João Domingos do Amaral	A praça do Residencial Colina Verde	??/1992

Quadro 3 : Relação das Praças no Município de Rondonópolis (2014).

Fonte: Prefeitura Municipal de Rondonópolis (2014); Org: MONTALVÃO, J. P. (2014).

Ao se cruzar os dados de nomes de praças e endereços o mesmo autor averiguou que algumas praças no município possuíam dois, em alguns casos, três nomes para o mesmo equipamento público, conforme descrito em Montalvão (2014 p. 34), reduzindo com isso o número de praças fisicamente existentes na mancha urbana local.

A Praça Maria do Carmo Falcão Garcia, por exemplo, foi fundada no ano de 1982, posteriormente passa a ser chamada de Praça Maria do Carmo Falcão Cavalcanti Garcia (Dona Lili) em 1990 e de Habib Dib em 1995, no Bairro Santa Cruz.

A Praça Marco Aurélio Duarte Soares, foi fundada em 1982, após reforma em 1998 permaneceu com o mesmo nome e em 2005 passou a ser chamada de Praça Khalil

Zaher, local onde funciona a Câmara Municipal de Rondonópolis, no Bairro La Salle.

A praça localizada ao lado da sede da União Rondonopolitana de Associação de Moradores de Bairro (URAMB) no Bairro La Salle, foi fundada em 1995 com o nome de Praça Badid Dib e em 2006 passou a ser chamada de Praça Habib Dib.

A praça localizada em frente a Santa Casa de Misericórdia na Vila Birigui, inicialmente foi chamada de Praça Wilson Ferrari em 1982 e em 1996 teve o nome alterado tornando-se a Praça Rinaldo Almeida de Souza.

A praça localizada na Avenida Ramiro Bernardo da Silva no Bairro Jardim Pindorama, teve como seu primeiro nome Praça Marechal Rondon em 1980 e em 2005 foi renomeada de Praça Edinaldo Pereira dos Santos.

A Praça dos Sândalos, localizada no Conjunto Habitacional Coophalis, foi fundada em 1979 e em 1983 passou a ser chamada de Praça Ricardo Groto.

No Núcleo Habitacional Rio Vermelho, também conhecido por Cohab Velha, foi inaugurada a Praça das Bandeiras em 1979 e em 2010 teve seu nome mudado para Praça Ciro Pinheiro Pedroso. Ainda no mesmo núcleo habitacional, a Praça 7 de Setembro, também fundada em 1979, passou a ser chamada de Praça Everaldo Kitada em 1990.

No Núcleo Habitacional Parque Real a Praça Nossa Senhora Aparecida, fundada em 1980, passou a ser chamada de Praça Afonso Egea Garcia em 1999.

Outro fator relevante apontado por Montalvão em 2014 era o uso de alguns locais de praças utilizados para outras atividades como no caso do Programa Erradicação Trabalho Infantil (PETI), **foto 8**, ao qual no local teria que ser a Praça Júlio Alves da Silva.

Essa área apesar de representar um importante projeto social, efetivamente, conforme demonstrado pela foto não exerce a função de praça.



Foto 8 : (PETI) Vila Lurdes e Jardim Ipanema
Fonte: MONTALVÃO, J.P. 2014

Outro local apontado como sendo a praça José de Matos se trata até os dias atuais da área predial da prefeitura municipal, apresentando um pequeno jardim do lado externo e internamente, com seu acesso restrito a funcionários, um pequeno jardim no estacionamento da Prefeitura **foto 9**. Cabe destacar que parte do terreno considerado como praça em gestões anteriores a construção do prédio da Prefeitura foi disponibilizado para a iniciativa privada.

No horário noturno, em que a prefeitura se encontra fechada, esse local oferece aos moradores do bairro apenas a parte externa, sem infraestrutura para seu uso como praça.

A Vila Aurora é um bairro com características em sua grande parte de moradores classe média alta, conforme se pode observar no mapa de rendimentos ilustrado na figura 9.



Foto 9: Prefeitura Municipal de Rondonópolis: Vila Aurora

Fonte: MONTALVÃO, J. P.2014

Outra praça que apresentava acesso restrito, se tratava da praça Naim Melhem Charafeddine, onde se encontra a Igreja de São Judas Tadeu conforme é apontado na **foto 10**, onde nitidamente se percebe o acesso restrito através de grades no local, ficando parte da área deste território para uso exclusivo da igreja.



Foto 10 : Igreja Católica São Judas Tadeu no Residencial Marechal Rondon

Fonte: MONTALVÃO , J.P.2014

A praça Vereador Alberto Corrêa Leite e praça José Francisco Pereira **foto 11**, que de acordo com a Prefeitura Municipal seriam cadastradas com praças, não passam de um local destinado ao funcionamento da feira-livre do bairro Vila Operária.

Este local, conforme comprovado pela foto, é de uso apenas para a feira e não possui qualquer infraestrutura que poderia indicar ser uma praça.



Foto 11: Feira-livre do Distrito de Vila Operária
Fonte: MONTALVÃO , J.P. 2014

Seguindo a análise de locais cadastrados à época como praça, encontramos espaços públicos de lazer que tinham como função apenas o esporte como é o caso da praça Manuel Francisco dos Santos no qual se trata apenas de um campo denominado de Mané Garrincha **foto12**



Foto 12: Mini Estádio Mané Garrincha: Vila Itamarati
Fonte: MONTALVÃO , J.P. 2014

Na praça do bairro Coophasem a única infra estrutura até os dias atuais se trata de uma mini academia pública, não possuindo outras infraestruturas relativas ao efetivo funcionamento de praça no local conforme demonstrado na **foto 13**.

Até o fim dessa pesquisa em Dezembro de 2017 nada relacionado a instalação de bancos para o conforto de quem utiliza esse espaço público, arborização, quadras, etc, havia sido instalado neste local. Cabe aqui ressaltar que este local é ao lado do shopping e os equipamentos que compõe a academia esta em bom estado de conservação, outro fato relacionado a este local é o cuidado com a grama no entorno da academia que é muito bem aparada.



Foto 13: Praça da Coophasem
Fonte: MONTALVÃO , J.P. 2014

Devido às contradições entre o cadastro na época da gestão Percival Muniz, relacionado às praças e os locais que efetivamente desempenhavam suas funções de praça, conseguiu-se chegar ao número efetivo de 21 locais no município, conforme aponta a **figura 14**.

Efetivamente conforme demonstrado no estudo de Montalvão (2014) das quarenta e quatro praças cadastradas a época nos registros da prefeitura apenas 21 equipamentos públicos eram estruturados e atendiam as funções de uso para lazer dos cidadãos do município.

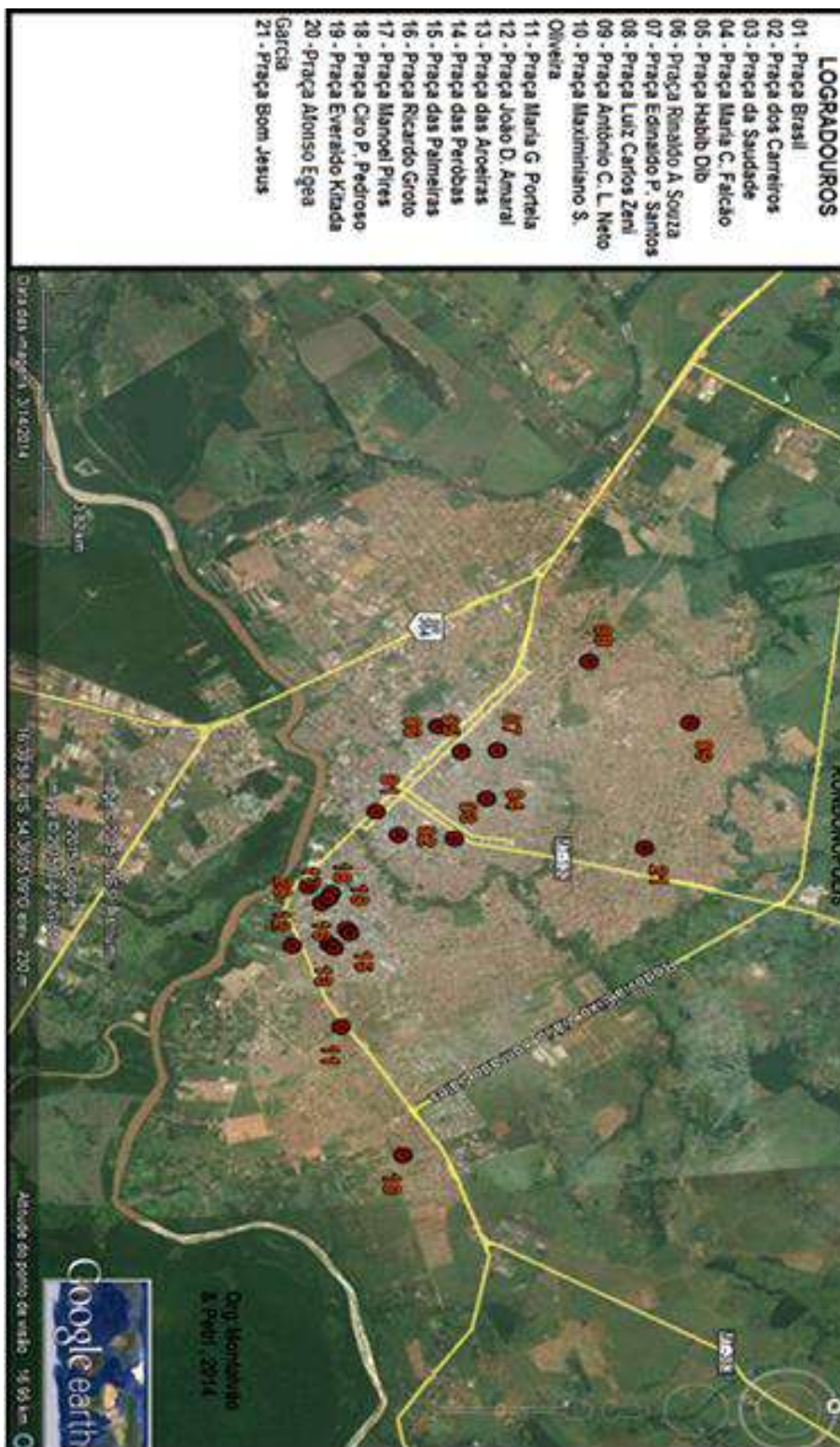


Figura 14: Imagem da distribuição das praças públicas instaladas no município de Rondonópolis
Fonte: Google Earth (2013), P.M.R (2013).- **Organização:** MONTALVÃO, J. P. & PETRI, R. T. (2014).

Ao se utilizar o critério de unidade de vizinhança apontado por Campos Filho (2003) 800 metros e Ferrari (1982) de 800 a 1000 metros, tomando por base a distância de 800

metros, foi construído a (**figura 15**), onde, embasado ao critério citado, demonstrava as áreas do município segregadas em função da localização desses equipamentos de lazer em 2013.

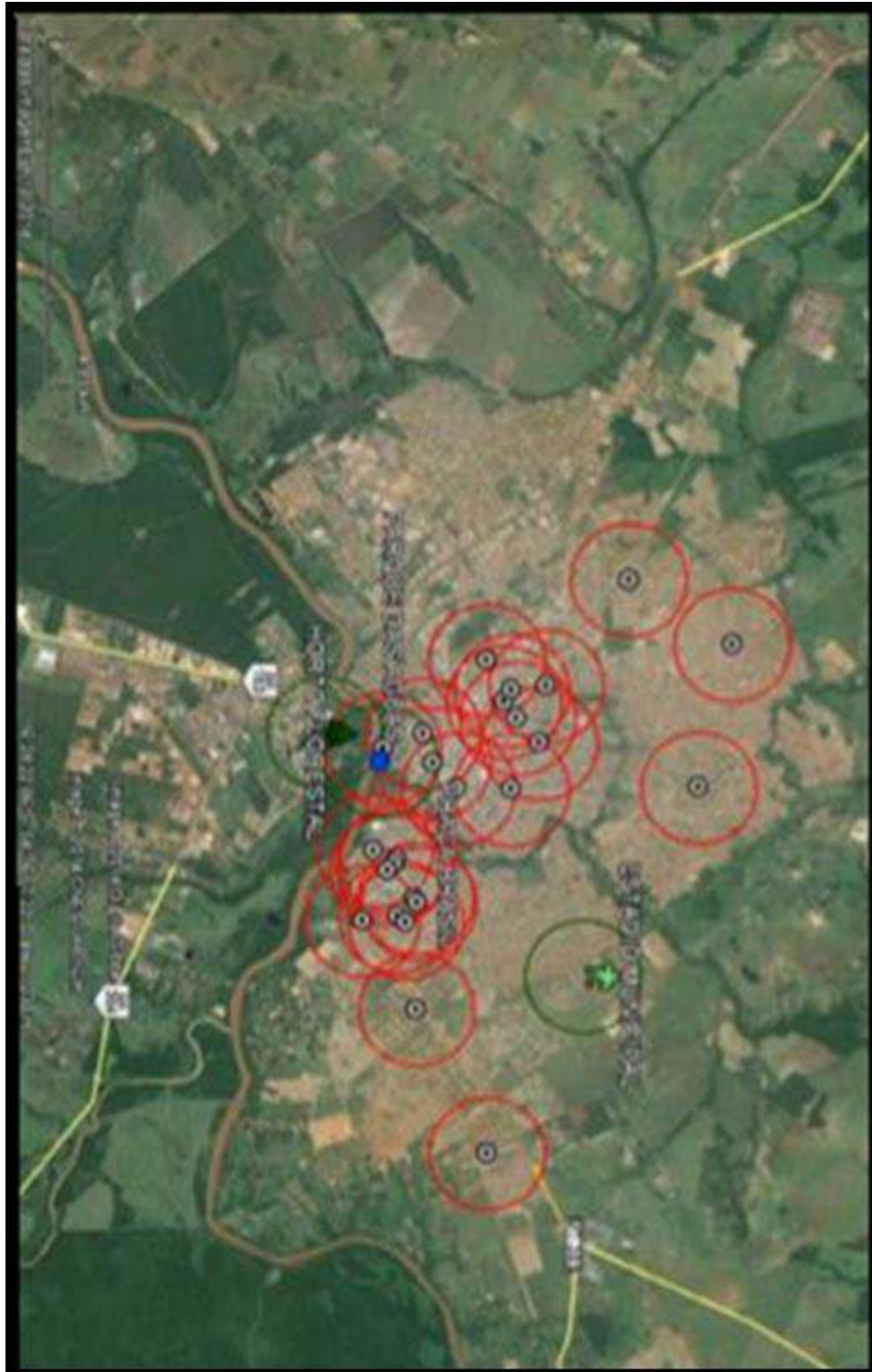


Figura 15 :Mapa de espacialização de Praças em Rondonópolis (raio= 800 mts)
Fonte: P. M. R. (2013) - **Org:** PETRI, R. T. (2013) . – Imagem : Google.

Em retorno à Prefeitura em 2017, em busca de dados georeferenciados, o SHP (shape) fornecido pela Prefeitura Municipal, ao qual no momento cabe aqui ressaltar, que na gestão atual, o cadastro apresentou apenas 30 unidades consideradas como praça, conforme demonstrado na **(figura 16)**. Segundo o secretário Nogueira, com relação às praças, ele percebeu que além de uma reforma era necessário uma limpeza geral que foi colocada em prática. Essa análise e procedimento foi feito também nos campos de futebol distribuídos na mancha urbana local, diz que buscaram em alguns casos, parcerias com a iniciativa privada para uma manutenção adequada desses equipamentos.

Neste mapa de 2017, destaca-se o posicionamento das praças existentes indicando os bairros contemplados por esses equipamentos públicos, assim como informa a quantidade de unidades existentes por bairro.

Ao observarmos a figura 16 fica evidente que o bairro Coophallis é detentor de quatro unidades de praças, e a pouca distancia deste bairro, encontraremos outro local favorecido com três unidades que no caso se trata do Núcleo Habitacional Rio Vermelho (Cohab Velha), ao lado deste bairro, precisamente no Parque Real tem mais uma unidade, no Jardim Guanabara verificamos possuir duas unidades, no Centro A- B também duas unidades, e a nível periférico um local que após 2015 ficou agraciado com duas praças se trata do bairro Jardim Atlântico, talvez por sua proximidade com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECITEC) e a Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT), no qual são entidades educacionais responsáveis por oferecer a este bairro um bom número de moradores (estudantes). É importante destacar que bairros como Cohab Velha, Coophallis que em datas anteriores eram conjuntos habitacionais para proletários, devido a sua proximidade com a área central, hoje apresentam características atuais em suas construções voltados à classe média.

Outro fator que favoreceu o bairro é devido em bairros vizinhos não existirem consolidadas outra praças. Outro fato a ser descrito é relacionado ao fator de que problemas apontados em 2014 tais como o prédio da Prefeitura ser considerado como uma praça permaneceu inalterado. Outra praça que mantém as mesmas condições na qual podemos dar de exemplo é a praça Coopfacem que dispõe apenas de uma academia popular.

Em sua maioria de bairros periféricos nenhum equipamento denominado como praça é encontrado, cabe aqui destacar ser esses dados foram fornecidos pelo próprio poder público, ficando evidente a falta desses equipamentos em grande parte da periferia.

Em si podemos ter nesses bairros desassistidos desses bens públicos áreas destinadas para esse fim, porém, cabe ao poder executivo a efetiva construção dos espaços públicos nesses locais, o que em muito melhoraria a qualidade de vida desses moradores.

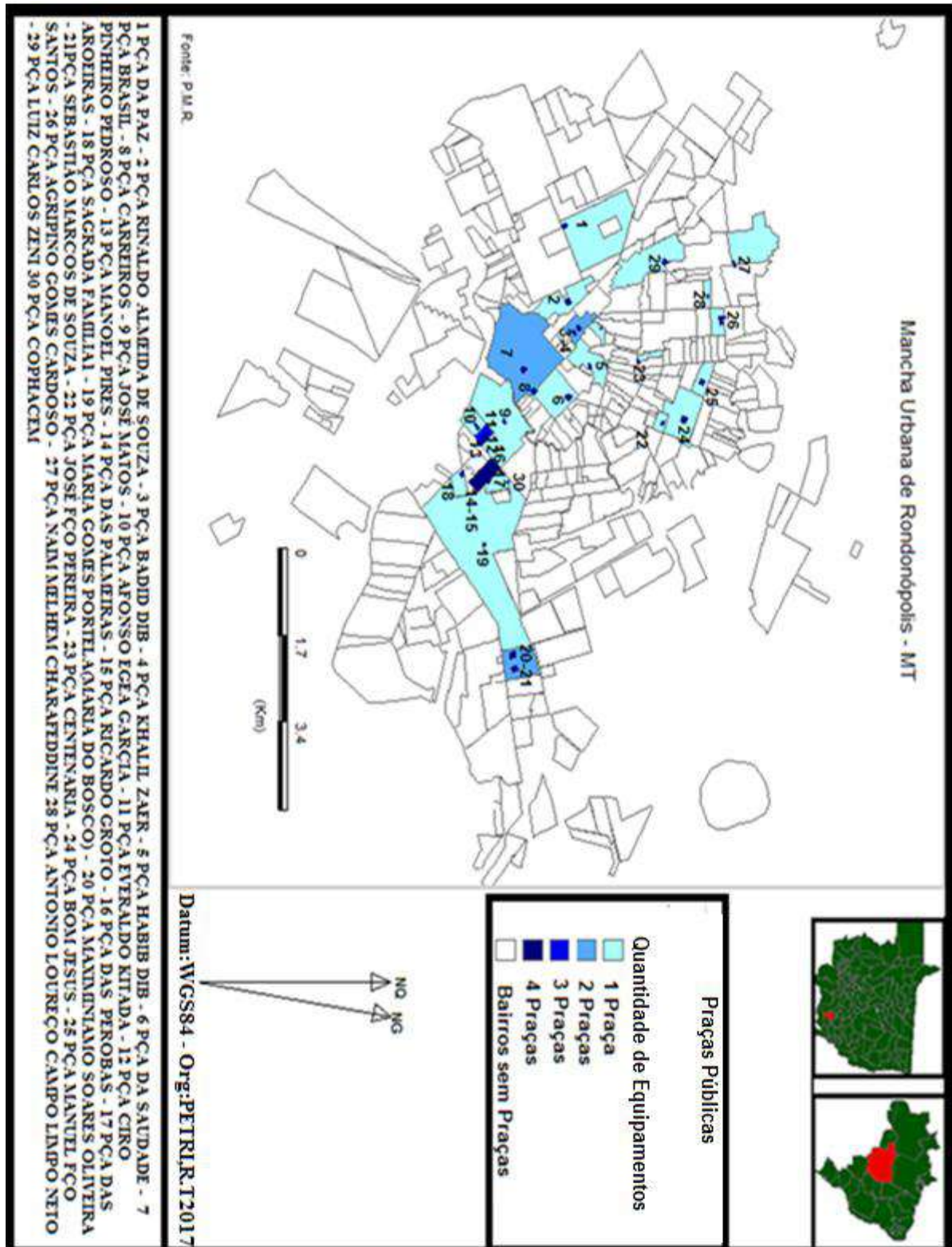


Figura 16: Mapa de Praças Públicas no Município de Rondonópolis – MT 2017

Fonte: Prefeitura Municipal de Rondonópolis (P.M.R.), SHP VICENTE, T.G..

Conforme se visualiza no mapa referente a espaços públicos de lazer (**figura17**), e principalmente equipamentos denominados como praças, no qual são os principais atrativos de lazer no município, principalmente para pessoas carentes, observa-se que estes equipamentos estão distribuídos em maior quantidade principalmente em área central e bairros adjacentes.

Outro fato evidente apresentado na figura 17, é a quantidade de bairros periféricos não contemplados com bens públicos de nenhuma espécie, restando a esses moradores buscar apoio no que se referem a esses equipamentos públicos, em bairros vizinhos ao seu local de moradia.

Percebe-se que a periferia, neste caso, fica descoberta no que se trata desses equipamentos que em sua maioria das vezes são a única forma de lazer desses moradores, haja vista, ser os mesmos detentores de menor renda. Verifica-se que poucos são os bairros periféricos que dispõem desses equipamentos, e que esse fato não tem essa ocorrência relacionada aos moradores quando se trata de áreas mais centralizadas.

Esses moradores desses locais centrais privilegiados são financeiramente mais abastados, conseguem com isso, usufruir de vários locais de lazer, tanto na esfera pública como na esfera privada, a eles, além das praças, parques e outros equipamentos públicos, estão à disposição cinemas, shopping, clubes de lazer, pesque pague, chácaras próprias ou de aluguel com infra-estruturas para lazer, clubes termais, ranchos de pesca.

As praças de vital importância no contexto urbano, como nos apontam diversos autores tais como Robba e Macedo, (2002), Caldeira, (2007) e outros, não se concretizam efetivamente como bem público a todos os moradores da cidade. Ao observar o descumprimento desse direito, referendado a todo munícipe, é que se nota que a cidade não é algo constituído para todos os seus cidadãos, sendo essa tratativa intencional ou não no que se determina como responsabilidade do poder público.

É importante esclarecer que atualmente, algumas iniciativas são tomadas entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil que estão relacionadas ao melhoramento estético de algumas áreas públicas, mas o que aqui se questiona e procura apontar como problema se relaciona à quantidade de equipamentos existentes e a dificuldade de se ter acesso a esses bens públicos devido a sua posição geográfica, que, conforme demonstrado através de mapas, é possível apontar existir diversas áreas segregadas na sua correlação com esses espaços públicos.

Em análise desse recorte parcial da figura 17 é possível perceber que em uma pequena área urbana (centro e seu entorno) se concentra a maior parte dos equipamentos de lazer municipais, conforme é demonstrado pela (figura 18).

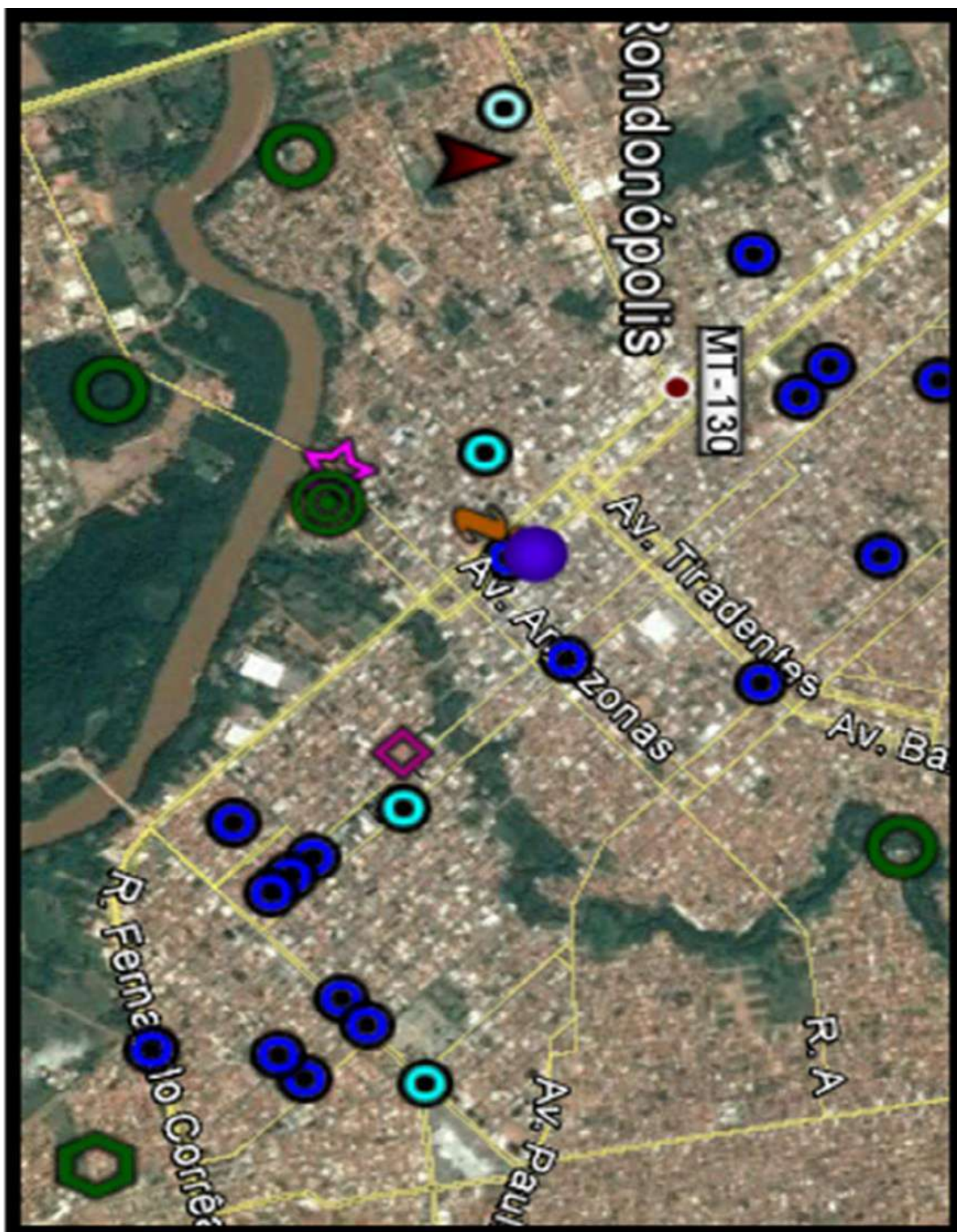


Figura 18 – Recorte Parcial(Mapa 17) Espaços de Lazer em Área Central e Bairros Adjacentes
Fonte : Prefeitura Municipal, Montalvão, J.P., Petri, R. T. & Negri S. M.. – Imagem : Google

A fim de demonstrar algumas áreas desprovidas de equipamentos de lazer se apresenta o recorte do mapa inserido na figura 17 onde é possível verificar a ausência desses bens públicos conforme é apresentado na (figura 19).

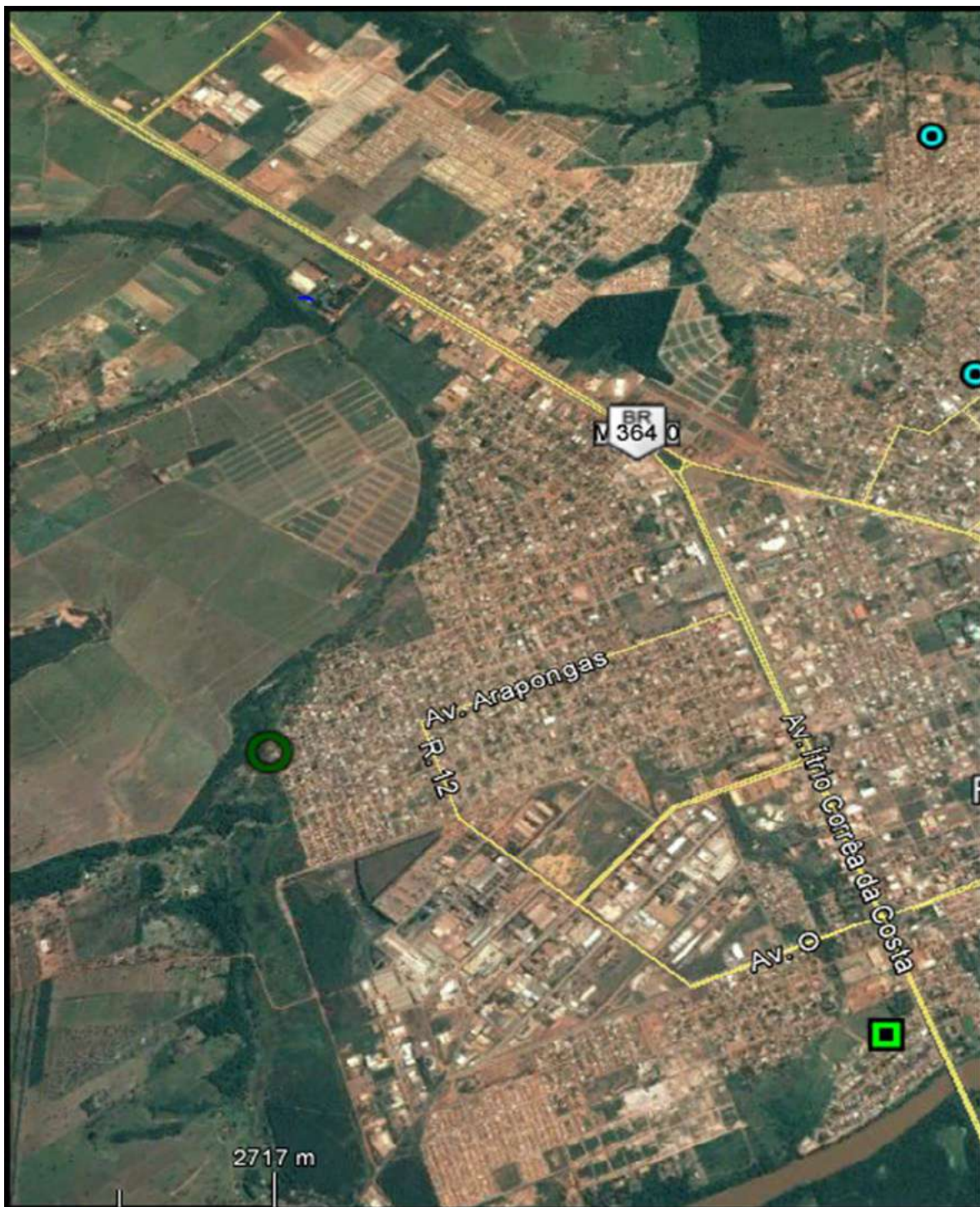


Figura 19 – Recorte Parcial(Mapa 17) Espaços de Lazer em Áreas Periféricas Região da Vila Rica
Fonte : Prefeitura Municipal, Montalvão, J.P., Petri, R. T. & Negri S. M.. – Imagem : Google

Através da (figura 20)é possível verificar a ausência de equipamentos de lazer nas proximidades do Jardim Atlântico, restando aos moradores de bairros como Europa, América,

Alfredo de Castro, Ananias, Cidade de Deus e Paulista dependerem da infra-estrutura disponibilizada no Jardim Atlântico.

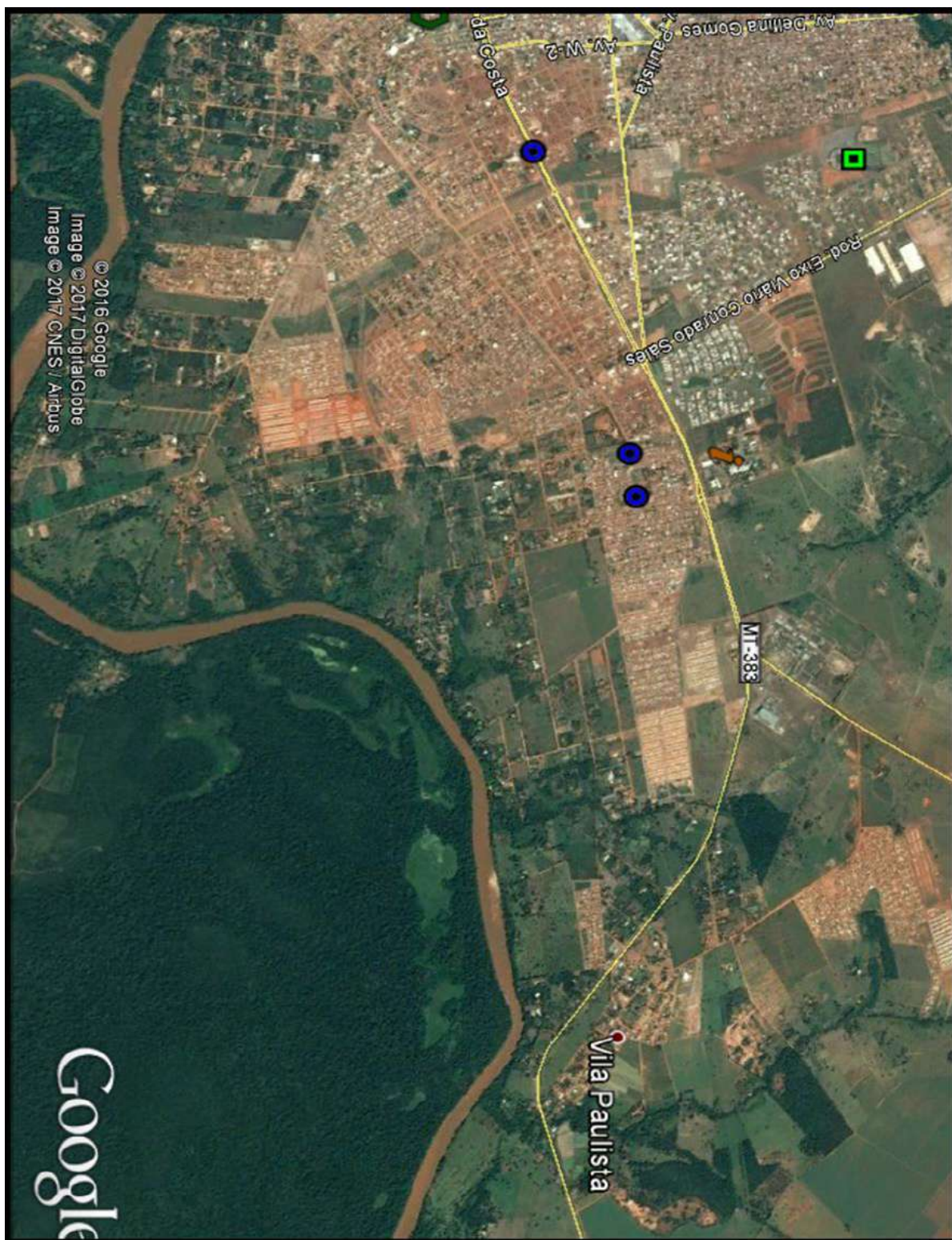


Figura 20 – Recorte Vista (Mapa 17)Espaços de Lazer em Áreas Periféricas Região Jardim Atlântico
Fonte : Prefeitura Municipal, Montalvão, J.P., Petri, R. T. & Negri S. M. – Imagem : Google

5.2- Espaços públicos de lazer e esporte (parques, horto florestal e campos de futebol)

Ao se tratar dos parques e do Horto Florestal encontram-se esses equipamentos com tratativas diferenciadas onde podemos citar que ao Horto é dedicado um cuidado especial do poder público e que em contrapartida o Parque Ecológico do Escondidinho é uma área totalmente desprovida de infra-estrutura, ambos sendo unidades de conservação ambiental, cabe aqui também ressaltar que o Horto (**foto 14**) se encontra localizado em um bairro considerado de classe média e próximo a área central, o oposto é verdadeiro ao se tratar do Parque Escondidinho (**foto 15**) que se localiza nas proximidades do bairros periféricos Parque Universitário, Ana Carla e Pedra Noventa, ambos de classe social predominantemente proletária. Esses parques e o horto, são pontuais obrigando a grande maioria da população se deslocar por grandes distâncias, fazendo uso de até dois ônibus urbanos para se ter acesso aos mesmos, isso quando se refere a moradores de bairros distantes como Altamiranda, Ananias, Vila Mineira, Atlântico e outros.



Foto 14: Horto Municipal de Rondonópolis – MT

Fonte: radiopqp.com

O cuidado diferenciado demonstrado pelo poder público entre as unidades de conservação é nitidamente verificado através das (fotos 14 e 15).

Aos demais parques a lógica de conservação também é variada onde é possível notar que o Parque Arareal é dotado de algumas infraestruturas e em sua proximidade há a existência do Parque das Mangueiras que é carente de estruturas, outro local estruturado a ser citado é o Parque das Águas, que fica ao lado do Casario/Cais, bem próximo a área central. Esses locais centralizados é possível notar que o poder público tem um cuidado mais

acentuado em sua manutenção quando se faz um comparativo com os equipamentos que se encontram em locais periféricos.

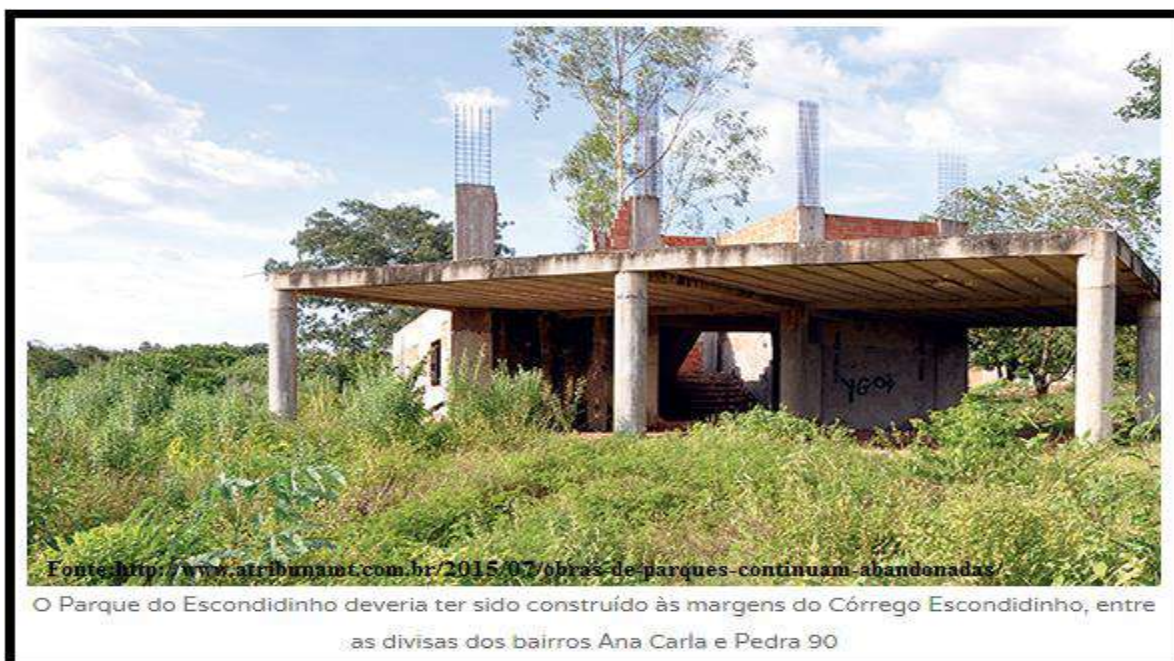


Foto 15: Parque do Escondidinho

Fonte: [atribunamt.com.br](http://www.atribunamt.com.br) (2015).

Aos demais parques a lógica de conservação também é variada onde é possível notar que o Parque Arareau é dotado de algumas infraestruturas e em sua proximidade há a existência do Parque das Mangueiras que é carente de estruturas, outro local estruturado a ser citado é o Parque das Águas que fica ao lado do Casario/Cais bem próximo a área central.

O Estádio Municipal também é único e em dias de jogos se alguém que não for das imediações e desejar assistir o certame, necessitará de transporte coletivo ou próprio. O secretário municipal nos disse que uma das primeiras etapas realizada em sua gestão foi à reforma do estádio Lutero Lopes que se encontra hoje (04 de outubro de 2017) com 70% de suas obras realizadas.

Ao se tratar de campos de várzea diversos são os bairros periféricos contemplados, principalmente na Zona Norte, mas variados são os bairros que não possuem esse equipamento. Cabe destacar que os campos apontados na figura 21 muitas vezes se tratam de locais carentes de infraestrutura, nesse quesito, necessita que o poder público conjuntamente com a sociedade civil dinamizem esses espaços públicos no que tange as questões de conservação.

Para efeito de visualização da abrangência dos mesmos se construiu o mapa representado pela **figura 21** que inclui as localizações de Parques, Campos de Futebol e o Horto Municipal. Verifica-se por essa imagem, a dificuldade de acesso dos mais carentes nos

questos referente ao Horto e Parques estruturados, assim como ao Estádio Municipal, já quando se analisa os campinhos de várzea a busca dos moradores de bairros não contemplados com esse equipamento seria ir aos bairros adjacentes, detentores desse espaço público.

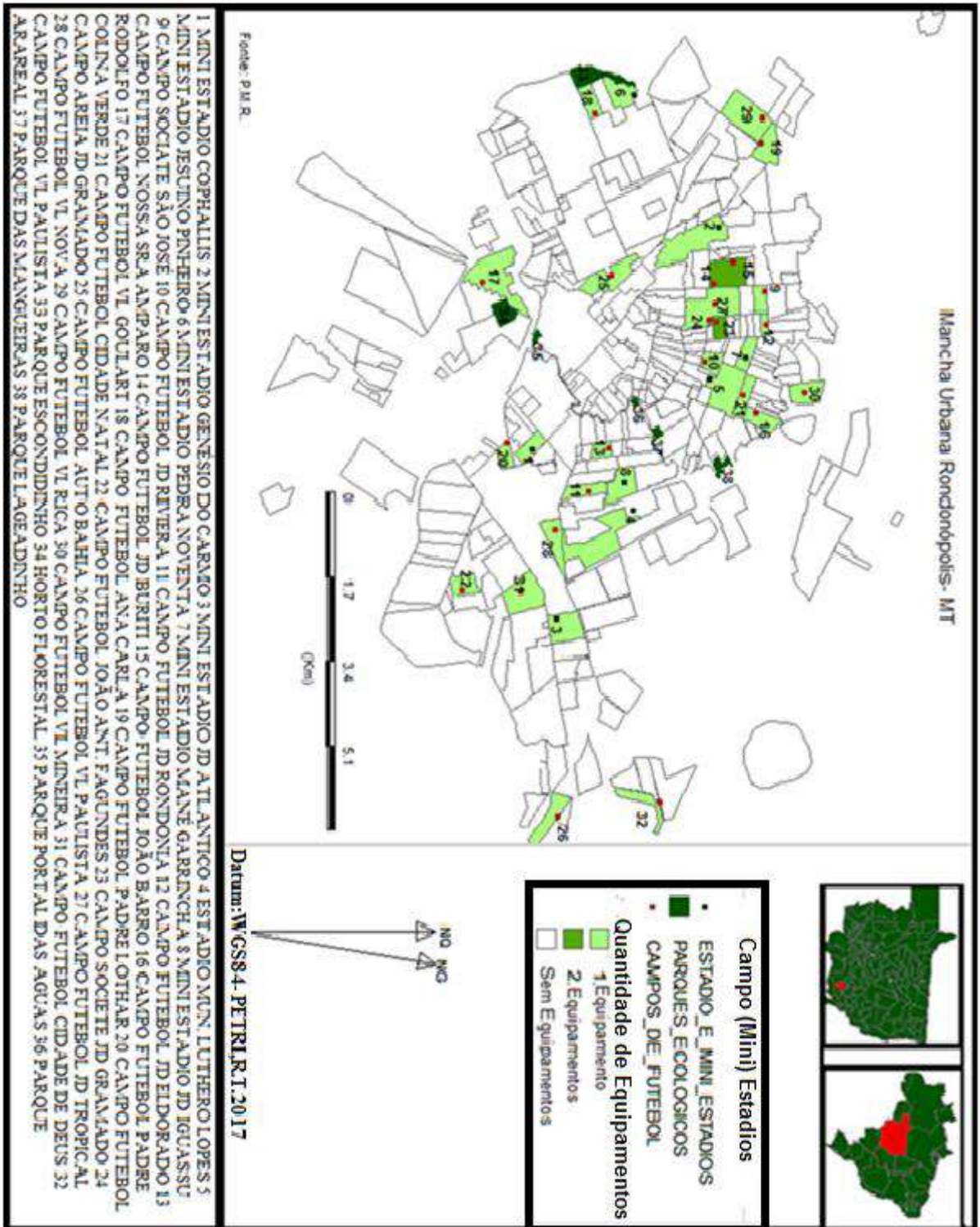


Figura 21: Mapa de Parques Ecológicos, Horto Florestal e Campos de Futebol
Fonte: P.M.R., SHP VICENTE, T.G

Em Rondonópolis – MT, outra atividade relacionada ao lazer se trata das feiras livres, apesar de na maioria dos casos, acontecerem apenas uma vez na semana em cada bairro, exceção acontece na Vila Aurora com eventos duas vezes por semana.

Mesmo se tratando de uma atividade comercial, essa feira da Vila Aurora **foto 16** já é tradicional na cidade, haja vista, toda sexta-feira muitas famílias se dirigirem a este local, seja para fazer compras ou passear, usufruindo desse espaço. No município apenas três locais de feiras livres possuem infraestrutura, e são fixas espacialmente, sendo esta feira uma delas.



Foto 16:Feira Vila Aurora

Fonte: www.tribunamt.com.br

Outro local estruturado se trata da feira da Vila Operária (**foto 17**), torna-se importante destacar que neste local no tempo do prefeito Percival Muniz constava em cadastro da Prefeitura (2013) com nome da praça Vereador Alberto Corrêa Leite e praça José Francisco Pereira, conforme descrito no corpo deste trabalho no subitem sobre as praças, porém seu uso sempre foi para evento relativo à feira.

O local, apesar de não se tratar de praça tendo seu uso para feira, continua sendo de responsabilidade do poder público com finalidades de atender a população, seja no quesito de realizar a feira semanal no bairro ou através de outros possíveis eventos municipais que necessitem dessa infraestrutura.



Foto 17: Feira Vila Operária
Fonte: MONTALVÃO J.P. 2014

Um local de feira com infra-estrutura recentemente inaugurado (2015), com capacidade de acomodar em torno de 150 feirantes, se trata da feira do Conjunto São José onde seus moradores, pequenos produtores e comerciantes, podem contar com esse local fixo para atividades de feira e lazer, conforme demonstrado na foto 18.



Foto 18: Feira Conjunto São José
Fonte: P.M.R. 2015

As feiras dentro do contexto econômico do município são de suma importância, principalmente para os pequenos produtores que conseguem comercializar seus produtos

diretamente com o consumidor, dinamizando esse mercado no qual Milton Santos em sua obra o espaço dividido (1978 p.33) nos descreve como circuito inferior da economia.

“[...] a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e as do circuito superior está baseada nas diferenças de tecnologia e de organização.”

No município outra forma de lazer esportivo, importante no quesito relacionado à saúde e bem estar dos moradores, são as academias públicas indicadas no mapa relacionado a esses equipamentos públicos, no qual demonstra a sua distribuição espacial, nos apresentando, segundo dados da prefeitura, estar presente em 24 bairros distintos, um detalhe a ser observado é que o único local detentor de duas academias instaladas se trata do Jardim Atlântico, sendo uma em cada praça deste bairro.

Em muitos casos como no bairro Residencial João Antônio Fagundes, esses equipamentos se encontram instalados em terrenos públicos sem qualquer tipo de infraestruturas que não sejam as academias conforme demonstrado na (**foto 19**).

Necessário ao poder público é estruturar esses locais apontados tornando-o mais convidativo em prol de toda a população inserida nesses bairros, afinal esses equipamentos são de grande valia tanto em nível de lazer quanto em nível de saúde pública.



Foto 19: Reserva Municipal do Bairro Residencial João Antônio Fagundes
Fonte: MONTALVÃO J.P. 2014.

Outros locais em variados bairros, como exemplo podemos citar, Cidade de Deus, Vila Rica **foto 20**, Padre Lothar, são locais onde acontecem de se encontrarem em iguais condições ao apresentado na foto dezoito, isso por si só, torna necessária à atenção e intervenção do poder público no sentido de providenciar melhorias a esses espaços públicos.



Foto 20: Reserva Municipal do Bairro Jardim Vila Rica
Fonte: MONTALVÃO J.P. 2014.

Outra providência a se planejar em âmbito de Prefeitura se refere aos bairros que não apresentam nenhum tipo de equipamento, e como se pode notar através da **figura 22**, a grande maioria desses locais são áreas periféricas que em sua grande parte se trata de população com menor poder aquisitivo.

No que se trata das academias públicas disse o secretário municipal ter conhecimento de equipamentos que apresentam problemas de manutenção, onde algumas dessas academias estavam a seis, sete anos sem receber os devidos cuidados de conservação. Relatou que após levantamento, comunicou ao prefeito atual, sendo o secretário autorizado a executar manutenção das academias. O secretário disse que pretende ainda esse ano, melhorar as condições de uso de aproximadamente 40% desses equipamentos, disse estar autorizado a instalar outras novas academias em bairros sem esse tipo de equipamento, o mesmo nos informou que vai reformar de dez a quinze academias.

Frisou que dentro dessa perspectiva, com autorização do prefeito efetuará a compra de dezoito novas academias e esta agilizando para que esse processo, tanto para compra, como para instalação seja efetivado. Outro fato citado foi que deverá se reunir com o pessoal da área de saúde para a escolha dos lugares a serem instalados esses equipamentos. Frisou a questão da subutilização de algumas academias por estarem em lugares isolados ou sem infraestruturas adequadas tais como iluminação pública nos locais desses equipamentos.

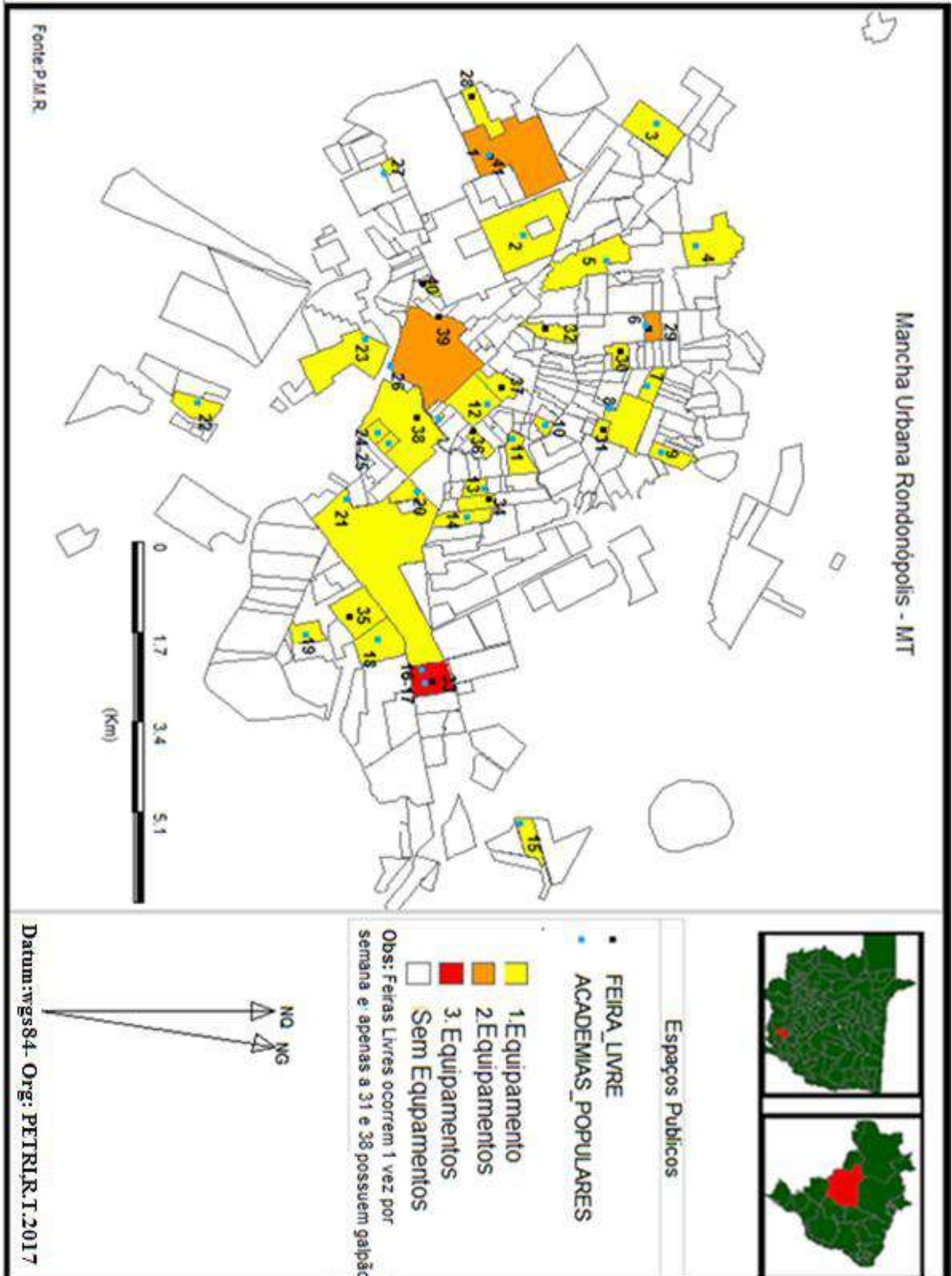


Figura 22: Mapa Espacial de Locais com Feiras Livres e Academias Públicas
Fonte: Prefeitura Municipal de Rondonópolis, SHP VICENTE, T.G.

O secretário de esporte nos relatou que atualmente em caixa existem recursos para se reformar também dez quadras poliesportivas, e para o ano que vem a secretaria contará com um recurso para reformar mais dez ou quinze equipamentos, disse estar confiante que até o

final deste mandato o poder público consiga reformar todas as quadras poliesportiva representadas pela **figura 23** e todas as academias existentes em Rondonópolis, apresentadas na figura anterior.



Figura 23: Ginásios e quadras poliesportivas em Rondonópolis
Fonte: P.M.R. 2017.

O mesmo secretário, ressaltou a importância de levar em consideração o pedido dos representantes de bairros, relacionado a esses bens públicos e dispensar a devida atenção a esses equipamentos.

5.3 - Espaços públicos de lazer e cultura (bibliotecas, museu, parque infantil e casario)

De acordo com dados fornecidos pela Prefeitura Municipal, no quesito de Parque Infantil disponibilizado à sociedade rondonopolitana apenas o Jardim Atlântico é detentor desse equipamento, ao se tratar de museu segundo o cadastro fornecido, também existe apenas o museu Rosa Bororo, quanto às bibliotecas existentes na esfera municipal dois locais são disponibilizados, uma no Centro próximo a Escola Estadual de Ensino Médio Major Otávio Pitaluga (EEMOP) e uma na Vila Operária, já a nível federal e por se tratar de uma faculdade pública é possível o uso pela população da biblioteca da UFMT, mas os empréstimos de livros só ocorrem aos acadêmicos.

Outro local em destaque para o lazer em Rondonópolis se trata do Casario (**Foto 21**), um conjunto de antigas casas usadas no início da criação do município.

Esse local foi totalmente restaurado e atualmente acontecem diversas atividades culturais, essas antigas casas se transformaram em lojinhas de souvenir e bares noturnos, o local em seu entorno de casas, existe uma área dotada com bancos e lixeiras formando uma espécie de pracinha.



Foto 21: Imagem do Casario

Fonte: noticiasdematogrosso.com.br

Disse o secretário que Rondonópolis irá ganhar brevemente um espaço público localizado no Jardim das Margaridas próximo ao Residencial Farias, ao qual teve seu início

em 2011 com previsão de inauguração no aniversário da cidade (2017). Esse espaço será denominado como Praça do Céu, ao qual será um centro de esporte, cultura e lazer. Esse local, segundo o secretário, será dotado de pista de skate, um cinema, quadra poliesportiva, biblioteca, um Centro de Atendimento Social (CRAS) e um Centro de Inclusão Digital.

Existe na Secretaria um estudo para ver a possibilidade de uso de um antigo prédio, que fica na esquina da rua Bandeirantes com a Rio Branco, atualmente esse prédio esta sendo ocupado por quatro famílias que vivem em situação de rua (carentes), mas segundo o secretário há o interesse em dinamizar o local transformando-o em uma biblioteca central, prédio esse que por vários anos foi designado como Prefeitura do Município, no momento se encontra sem função de serviço público e caso ocorra de a biblioteca ter que ser alocada para outro local o secretário pensa em usar esse local.

Citou ainda como espaço cultural o Centro Cultural José Sobrinho localizado na rua Rio Branco próximo ao Centro de Especialidades Apoio e Diagnósticos Albert Sabin (CEADAS). Apontou que apesar das boas intenções da Secretaria um dos entraves encontrado se tratava da burocracia. Ao final da entrevista deixou claro que a Secretaria está disposição da população rondonopolitana e que não medirá esforços para atendê-la.

A disposição espacial desses equipamentos que são únicos, para os moradores que não moram em suas imediações, só é possível, através de deslocamentos de grande parte dos cidadãos e levando-se em conta a questão temporal e financeira, vários moradores pouquíssimas vezes conseguirão usufruir desses locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um modo de produção em que as relações sociais são regulamentadas em função da acumulação de capital e conseqüentemente, concentração de renda como poder nas mãos de pequena parte da população, por mais que se tente planejar ou gerir um Estado, as contradições do bem estar social estarão presentes nessa sociedade. É devido às desigualdades sociais impostas pelo capitalismo que na política, principalmente em países subdesenvolvidos, a população é excluída da maioria das decisões governamentais.

Na busca da manutenção da propriedade privada e reprodução do capital as várias frações da burguesia, em raríssimas vezes se preocupam com a reprodução social e a cidadania da maioria explorada. Da mesma forma, setores da pequena burguesia colaboram com a manutenção do status quo⁴⁹, na medida em que entendem a cidadania enquanto um valor individual, privilégios a serem preservados a qualquer custo, tanto pelas ações, como pelas normatizações estatais e privadas. Nas palavras de Milton Santos (1996/97, p. 133, 134):

É neste sentido que me pergunto se a classe média é formada de cidadãos. Eu digo que não. Em todo caso, no Brasil não o é, porque não é preocupada com os direitos, mas com privilégios. O processo de desnaturaçã da democracia amplia a prerrogativa da classe média, ao preço de impedir a difusão de direitos fundamentais para a totalidade da população. E o fato de que a classe média goze de privilégios, não de direitos, que impede aos outros brasileiros ter direitos. E é por isso que no Brasil quase não há cidadãos. Há os que não querem ser cidadãos, que são as classes médias, e há os que não podem ser cidadãos, que são todos os demais, a começar pelos negros que são cidadãos. Digo-o por ciência própria. Não importa a festa que me façam aqui ou ali, o cotidiano me indica que não sou cidadão neste país.

Ao se tratar das questões socioespacial de uso e ocupação das cidades entendemos que a mesma aconteça dentro da lógica do modo de produção vigente no País, dentro das correlações de força capital X trabalho, criando nessas cidades diferenciações no uso do solo, sócio econômicas e infra-estruturais entre os bairros que se modelam de forma homogêneas no quesito de classe social com critérios segundo o poder de posse de seus moradores.

Em meio às materialidades constatadas na formação socioespacial capitalista das cidades, a presença de um Estado preocupado com o bem estar de sua sociedade ao qual seja cumpridor do texto constitucional, se torna necessário para um reordenamento gradual de seu território.

Importante é que essa sociedade e seus órgãos reguladores constituídos tenham em suas políticas, o direcionamento voltado para as questões fundiárias e estruturais, que os planos diretores, conforme nos aponta Maricato (1995), não sejam alienados, generalizantes e

⁴⁹ Status Quo ou Statu quo é uma expressão do latim que significa “estado atual”

abstratos da lógica encontrada na cidade real, composta da sua ocupação legal e ilegal. Que o mesmo Plano Diretor aponte caminhos técnicos e científicos para uma gestão que não seja apenas de regulamentação, mas também, que esta gestão seja dotada de ações administrativas e não apenas de pequenas ações desenvolvidas na interioridade dos gabinetes municipais.

Ao se percorrer o território nacional, é fácil detectar cidades que em grande parte são possuidoras de bairros periféricos que são fruto de ocupações legais ou ilegais, que são desprovidos de todo tipo de infraestruturas,⁵⁰ em contrapartida, encontramos outros bairros que por seu modo de ocupação e por sua influência, tanto na esfera política como na esfera social advinda de seus habitantes, são estruturados dentro das necessidades urbanas no quesito de benfeitorias público-privado,⁵¹ sem morosidade de obras por parte do poder público ou do setor privado.

Cabe à população carente um maior envolvimento na vida pública local, seja ela através de conselhos municipais, estaduais e federais, sindicatos ou através da política direta tentando ser um representante da sociedade em órgãos estatais, ou indiretamente reivindicando junto a seus representantes constituídos uma melhor qualidade de vida social.

Entre as diversas necessidades humanas podemos destacar entre outras a habitação, lazer, saúde e a educação como essencial para o desenvolvimento do Ser, onde todas essas necessidades são direitos garantidos na Constituição Brasileira, criada a partir de 1988 e revisada em 2010, conforme aponta o Art. 6º no qual destaca que são direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção, à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição, redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010, Petri (2014) embasado na Constituição Federal do Brasil, destaca que o brasileiro proletário tem garantias constitucionais como parâmetros para ir em busca de seus direitos e lutar para que os mesmos sejam minimamente respeitados.

Em termos de Mato Grosso, Rondonópolis-MT é uma cidade com características socioespaciais atrativas e com um crescimento econômico significativo, conforme atestam Negri (2001), Demamaman (2011), entre outros. Cabe aqui ressaltar que esse crescimento acelerado, incluindo grande emigração, potencializou o preço do solo urbano mercantilizado pelos seus principais agente produtores (NEGRI, 2008).

⁵⁰Em Rondonópolis- MT, um dos bairros que vive essa realidade se trata do bairro **Alfredo de Castro**, o qual é desprovido de infraestrutura de caráter público.

⁵¹ Segundo DUARTE, (2016), [...] é fundamentação histórica do desenvolvimento social e econômico do bairro **Vila Aurora** que hoje abriga famílias com renda alta, possui infra-estrutura adequada com pavimentação asfáltica e saneamento básico e acesso fácil a equipamento urbano e de prestação pública como posto de saúde, escolas, creches, delegacia e bancos. (Grifo Nosso)

Assim, uma ocupação desordenada em termos técnicos e científicos, mas dentro da lógica de acumulação de capital se torna comum nos espaços urbanos, sobretudo do terceiro mundo. Também a população mais pobre, que no caso de Rondonópolis se faz maioria⁵², muitas vezes se vê obrigada a ocupar áreas de risco ou ocupar as pontas de periferia, e se não houver políticas públicas voltadas para trabalho e renda para esse seguimento social, os riscos desse desordenamento urbano, tendenciosamente pode se intensificar, somados ao processo de territorialização corporativa dos segmentos da burguesia⁵³.

Quando se trata de espaços públicos correlacionados à residência, percebe-se que na periferia a presença desses equipamentos se torna rarefeita, sendo que em muitos casos, esses bens públicos é uma das únicas formas de lazer desses cidadãos, haja vista, ser os mesmos detentores de uma menor renda.

Outro fato importante dentro do que foi apresentado (figura 12) é destacar a predominância dos negros nas periferias e, conseqüentemente, serem eles os principais afetados pela falta ou o distanciamento na relação residência/equipamentos públicos; isso pode ser demonstrado pelo cruzamento das informações do mapa racial municipal com o mapa municipal das praças (2017). Assim, é possível verificar e correlacionar os espaços públicos atendendo em grande parte as áreas centralizadas de predominância branca e o contrário se estabelecendo na periferia de predominância negra. A distribuição dos espaços públicos se torna um fator determinante que pode colaborar para a ocorrência de uma maior segregação socioespacial, principalmente através desta população periférica.

Verifica-se, portanto, que **poucos são os bairros periféricos que dispõem dos equipamentos apontados na pesquisa**⁵⁴ (grifo do autor), o que não ocorre, na mesma intensidade com os moradores das áreas mais centralizadas, que além de financeiramente serem mais abastados, usufruem de vários locais onde podem ter acesso ao lazer, tanto público como privado, com maior facilidade.

São as pessoas mais pobres aquelas que mais sofrem quando tem seu deslocamento ampliado, devido as grandes distâncias são obrigadas a percorrer entre seus locais de moradia até os espaços públicos de lazer. Tanto em termos financeiros, onerando seu já reduzido

⁵² Em torno de 78%, conforme Gráfico de Distribuição Percentual de Renda Domiciliar em Rondonópolis, dataviva.info/pt

⁵³ Segundo Milton Santos (1996/97, p. 136): “A própria territorialização é corporativa, os recursos nacionais sendo utilizados sobretudo a serviço das corporações, o resto sendo utilizado para o resto da sociedade. O cálculo econômico não mostra como as cidades se organizam para serem utilizadas por algumas empresas, por algumas pessoas. São as corporações que utilizam o essencial dos recursos públicos e essa é uma das razões pelas quais as outras camadas da sociedade não têm acesso às condições essenciais da vida aos chamados serviços sociais”.

⁵⁴ Jardim Atlântico, bairro periférico, é um exemplo de bairro com algumas infra-estruturas.

orçamento, principalmente ao se tornar necessário o uso de algum tipo de transporte⁵⁵, como também pelo maior tempo despendido ao se deslocar, isso por si só já reduz seu tempo de lazer ou tempo de descanso, sem levar em conta a exposição aos riscos decorrentes, tais como, violência e ou acidentes que possam vir a ocorrer nos centros urbanos, afinal por maior tempo estão expostos.

Novamente se observa ao analisar o mapa de distribuição populacional (figura 06) versus os mapas de espacialização dos equipamentos urbanos (figuras 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22), averigua-se que a distribuição dos equipamentos de lazer, cultura e esporte não seguem o critério de densidade populacional dos bairros, ou seja, os bairros periféricos unificados no qual são responsáveis por conter uma grande população, não recebem a atenção do poder público no que tange aos equipamentos de lazer, cultura e esporte. Fato é a existência de bairros com uma população menor, uma renda considerável, onde os mesmos são detentores de uma maior parte dos equipamentos. Ao contrário dessa realidade se verifica que por quase toda periferia, há uma grande carência de bens e serviços públicos e privados.

Rondonópolis, como a maioria das cidades do mundo subdesenvolvido, apresenta as características de fragmentação, desordenamento territorial e periferização dos mais pobres, fato esse, que é comum na grande maioria dos municípios brasileiros. Aqui, como em grande parte do País, há uma carência de infra-estruturas públicas nas áreas periféricas, alia-se a isso um déficit habitacional crescente, haja vista ser um município mato-grossense com certo destaque na esfera estadual e nacional.

São esses fatores⁵⁶contribuintes para a subtração de direitos à cidade e suas formas, como também no direito de sua cidadania, constituindo-se assim uma realidade que se materializa em seu processo de ocupação, e no uso estrutural e pleno do espaço geográfico do município.

Um fato relevante aos mais pobres é a questão da consciência política e laboral necessária para o pleito argumentativo frente aos poderes públicos em busca de seus direitos. Cada cidadão necessita estar inserido politicamente nas instâncias de poder com objetivos voltados a conseguir uma sociedade mais justa tendo para seu local de habitat, condições dignas de vida.

⁵⁵ Para ir a determinados espaços públicos tais como o Horto ou o Casario que conforme a localização geográfica de sua residência será necessário a utilização de dois ônibus para ir e dois ônibus para voltar, sendo um ao centro e outro do centro ao espaço público, como exemplo de bairros poderíamos apontar Jardim Europa ou Vila Mineira em Rondonópolis - MT.

⁵⁶ Moradia, espaços públicos.

Ao político burguês ou proletário, cabe quando assumir um cargo público, ter a sensibilidade de entender que todos somos humanos, dependente um do outro intrinsecamente, até por questões da sobrevivência de todos os membros dessa sociedade, compreender que vivemos em uma sociedade desigual e tão cheia de carências estruturais, ter a consciência ao administrar uma cidade, um Estado ou um País na importância de políticas inclusivas voltadas ao bem estar de todos os munícipes que o colocaram no poder.

Desse modo, é importante frisar que a segregação socioespacial deve ser enfrentada com políticas públicas de intervenção através de uma perspectiva integral, vinculando as dimensões sociais, estruturais e ambientais. As políticas públicas desse modo devem ser de inclusão urbana com um combate à exclusão social, em seus diferentes níveis e dimensões socioespaciais, onde a preocupação maior do poder público se torne o ser humano e não a auto regulação especulativa do mercado.

A cidade, independente das vontades mercadológicas (imobiliárias), necessita de uma legislação apropriada para contrapor o déficit habitacional no qual é totalmente vinculado às questões fundiárias, assim como, deve providenciar as melhorias estruturais no quesito de equipamentos urbanos. Ao se tratar dos planos diretores municipais, eles não devem ser displicentes, quando se trata de dados físicos e sociais relacionados à economia, moradia, saúde, infraestruturas e questões ambientais, sendo estes fatores os principais quesitos de piora ou melhora na qualidade de vida dos habitantes de uma cidade.

Por fim, Petri (2017), acompanhando as orientações e propostas de Negri, S. M. espera que, através dos resultados obtidos neste estudo, seja possível disponibilizar elementos que venham subsidiar o planejamento do espaço urbano, sobretudo com relação às variáveis mais próximas da temática desta Dissertação tais como: execução de novos projetos com ampla provisão de moradias sociais em diversas áreas urbanas ociosas; executar políticas nas quais sejam elas, voltadas para promoção e ampliação da oferta de empregos; efetuar um controle eficaz nas questões que envolvem o uso do solo urbano, fazer provisão de infra-estrutura adequada; construir um planejamento municipal e regional; incluir em seus projetos a participação comunitária nas decisões públicas, possuir um controle amplo dos empreendimentos a serem construídos nas vizinhanças; criar uma forte política anti-discriminatória social e racial; ter uma legislação planejada de forma adequada para o zoneamento urbano com a finalidade de garantir a distribuição igualitária do espaço urbano e serviços essenciais que contemple toda a comunidade; criar políticas públicas que regulem o mercado mobiliário e seu papel na configuração socioespacial das cidades; executar uma correta localização e instalação de serviços públicos em variados bairros, se possível nos dias

atuais, locais como praças dotados de acessibilidade a internet como uma das formas de inclusão digital; cobrar o imposto progressivo para terrenos vazios, estudar meios de regularização de áreas ocupadas ilegalmente, e por último, ter um controle da poluição sonora e ambiental.

As respostas encontradas e as hipóteses levantadas representaram um avanço teórico sobre o tema pesquisado, mas novas questões surgirão, fazendo com que este estudo esteja longe de se esgotar.

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE RONDONÓPOLIS. **Perfil Rondonópolis 2012**. 5 ed. 2012-2014. Rondonópolis. MT.

ATRIBUNA: Disponível em: <http://www.tribunamt.com.br>, acessado em 01/02/2017.

AUGUSTO, Natalia et al, **A Evolução Recente da Desigualdade entre Negros e Brancos no Mercado de Trabalho das Regiões Metropolitanas do Brasil**, Revista Pesquisa & Debate, São Paulo, Vol. 26, Numero 2 (48), pp 105- 127, Set. 2015

BRASIL: **Caixa Econômica Federal**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. acessado em 2017.

BRASIL: **Ciência e tecnologia**. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2014/07/chegada-do-homem-a-lua-completa-45-anos>. 2014.

BRASIL – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos do MT**. 2010.

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo, Annablume: Fapesp, 2007.

BURIGANA, Riccardo, **A Grande Guerra: a Primeira Guerra Mundial (1914-2014)**, Evento e Memória. História Unicap, v. 1, n. 1, jan./jun. de 2014.

CALDEIRA, Junia Marques. **A praça brasileira: trajetória de um espaço urbano – origem e modernidade**. Departamento de História. Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP. Brasil. 2007.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade**. São Paulo: Editora 34. 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. São Paulo: Contexto. 1999.

_____ et al (orgs). **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto. 2012.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

CASTRO, Roberto C. G. **Estudos Clássicos – Grécia – Roma – Patrística**. International Studies on Law and Education 25/26 jan-ago 2017 CEMOrOc-Feusp / IJI-Univ. do Porto

CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia**. Editora Ática. São Paulo. 1994.

_____, Público, Privado, Despotismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aOKIrHuvvNA>. 2010. Acessado em 15/06/2016.

CONSTITUIÇÃO-BRASILEIRA, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm#art6. acessado em 19/04/2016

CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática. 1999

_____. **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001

COTRIN, Gilberto. **Fundamentos de filosofia** / Gilberto Cotrim, Mirna Fernandes. 2. Ed. São Paulo. Saraiva. 2013

DATAPEDIA. Disponível em : <http://www.datapedia.info/public/cidade/5136/mt/rondonopolis> acessado em : 01/02/2017

DATAVIVA. Disponível em <http://dataviva.info/pt/>. acessado em : 01/02/2017.

DEMAMANN, Miriam Terezinha Mundt. **Rondonópolis – MT: campo, cidade e centralidades**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). FFLCH/USP – Programa de Pós Graduação em Geografia. 2011.

DOSSIE RONDONOPÓLIS. –Disponível em <http://www.rondonopolis.mt.gov.br/arquivos/db/201008/7864b60b7cca7594afb0770140abc13a.zip>. acessado em 15/03/2016.

DUARTE SILVA OLIVEIRA, Tatiane. **Potencial Das Sub-bacias Hidrográficas enquanto Unidades Espaciais de Planejamento Urbano Integrado na Cidade de Rondonópolis – MT**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso. 2016

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Editora Global. São Paulo, 1985.

FERRARI Celson. **Curso de Planejamento Municipal Integrado: arte, arquitetura, urbanismo**. São Paulo. Pioneira. 1982.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ (FIOCRUZ). Disponível em: <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=7&infoid=811>. Acessado em 07/2017.

GADOTTI, Moacir. **Marx: transformar o mundo**. 2. ed. São Paulo: FTD, 1991.

GEVEHR, Daniel Luciano, BERTI, Franciele. **GENTRIFICAÇÃO: uma discussão conceitual**. Revista Políticas Públicas & Cidades, v.5, n.1, p.85 – 107, jan. /Jul. 2017.

Gilbert, Martin. **A Segunda Guerra Mundial: os 2.174 dias que mudaram o mundo**. tradução Ana Luísa Faria, Miguel Serras Pereira. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

GLOBO Comunicações. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>. 2016. acessado em 06/2017.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

GOVERNO DE MATO GROSSO, Disponível em: <http://www.mt.gov.br/>. acessado em 02/2017.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro.1984.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.

HARVEY, David, **A Produção Capitalista do Espaço**, São Paulo, Annablume, 2005

_____. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 21º ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1986

HUGHES, Pedro Javier Aguerre. **Segregação Socioespacial e Violência Na Cidade De São Paulo**: referências para a formulação de políticas públicas. São Paulo em Perspectiva, 18(4):93-102, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Disponível em: www.IBGE.com.gov.

JUSTO, Mário Augusto Cardoso. **Os legados e as heranças do regime militar de 1964 ao espaço geográfico territorial brasileiro**. Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo. 2015.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008, 190p. (El espacio. In LEFEBVRE, Henri. Espaço y política: El derecho a la ciudad II. Barcelona: Península, 1976, 190p.).

LISTA DE PREFEITOS DE RONDONÓPOLIS

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_prefeitos_de_Rondon%C3%B3polis. 2017

MACEDO, Daniel Almeida. **MATO GROSSO: GOVERNO, POLÍTICA E SOCIEDADE (1997-2010)** versão corrigida. Tese de Doutorado. USP. São Paulo. 2016.

MARCUSE, Peter. **Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado**. In: Espaço e Debates. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, jan./jul. 2004

MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA.

In: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap1.htm>. acessado em 2017

MARICATO, Ermínia. **A Terra é um nó na Sociedade Brasileira ... Também nas Cidades**

----- **METRÓPOLE NA PERIFERIA DO CAPITALISMO: ILEGALIDADE DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA**. São Paulo. 1995.

----- **Habitação e Cidade**. In: Espaço e Debate. São Paulo: Atual. 1997.

----- **Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: metrópoles brasileiras**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, n. 14 (4), pp. 21 – 33. 2000.

MARX, Karl, **A Miséria da Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora centaur, 2003

----- **O Capital 1867** in: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/>

MONTALVÃO, Jairo Pinheiro. **PRAÇAS PÚBLICAS DE RONDONÓPOLIS – MT: DO ESPAÇO REAL AO ESPAÇO IMAGINÁRIO**. Monografia para conclusão de curso. Universidade Federal do Mato Grosso. 2014.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1983

MOREIRA, Ruy. **GEOGRAFIA: Teoria e crítica, o saber posto em questão**. Petrópolis, RJ. Vozes. 1982.

NAMUR, Marli. **A questão da localização no processo de produção pública Habitacional da CDHU no espaço urbano. AMBIENTE CONSTRUÍDO: Edição Especial Habitação de Interesse Social**. Porto Alegre. V4N1, p.55-66. 2004. <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/3450/3380>

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. **Espaço público: ação política e praticas de apropriação**. Conceito e procedências, Estudo e Pesquisa em Psicologia. UERJ. Rio de Janeiro. 2009 , Disponível em : <http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a02.pdf>.

NARDES, Antonia Marília Medeiros. **Rondonópolis – MT: Sua Espacialidade Reconstruída**. Brasília. 1997. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) Universidade de Brasília – UNB.

NEGRI, Sérgio Sebastião. **Modernização agrícola e reorganização do espaço agrário da mesorregião sudeste mato-grossense** / Sérgio Sebastião Negri. – Uberlândia. 2001

----- **Use Desigual do Território em Rondonópolis no Processo de Expansão do Agronegócio da Soja em Mato Grosso**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. 2010.

NEGRI, Silvio Moisés., **Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises, Coletâneas de Nosso Tempo, Rondonópolis – MT**. v. VII, nº 8, p. 129 a 153. 2008.

----- **O Processo de Segregação Sócio- Espacial no Contexto do Desenvolvimento Econômico da Cidade de Rondonópolis – MT**, Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. 2008.

NOTÍCIAS DE MATO GROSSO, Disponível em: <http://www.noticiasmato Grosso.com.br/> acessado em 01/02/2017

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/oit/>. acessado 11/2016.

PATADATA MAPA RACIAL Disponível em: <http://patadata.org/maparacial/#lat=-87.023044&lon=76.922734&z=3&o=t>. acessado em 07/2017.

PETRI, Rubens Torres, **Análise De Segregação Sócio Espacial Urbana Em Rondonópolis A Partir Dos Equipamentos Urbanos E Sociais Instalados (Saúde)**. In: Xv Jornada Do Trabalho, 2014, Guarapuava. Conflitos Territoriais, (Re) Invenções Do Controle Social E Das Resistências Do Trabalho Para Além Do Capital, 2014.

-----, **Análise De Segregação Sócio Espacial Urbana Em Rondonópolis- MT, A Partir Dos Equipamentos Públicos Instalados (Educação)**. In: VII Congresso Brasileiro De Geógrafos, 2014, Vitória. A Agb e a geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos, 2014.

PLANO DIRETOR RONDONÓPOLIS 2006. (P.M.R.)

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS. DADOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO. Disponível em: <http://www.rondonopolis.mt.gov.br>. Acesso em: (2013, 2014, 2017) (web e in loco)

QUARESMA, Silvia Jurema Leone, **O Estado e Dominação nos Pressupostos de MARX, WEBER E DURKHEIM**, Disponível em : http://www.achegas.net/numero/42/silvia_jurema_42.pdf. acessado em 14/07/2016.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp. 2002.

RODRIGUES, Milton, Oziel. **MOBILIDADE URBANA: Análise, compreensão e perspectivas para Rondonópolis/MT**. Dissertação de Mestrado. UFMT. 2015.

ROSSET, Luciano. **A DEMOCRACIA ATENIENSE: FILHA DE SUA HISTÓRIA, FILHA DE SUA ÉPOCA**. Revista de Cultura Teológica - v. 16 - n. 64 - JUL/SET 2008.

SANTOS, Milton, **A Urbanização Brasileira**, Hucitec: São Paulo. 1997

-----, **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. – 4ª ed. 4ª reimpressão . – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2008.

-----, **As Cidades Mutiladas**, In: O Preconceito / Lerner, Julio(editor). São Paulo. Imprensa Oficial Estado. 1996/97, p.p.133 a 144

-----, **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. Hucitec: São Paulo. 1988.

-----, **O Espaço do Cidadão**. São Paulo, SP. Nobel, 4ª Ed. 1998.

-----, **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel. 1985

-----, **Por uma Geografia Nova**. São Paulo. Hucitec, Edusp. 1978

-----, **O espaço dividido**. Rio de Janeiro. Editora Francisco Alves. 1978

SERPA, Angelo. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo. Contexto. 2011.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: Seleção de Conteúdo para o Concurso Público do Governo de Mato Grosso – 2009**. / Elizabeth Madureira Siqueira. Cuiabá: Entrelinhas, 2009.

..... **História de Mato Grosso: Seleção de Conteúdo para o Concurso Público**
Disponível em : http://www.academia.edu/21522171/Hist%C3%B3ria_de_Mato_Grosso. Cuiabá: Entrelinhas, 2009. Acessado em 2016.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo. Unesp. 2004.

TECMUNDO. Disponível em : <https://www.tecmundo.com.br/tecnologia-da-informacao/1697-a-historia-dos-computadores-e-da-computacao.htm>. acessado em 2017.

TESORO, Luci Léa Martins. **“Rondonópolis-MT: um entroncamento de mão única”**. São Paulo. LLLMT. 1993 - Março de 2008

THEODORO, Mario (Org), et.al. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos**. Brasília. IPEA. 2008

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo. Studio Nobel : FAPESP. Lincon Institute. 2001.

VITTE, Claudete de Castro Silva, KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo(ORG), et.al. **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2009.

ANEXOS

Tabela 3279 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, Valor do rendimento nominal médio mensal, e mediano mensal, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento nominal mensal

Variável = Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (Reais)

Sexo = Total

Situação do domicílio = Total

Ano = 2010

Município e Bairro

Classes de rendimento nominal mensal

Rondonópolis - MT

Renda Média

Total 827,91

Nota:

1 - Dados do Universo.

2 - Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00.

3 - A categoria Sem rendimento inclui as pessoas que recebiam somente em benefícios.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Local	População	Homens	Mulheres	Renda por bairro R\$
1- Centro - A	5 613	2 712	2 901	1278,17
2- Centro - B	1 565	771	794	1064,93
3-Chácaras Estrela Dalva	67	38	29	807,80
4-Chácaras Adriana Quito	73	50	23	970,49
5-Chácaras Alegria	65	36	29	568,78
6-Chácaras Beija-flor	49	29	20	470,30
7-Chácaras Beira Rio	35	16	19	750,32
8-Chácaras Globo Recreio II	400	220	180	610,70
9-Chácaras Nossa Senhora da Guia	199	101	98	478,68
10-Chácaras Paraíso	179	103	76	1839,95
11-Chácaras Pica-pau	150	81	69	773,46
12-Chácaras Res. Parque das Nações	102	50	52	804,01
13-Chácaras Rio Vermelho	105	52	53	1241,64
15-Cidade Natal	814	409	405	728,03
16-Cidade Salmen	1745	879	866	1375,54
17-Conjunto Hab. Cidade de Deus	3658	1723	1935	481,59
18-Conjunto Hab. Lucia Maggi	933	450	483	308,80
19-Coophalis	1381	652	729	1237,95
20-Distrito Industrial Rondonópolis	77	40	37	532,97
21-Gleba Dom Bosco	122	60	62	582,64
22-Jardim América	83	42	41	871,91
23-Jardim Ana Carla	1769	868	901	375,65
24-Jardim Assunção	83	42	41	788,78
25-Jardim Assunção Segunda Parte	357	176	181	689,07
26-Jardim Atlântico	2757	1355	1402	841,82
27-Jardim Beira Rio	129	65	64	926,87
28-Jardim Bela Vista	574	274	300	649,30
29-Jardim Belo Horizonte	2796	1426	1370	1278,35
30-Jardim Belo Panorama	354	174	180	484,64
31-Jardim Brasil	491	245	246	494,21
32-Jardim Brasília	774	393	381	950,90
33-Jardim Brasília Segunda Parte	502	244	258	724,11
34-Jardim Copacabana	333	162	171	771,92
35-Jardim da Mata	63	37	26	695,40
36-Jardim das Flores	1075	571	504	387,47
37-Jardim das Hortências	1257	638	619	894,22
38-Jardim das Paineiras	822	415	407	548,77
39-Jardim Dinalva Muniz	686	349	337	405,39
40-Jardim do Sol	313	151	162	615,46

41-Jardim Dom Bosco	394	206	188	522,79
42-Jardim Dom Bosco Prolongamento	111	64	47	537,09
43-Jardim Dom Oscar Romero	619	321	298	392,99
44-Jardim dos Pioneiros	1016	491	525	945,57
45-Jardim Ebenezer	155	80	75	402,49
46-Jardim Eldorado	756	384	372	536,92
47-Jardim Eldorado Segunda Parte	369	197	172	623,10
48-Jardim Esmeralda	158	67	91	926,78
49-Jardim Europa	1793	858	935	701,83
50-Jardim Glória	188	94	94	786,74
51-Jardim Gramado	735	363	372	600,62
52-Jardim Gramado Dois	492	264	228	604,39
53-Jardim Guanabara	773	391	382	1508,09
54-Jardim Guanabara Segunda Parte	128	60	68	1322,03
55-Jardim HD	1548	780	768	788,59
56-Jardim Iguassu Primeira Parte	2562	1273	1289	581,22
57-Jardim Iguassu Segunda Parte	2152	1056	1096	516,79
58-Jardim Ipanema	1240	634	606	602,26
59-Jardim Ipe	375	186	189	603,49
60-Jardim Ipe Prolongamento	168	86	82	478,76
61-Jardim Ipiranga Três	509	263	246	385,43
62-Jardim Irapua	1514	754	760	560,08
63-Jardim Kenia	218	108	110	510,83
64-Jardim Liberdade I Parte	4532	2329	2203	531,01
65-Jardim Liberdade II Parte	218	111	107	364,11
66-Jardim Lourdes	801	402	399	753,56
67-Jardim Maracanã	410	200	210	419,84
68-Jardim Marajó	205	102	103	444,99
69-Jardim Maria Tereza	1095	553	542	974,84
70-Jardim Maria Vetorasso	242	126	116	679,82
71-Jardim Marialva	471	226	245	687,85
72-Jardim Mato Grosso	573	284	289	2111,82
73-Jardim Mato Grosso Prolongamento	230	113	117	2965,34
74-Jardim Mirassol	418	213	205	691,27
75-Jardim Modelo	296	144	152	955,51
76-Jardim Morada dos Bandeirantes	371	174	197	881,97
77-Jardim Morumbi	450	450	437	507,85
78-Jardim Nilmara	1091	536	555	511,64
79-Jardim Nossa Senhora da Gloria	557	284	273	625,86
80-Jardim Novo Horizonte	86	43	43	695,58
81-Jardim Oliveira	724	355	369	677,56
82-Jardim Oliveira Segunda Parte	162	70	92	687,78
83-Jardim Padre Rodolfo Lunkenbei	746	364	382	582,41
84-Jardim Paulista	1149	561	588	931,77
85-Jardim Pindorama	607	295	312	1160,78
86-Jardim Pindorama 2A Parte	1372	690	682	744,61
87-Jardim Primavera	1137	568	569	673,58
88-Jardim Primavera Segunda Parte	2347	1187	1160	615,90
89-Jardim Progresso	559	294	265	505,07
90-Jardim Reis	644	334	310	528,53
91-Jardim Residencial Lajeado	192	104	88	484,46
92-Jardim Residencial São José	786	384	402	871,56
93-Jardim Riviera	1239	642	597	574,20
94-Jardim Rondônia	1194	576	618	707,93
95-Jardim Rui Barbosa	1228	655	573	455,98
96-Jardim Santa Bárbara	103	46	57	442,52
97-Jardim Santa Clara	1067	525	542	887,64
98-Jardim Santa Clara 2A Parte	194	97	97	1089,84
99-Jardim Santa Fé	385	185	200	609,20
100-Jardim SantaLuzdayara	1304	641	663	657,27
101-Jardim Santa Marta	507	257	250	2947,01
102-Jardim Santa Rosa	13	6	7	599,09
103-Jardim São Bento	737	375	362	446,55
104-Jardim São Francisco	146	73	73	1018,83
105-Jardim Serra Dourada	1332	684	648	551,67

106-Jardim Serra Dourada 2 Parte	187	94	93	409,44
107-Jardim Sumaré	1468	756	712	522,48
108-Jardim Sunflower	X	X	X	X
109-Jardim Taiti	567	288	279	582,04
110-Jardim Tancredo Neves	1483	748	735	496,70
111-Jardim Três Poderes	691	353	338	422,06
112-Jardim Tropical	756	384	372	689,29
113-Jardim Urupes	428	197	231	1302,97
114-Jardim Urupes – A	36	16	20	1506,06
115-Jardim Vera Cruz	372	182	190	895,07
116-Jardim Village do Cerrado	96	51	45	4240,50
117-João Dom Bosco Segunda P	22	14	8	698,28
118-La Salle AG-31	X	X	X	X
119-La Salle AG-32	585	291	294	1409,15
120-Lot. Padre João Bosco Burnier	502	259	243	337,33
121-Loteamento Alves	742	351	391	777,86
122-Loteamento André Maggi	X	X	X	X
123-Loteamento Carlos Bezerra	1679	853	826	454,92
124-Carlos Bezerra II	615	314	301	402,06
125-Loteamento Cellos	1283	604	679	1393,48
126-Loteamento Esplanada	232	108	124	553,64
127-Loteamento Jacob	274	130	144	742,09
128-Loteamento Jambalaia Primeira	446	208	238	758,78
129-Loteamento Kenedy	125	61	64	893,84
130-Loteamento Monte Libano	2417	1205	1212	865,22
131-Loteamento N. S Aparecida	724	369	355	851,48
132-Loteamento N. S do Carmo	860	407	453	597,71
133-Loteamento Olivina	62	25	37	494,71
134-Loteamento P Ezequiel Ramim	692	369	323	429,55
135-Loteamento Parque das Rosas	1385	680	705	773,34
136-Loteamento Pedra Noventa	2834	1498	1336	455,43
137-Loteamento Quiteria T Lopes	1191	588	603	1178,25
138-Loteamento Santa Esther	51	27	24	830,88
139-Loteamento Santa Laura	551	281	270	623,46
140-Loteamento Santos Dumont	101	51	50	1573,77
141-Loteamento Valencia Cristina	54	27	27	772,60
142-Loteamento Zé Sobrinho	1227	604	623	1077,03
143-Núcleo Hab. Marechal Rondon	2166	1069	1097	743,04
144-Núcleo Hab. Rio Vermelho	570	269	301	1162,04
145-Núcleo Hab. São José Um	1364	663	701	802,12
146-Núcleo Hab. São José Dois	1389	631	758	866,90
147-Núcleo Hab. São José Três	874	414	460	733,31
148-Núcleo Hab. Participação	1320	670	650	546,82
149-Núcleo Habitacional Verde Teto	64	31	33	615,62
150-Parque Ind. Vetorasso	X	X	X	X
151-Parque Real	778	357	421	1856,75
152-Residencial Buriti	732	372	360	1241,99
153-Parque Residencial Cidade Alta	1920	958	962	643,21
154-Parque Residencial Cidade Alta 2	463	227	236	526,45
155-Parque Residencial Nova Era	686	333	353	443,35
156-Parque Residencial Oasis	648	328	320	808,12
157-Parque Residencial Universitário	4189	2085	2104	607,78
158-Parque Sagrada Família	5314	2598	2716	1472,47
159-Parque São Jorge	1981	1042	939	475,66
160-Projeto João de Barro	669	332	337	1128,36
161-Prolongamento	260	120	140	1361,67
162-Recanto Maria Flávia	73	34	39	669,24
163-Residencial Bela Vista	493	228	265	1488,11
164-Residencial Margaridas	1194	617	577	833,55
165-Residencial Paraíso	348	172	176	411,70
166-Residencial Sítio Farias	1470	746	724	459,93
167-Residencial Vila Mineira	1458	741	717	500,46
168-Santa Cruz	1374	670	704	1913,47
169-Sector Residencial Boa Vista	409	200	209	533,98

170-Setor Residencial Granville I	171	81	90	2562,85
171-Sítio de Recreio Elerica	15	8	7	635,57
172-Sítio de Recreio São Rosalvo	26	15	11	1066,24
173-Sítio Farias	63	38	25	562,65
174-Vila Adriana	955	489	466	1068,74
175-Vila Amizade	817	431	386	419,70
176-Vila Andreia	38	20	18	1311,60
177-Vila Aurora Primeira Parte	4455	2160	2295	2348,54
178-Vila Aurora Segunda Parte	2080	1039	1041	2055,00
179-Vila Aurora Terceira Parte	457	222	235	1530,38
180-Vila Baixa	164	92	72	549,45
181-Vila Birigui	1049	534	515	1715,78
182-Vila Boa Esperança	404	198	206	515,18
183-Vila Bom Pastor	76	33	43	995,10
184-Vila Canaã	324	169	155	486,93
185-Vila Cardoso	1650	810	840	670,44
186-Vila Carvalho	475	241	234	549,03
187-Vila Castelo	712	350	362	765,56
188-Vila Clarion	331	173	158	516,43
189-Vila Dom Pedro	248	125	123	1150,77
190-Vila Duarte	205	106	99	579,94
191-Vila Duste Vilalba	121	60	61	707,31
192-Vila Esperança	800	397	403	905,62
193-Vila Estrela Dalva	364	180	184	764,96
194-Vila Florisbela	134	68	66	634,68
195-Vila Goulart	1043	526	517	1102,31
196-Vila Goulart 2 Parte	257	138	119	2660,99
197-Vila Goulart 3 Parte	144	68	76	3886,22
198-Vila Ipiranga	1009	527	482	507,78
199-Vila Iracy	865	450	415	679,39
200-Vila Itamaraty	1128	593	535	553,81
201-Vila KamalJumblat	63	29	34	757,35
202-Vila Mamed	972	501	471	500,94
203-Vila Maria	169	81	88	1080,74
204-Vila Mariana	1119	550	569	594,84
205-Vila Mariley	251	128	123	479,98
207-Vila Marinapolis	386	172	214	1048,13
208-Vila Nova – A	67	37	30	618,48
209-Vila Olga Maria	633	304	329	777,28
210-Vila Olinda	3189	1605	1584	419,83
211-Vila Operária	3210	1637	1573	685,47
212-Vila Planalto	709	357	352	747,53
213-Vila Poroxo	1101	569	532	571,82
214-Vila Portal das Águas	150	73	77	1882,53
215-Vila Rica	835	435	400	478,40
216-Vila Rosaly	170	91	79	574,48
217-Vila Salmen I	398	212	186	523,98
218-Vila Salmen II	260	134	126	491,72
219-Vila Salmem Segunda Parte	79	35	44	689,22
220-Vila Santa Catarina	326	158	168	652,52
221-Vila Santa Catarina 2A Parte	42	27	15	879,09
222-Vila Santa Luzia	395	180	215	899,85
223-Vila Santa Maria	467	227	240	646,06
224-Vila Santo Antonio	628	303	325	1357,11
225-Vila São José	762	378	384	733,17
226-Vila São Paulo	115	560	593	502,37
227-Vila São Pedro	229	118	111	555,09
228-Vila São Sebastião Um	940	479	461	490,85
229-Vila São Sebastião Dois	1211	606	605	572,86
230-Vila União	843	404	439	430,42
231-Vila Valéria	261	122	139	751,61
232-Vila Verde	20	13	7	513,53

